UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NAJLA FERREIRA MARTINS

SER MULHER, MÃE E PÓS-GRADUANDA

MARINGÁ
2025

NAJLA FERREIRA MARTINS

SER MULHER, MÃE E PÓS-GRADUANDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Linha de pesquisa: Subjetividade e Práticas Sociais na Contemporaneidade.

Orientadora: Profª Drª Lucia Cecilia da Silva.

MARINGÁ
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M386s

Martins, Najla Ferreira
Ser mulher, mãe e pós-graduanda / Najla Ferreira Martins. -- Maringá, PR, 2025.
100 f. : il., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Cecilia da Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2025.

1. Maternidade. 2. Mulheres. 3. Pós-graduação stricto sensu. 4. Ciência. 5. Existencialismo. I. Silva, Lucia Cecilia da, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 150.192

Marinalva Aparecida Spolon Almeida - 9/1094

Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Najla Ferreira Martins

SER MULHER, MÃE E PÓS-GRADUANDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Lucia Cecilia da Silva
Presidente

Profa. Dra. Daniele de Andrade Ferrazza
Examinadora

Profa. Dra. Zuleica Pretto
Examinadora-Parecerista

Aprovado em: 04/02/2025
Defesa realizada: Bloco 10 - Sala de Aula

A todas as mulheres que transcenderam espaços, construíram caminhos e ampliaram o campo dos possíveis.

Às minhas filhas Antônia, Clara e Helena.

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade, que me guia e acompanha meu caminhar.

Às minhas avós, Dalila Paz Ferreira e Guiomar Silva Martins (*in memoriam*), por todo cuidado, amor e afeto. Por de formas distintas e complementares contribuírem para a minha constituição enquanto mulher, mãe e pós-graduanda.

À minha mãe, Roslaine, dizem que nós só compreendemos o ser-mãe depois de nos tornarmos mãe, mas esta dissertação me fez ir além. Admiro sua coragem e resistência em ter sido mãe na graduação, madrugadas adentro mergulhada nos estudos e a dedicação e cuidado que ter sido uma mãe de UTI lhe exigiu.

Ao meu pai, Zilvani, por sempre me incentivar nos estudos e por me ensinar a importância da persistência diante das adversidades.

À toda a minha família, as minhas tias Zildazene, Rosângela, Márcia e Márcia Helena, mulheres que admiro e que foram a principal rede de apoio dos meus pais na minha infância.

Às minhas irmãs Maria Eduarda e Maria Cecília, pela cumplicidade, amor, cuidado e incentivo. A vida é muito melhor com vocês.

Adentrar nesta pesquisa, escrever esta dissertação tem sido um processo de reconhecimento e ressignificação da minha própria história. Obrigada por abrirem caminhos!

Ao meu amor, amigo e companheiro Rodolfo Dellagrana, por apoiar meus sonhos e projetos, pelo compartilhar da maternidade/paternidade comprometido, por segurar a minha mão nos dias difíceis e por me resgatar tantas vezes durante o puerpério.

À minha amiga Janaína, por me acompanhar nas mais diversas fases da vida, pelo colo e por se fazer presente mesmo a quilômetros de distância. À Larissa, Fernanda, Raíssa que me ampararam no início do puerpério e com quem compartilhei as alegrias e dificuldades do maternar, jamais esquecerei de todo cuidado.

Às minhas companheiras de feminismo e leitura do livro "Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva" - Laís, Caro, Eva, Luana, Tamires, Isabella, Vanessa, Fernanda *(in memoriam)* vocês também fazem parte dessa conquista.

À Natália Weber, minha amiga e companheira de mestrado, com quem partilhei tantas angústias e construí saberes. Obrigada pelas trocas, pelas risadas e momentos de respiro.

À Vânia Midori, minha psicóloga, por me acompanhar nessa grande loucura da vida. Mergulhar nesse mar só foi possível por saber que nunca estive sozinha. Obrigada por acreditar em mim.

Às mulheres que construíram comigo essa pesquisa, que confiaram a mim a sua história e me dedicaram seu tempo. Mães e pós-graduandas que se empenham diariamente no cuidado com o(s) filho(s) enquanto resistem e persistem em seus projetos para além da maternidade, ocupando espaços, somando vozes, mesmo diante da precariedade de políticas públicas e de permanência materna na universidade.

Às professoras Daniele Ferraza e Zuleica Pretto, e ao professor Murilo Moscheta, membros da minha banca de defesa e qualificação, por aceitarem fazer parte desse projeto, pelo cuidado e contribuições que ampliaram horizontes.

Às colegas do Grupo Feminismos, Saúde e Gênero, e as/os colegas do Grupo de Estudos em Fenomenologia e Existencialismo (GEFEX-UEM), por toda troca, aprendizado, reflexões e acolhimento. Foi na intersecção entre esses dois espaços que nasceu o tema desta pesquisa.

Agradeço imensamente a minha querida orientadora Drª Lucia Cecília da Silva, por acreditar no meu projeto, me orientar nesta pesquisa e confiar no meu trabalho. Obrigada por todo acolhimento e compreensão, pelo suporte para que eu permanecesse no mestrado e finalizasse esta dissertação.

Aos professores, professoras e coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPI) da Universidade Estadual de Maringá.

À minha filha Antônia, que me presenteia diariamente com sua espontaneidade, carinho, curiosidade e determinação em explorar e descobrir o mundo. À Clara e Helena, que carrego em meu ventre enquanto finalizo essa dissertação. Obrigada por revolucionarem o meu Ser.

Martins, N. F. (2025). *Ser mulher, mãe e pós-graduanda.* 100f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender os sentidos da experiência de ser mulher, mãe e pesquisadora cursando um programa de pós-graduação *stricto sensu* em uma universidade pública. A justificativa deste trabalho se fundamenta no fato de que a ciência, como construção do conhecimento, é permeada pelos aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos da sociedade em que está inserida, reproduzindo as desigualdades de gênero, bem como normas e valores tradicionalistas misóginos, sexistas e patriarcais. Utilizou-se o método progressivo-regressivo proposto por Jean Paul Sartre para resgatar a trajetória acadêmica das seis entrevistadas, a fim de compreender os movimentos realizados pelas participantes durante suas vidas, investigando as condições sociomateriais presentes nesse percurso e como elas significaram e agiram para superá-las durante o percurso de formação acadêmica, sendo mulheres e mães. Foi utilizado o método "bola de neve" para selecionar as participantes, sendo que as entrevistas tiveram caráter semidirigido, partindo de uma pergunta disparadora e com algumas perguntas direcionadas, possibilitando que cada entrevistada conduzisse e relatasse aquilo que julgasse relevante. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas e os respectivos conteúdos, tanto as experiências singulares quanto às similaridades que as unificam, foram analisados compreensivamente à luz da teoria do Existencialismo de Sartre e Simone de Beauvoir em diálogo com o Feminismo Interseccional. Os resultados revelam a sobrecarga vivenciada por mulheres que são mães e pós-graduandas na tentativa de conciliar as múltiplas tarefas, bem como a ausência de políticas públicas e institucionais que incentivem e auxiliem suas permanências no ambiente acadêmico. Conclui-se que apesar da emancipação feminina ter contribuído para a inserção das mulheres no mercado de trabalho e ingresso na universidade não lhes garantiu a supressão da divisão sexual do trabalho, isto é, a democratização do trabalho de cuidado e afazeres domésticos.

Palavras-chave: Maternidade, Mulher, Pós-Graduação; Ciência; Existencialismo.

Martins, N. F. (2025). *Being a woman, a mother, and a graduate student.* 100p. Dissertation (Master's in Psychology). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

ABSTRACT

The present research aims to understand the meanings of the experience of being a woman, mother, and researcher enrolled in a stricto sensu graduate program at a public university. The justification for this study is based on the fact that science, as a construction of knowledge, is influenced by the social, cultural, economic, and political aspects of the society in which it is embedded. It reproduces gender inequalities as well as traditionalist, misogynistic, sexist, and patriarchal norms and values. For this purpose, the progressive-regressive method proposed by Jean-Paul Sartre was used to reconstruct the academic trajectories of the six women. The aim was to understand the movements made by the participants throughout their lives, investigating the sociomaterial conditions present in this journey and how they interpreted and acted to overcome these conditions during their academic training while being women and mothers. The snowball sampling method was used to recruit the participants, and the interviews were semi-structured. They began with a trigger question and included some guided questions, allowing each woman to steer the conversation and share what they considered relevant. Subsequently, the interviews were transcribed, and their contents, both the unique experiences and the similarities that unify them, were comprehensively analyzed in light of Sartre's Existentialism and Simone de Beauvoir's theories, in dialogue with Intersectional Feminism. The results reveal the burden experienced by women who are mothers and graduate students as they attempt to balance multiple responsibilities, as well as the lack of public and institutional policies that support and encourage their continued presence in academia. In conclusion, although women's emancipation has contributed to their entry into the labor market and access to universities, it has not ensured the elimination of the sexual division of labor, meaning the democratization of caregiving and domestic tasks.

Keywords: Motherhood, Woman, Graduate Studies; Science; Existentialism.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COVID-19	Coronavirus Disease
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAMERP	Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1. MULHERES E MATERNIDADE 19
1.1 A construção social da maternidade 19
1.2 Feminismo e direitos das mulheres 25
2. PERCURSO METODOLÓGICO 31
2.1 Método progressivo-regressivo 31
2.2 Participantes 34
2.3 Procedimentos e instrumentos 35
2.4 Análise dos dados 35
3. A TRAJETÓRIA DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA EM SEU SER MULHER, MÃE E PÓS-GRADUANDA 37
3.1 A trajetória de Simone 37
3.2 A trajetória de Silvia 43
3.3 A trajetória de Ângela 48
3.4 A trajetória de Sueli 55
3.5 A trajetória de Lélia 62
3.6 A trajetória de Patrícia 69
4. A DIMENSÃO UNIVERSAL NA EXPERIÊNCIA DE SER MULHER-MÃE-PÓS-GRADUANDA 76
CONSIDERAÇÕES FINAIS 88
REFERÊNCIAS 92
APÊNDICE I- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 96
APÊNDICE II: ROTEIRO PARA A ENTREVISTA 100

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu a partir das minhas reflexões e indagações frente às diversas vivências de mulheres que me cercam e que fizeram parte da minha história. Mulheres que enfrentaram com sofrimento o retorno ao trabalho, mulheres que precisaram da ajuda de outras mulheres como rede de apoio para darem continuidade a suas carreiras profissionais, e mulheres que optaram por adiar a maternidade para investirem na carreira acadêmica e realização de intercâmbio científico. O que eu não imaginava é que eu própria me tornaria mãe e pós-graduanda durante o percurso, muito menos que enfrentaria duas gestações antes de "parir" este estudo. Diante da observação dessas mulheres em minha volta e do meu próprio projeto de vida, que inclui a maternidade e a carreira acadêmica, duas questões me apareceram: O que acontece, que a preocupação em encontrar o equilíbrio entre carreira profissional e vida pessoal afeta diferentemente homens e mulheres? O que acontece que, no âmbito acadêmico, algumas mulheres escolhem adiar a maternidade?

A história pode nos ajudar a pensar sobre esses questionamentos, pois no decorrer do tempo, houve formas diferentes de se entender a mulher e o homem, principalmente em relação à identidade de gênero. Por exemplo, a ideia de uma diferença sexual organicista e binária entre homem e mulher nem sempre existiu; por um tempo houve a predominância da teoria do sexo único, na qual as mulheres eram consideradas homens menores. Contudo, ao final do século XVIII, surge a teoria do "sexo oposto", pautada na noção biológica e, segundo a qual, homens e mulheres apresentam diferenças anatômicas e fisiológicas diferentes, especificamente no que diz respeito aos órgãos genitais (Zanello, 2018). A partir dessa perspectiva, estabelece-se uma hierarquização e oposição aos diferentes, com construções sociais que delimitam os papéis e comportamentos considerados adequados aos homens e às mulheres, incluindo os espaços que deveriam ocupar e o tipo de educação que poderiam receber (Scott, 1995).

É também a partir dessa época que as três principais instituições sociais: Igreja, Estado e Ciência reforçaram em seus discursos um padrão ideal de feminilidade: ser mãe, esposa e dona de casa (Badinter, 1985). Para isso, foi necessário ressignificar os valores sociais acerca da família e maternidade. A família voltou-se para o espaço privado, tendo como principal representante a mulher, responsável pelo trabalho de cuidado dos filhos e afazeres domésticos; enquanto o espaço público era ocupado por homens que tinham por função prover o sustento da família (Federici, 2017).

Com a consolidação do capitalismo, a distinção histórica e cultural entre o âmbito público e o privado, como citado acima, a família nuclear e o lar burguês foram transformados no espaço privado destinado a uma parcela das mulheres (brancas), enquanto os espaços públicos de trabalho e formação eram dedicados aos homens (Zanello, 2018). Essa separação entre público e privado refletiu na organização da produção científica e tecnológica e na formação profissional, com as mulheres impedidas de frequentar escolas e universidades. A ciência foi estruturada e escrita quase [que] exclusivamente por homens, brancos e europeus (Velho & Léon, 1998).

No século XX, a partir da década de 60, as mulheres de classe média experimentaram um desconforto em relação aos papéis pré-estabelecidos a elas, buscando a desconstrução da naturalização das diferenças entre os sexos. Dentre movimentos sociais, como o feminismo e pesquisas acadêmicas que contribuíram para a reflexão e compreensão do conceito de gênero e o ser mulher, encontra-se Beauvoir (2016) e sua importante fala:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (p. 9).

A materialidade biológica é um elemento importante da subjetividade, mas não a antecede, nem a define. Assim como para Sartre, segundo Beauvoir, a existência precede a essência, portanto, não há como definir o que é ser mulher. Ser-mulher se faz na intencionalidade, no movimento de abertura do ser em direção ao mundo situacional, espacial e temporal (Sartre citado por Perdigão, 1995). Esse movimento de vir a ser refuta qualquer possibilidade de determinismo natural.

Para Beauvoir (2016), somos nós, mulheres e homens que criamos o mundo que vivemos, e é preciso assumir essa responsabilidade. A luta contra a opressão sexista pressupõe mudanças nas leis, instituições, cultura, no âmbito público e nas condições socioeconômicas e profissionais das mulheres. No entanto, essas mudanças exigem, além da mobilização individual, a mobilização coletiva.

Ao final da década de 80, surgiram outras compreensões sobre gênero, como a da filósofa Judith Butler (2018), para quem o gênero é um conceito relacional que implica relações de poder. A seu ver, a diferença sexual é uma construção de gênero, considerando este último não como uma identidade estável e rígida, pelo contrário, uma

identidade constituída no transpassar do tempo, do vivido. Portanto, ainda que ao longo da história criaram-se estereótipos do que é ser mulher, não existe uma forma única de ser mulher, mas múltiplas formas ancoradas na temporalidade social constituída.

Assim, as questões relacionadas ao gênero e à situação das mulheres na contemporaneidade não podem ser compreendidas e analisadas se não articuladas aos fatores sociais, econômicos, históricos, culturais, políticos e de poder. Scott (1995) acrescenta: "(...) modos pelos quais as sociedades representam gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o significado da experiência" (p. 82).

Com a mobilização de mulheres, dos movimentos sociais que visam acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão, ainda que devagar, os espaços ocupados pelas mulheres foram se ampliando, alcançando a esfera do público, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho, na política e na esfera educacional. Entretanto, sem garantias da equiparidade de gênero, principalmente para as mulheres negras e pobres, que foram excluídas da esfera educacional e de trabalho intelectual, absorvidas em trabalhos mal remunerados e exploratórios.

Sobre essas diferenças existentes mesmo no interior do campo feminino, hooks[1] (2019) aponta que desde o início, o movimento feminista foi polarizado ao optar por enfatizar a igualdade de gênero em busca da "libertação da mulher", sem discutir sobre as questões de raça e classe. Para a autora, faz-se necessário analisar através da intersecção entre gênero, raça e classe, para que assim possamos compreender nossa posição dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca.

No que diz respeito à esfera educacional, nas últimas décadas tem-se registrado um aumento no número e proporção de mulheres matriculadas em Instituições de Ensino Superior, tanto em nível de graduação, como também na pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). De acordo com Aquino (2006), embora as primeiras faculdades no Brasil datem do século XIX, a escolarização das mulheres brasileiras se intensificou na segunda metade do século XX, principalmente por influência do feminismo.

A entrada das mulheres na esfera pública, seja no mercado de trabalho ou nos cursos de graduação e pós-graduação, apontam uma difícil conciliação entre estudos,

[1] bell hooks é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em referência a sua bisavó, Bell Blair Hooks. A escolha da grafia do nome em minúsculo é um posicionamento político que difere do adotado pelas organizações de normas técnicas e produções acadêmicas, com o intuito de enfatizar mais suas obras e reflexões do que a pessoa que escreve.

carreira e família, visto que a divisão sexual do trabalho se mantém (Silva & Ribeiro, 2014). Ainda hoje, os cuidados relativos às atividades domésticas e aos(às) filhos(as) são tidos como responsabilidade da mulher. Ter como foco a maternidade implica pensar sobre a constituição da desigualdade de gênero, já que os esforços na empreitada de ter filhos(as) recaem sobre a mulher desde a concepção à criação (Baia, 2020).

Há uma coincidência da idade em dedicar-se à carreira e à idade de ser mãe, ambas atividades exigem dedicação e atenção, o que gera um conflito de escolhas. Ser mãe não diz respeito apenas a uma transformação da mulher, mas implica em cuidados e obrigações previstas em lei, em assumir responsabilidades em relação ao filho(a) que pesa(m) muito mais sobre a mulher, tanto em disponibilidade de tempo como em disponibilidade mental e emocional. Quanto à atividade acadêmica, o tempo de dedicação é crucial para elaborar projetos, produzir e escrever artigos, obter financiamentos, participar de encontros, cursos e congressos, construir uma carreira científica (Aquino, 2006).

Segundo Beltrame e Donelli (2012) e Silva e Ribeiro (2014), mulheres pesquisadoras se veem obrigadas a escolher entre estudos/carreira ou casamento/maternidade, já que a maternidade pode significar menor tempo de dedicação à vida acadêmica e científica. Aquelas que optam pelas duas escolhas são levadas à flexibilização de horários, jornadas parciais de trabalho e, em alguns casos, interrupções na vida profissional. De acordo com as autoras, quando há a escolha da carreira acadêmica, algumas mulheres optam por adiar ou abandonar o projeto de casamento e maternidade.

Ainda que ao longo dos séculos XX e início do século XXI algumas mudanças tenham alterado as configurações do trabalho e composição familiar, especialmente pela conquista de direitos e espaços de atuação, a esfera doméstica mantém-se como responsabilidade das mulheres. Sendo assim, os novos modelos articulam as esferas públicas e privadas de forma cumulativa (Hirata & Kergoat, 2007). A problemática da conciliação entre família e atividades produtivas, no caso da pós-graduação, resulta em uma “tripla jornada” entre o trabalho remunerado, trabalho reprodutivo (doméstico e de cuidado) e educação.

Assim, ser mãe ou ser pesquisadora, ter ou não ter filhos, quantos, quando e quem cuidará dos mesmos, são questões que acompanham a trajetória acadêmica e profissional de mulheres cientistas, e denunciam o modo como a ciência foi estruturada, pautada em tempo integral de dedicação ao trabalho científico, relações competitivas e produtivas,

sem reconhecer as diferenças de gênero nas práticas de pesquisa (Aquino, 2006; Silva & Ribeiro, 2014).

A maternidade, embora compreendida como um fenômeno social, cultural e biológico, ainda carrega significados tidos como fixos e universais, frequentemente atribuídos como inerentes à mulher e atrelados à fertilidade e à fecundação, especialmente no que diz respeito ao cuidado com os filhos(as). Entretanto, ser mãe envolve uma série de fatores que atravessam dimensões sociais, culturais, psíquicas, entre outros (Baia, 2020). Para a autora, a maternidade é um fenômeno carregado de subjetividades, ideologias, valores sociais, políticos, simbólicos e morais.

A maternidade, em conjunto com a ausência de políticas públicas e divisão sexual do trabalho, repercute de forma negativa nas relações de trabalho, atividades acadêmicas e na posição profissional das cientistas. De acordo com a *Parent in Science* (2020), essa não é uma consequência apenas da sobreposição de tempos e trabalho e/ou do menor número de horas dedicado às atividades produtivas acadêmicas, mas também reflexo das discriminações de gênero.

No Brasil, até o ano de 2006, as mulheres que cursavam pós-graduação – mestrado ou doutorado – não possuíam nenhuma garantia de prosseguimento da bolsa de pesquisa caso engravidassem durante a pesquisa, nem licença-maternidade, ficando à mercê da sugestão de seus/suas orientadores(as) de trancar ou não o programa de pós-graduação (Garrido; Costa & Lassarot, 2017). Como apontam as autoras, a partir da portaria n. 220 da Capes, de 2010, mulheres matriculadas no programa de pós-graduação tiveram seu direito à licença-maternidade garantido, e pesquisadoras com bolsas da Capes/MEC e CNPq/MCTI puderam ter seus benefícios estendidos por quatro meses, caso confirmado o parto durante o programa.

No entanto, os períodos de afastamento por licença-maternidade, doença, entre outros não eram subtraídos do tempo total de conclusão do programa de pós-graduação. Como o tempo que a estudante demanda para a elaboração da defesa de seu trabalho influencia a nota dos programas de pós-graduação, pesquisadoras que gozam desse direito, seja por nascimento ou adoção, podem ser consideradas um entrave para o curso e seus/suas orientadores(as), bem como serem vítimas da desigualdade de gênero (Aquino, 2006).

Segundo dados do último censo do CNPq, presente no Painel Lattes[2], em 2016 o número de mulheres que concluíram cursos de pós-graduação superou o de homens, sendo no mestrado **18.248** mulheres e **14.416** homens, e no doutorado **8.212** mulheres e **7.313** homens. Esses dados vão ao encontro do levantamento feito pela *Parent in Science* entre abril e maio de 2020, que constatou que **69,6%** dos discentes de mestrado e doutorado são mulheres e **30,2%** são homens. Dentre as mulheres, **62,7%** se autodeclaram brancas e **32,5%** negras, e **69%** não possuem filhos.

Desde 2020 tivemos de lidar com a pandemia da COVID-19, a qual, em vários aspectos, sobrecarregou as mulheres. O levantamento realizado pela *Parent in Science* (2020) teve por intuito compreender como o contexto pandêmico afetou a produção acadêmica dos(as) cientistas. Para análise dos resultados, considerou a intersecção entre gênero, raça e parentalidade, constatando disparidade de gênero e raça na ciência, sendo as mulheres negras (com ou sem filhos(as)) e mulheres brancas (com filhos(as) até 12 anos) as mais afetadas em questão de produtividade.

O impacto da pandemia na vida de diversas mulheres independe da sua ocupação. Diversas reportagens do jornal *El País* analisadas por Jericó (2020; 2021) e Barrangán (2020), retratam a sobrecarga vivenciada por mulheres mães quanto às responsabilidades dos cuidados domésticos e com os filhos, que recaem desproporcionalmente nas mulheres, e a dificuldade em conciliar essas responsabilidades com a carreira profissional.

A ciência, como construção histórica, política e social, é interpelada pela desigualdade de gênero, trazendo à tona a importância da compreensão da experiência vivida por mulheres-mães-pesquisadoras cursando um programa de pós-graduação *stricto sensu*. Trata-se, entre outras coisas, de revelar como o mundo é produzido pelos atos individuais e subjetivos, já que o pessoal é político, e como as configurações políticas, históricas, culturais e sociais afetam na constituição do sujeito e são afetadas por ela (Butler, 2018).

Discutir sobre gênero, ainda que na atualidade, é um desafio frente às diversas teorias, visto que as concepções de sujeito e gênero, em alguns casos, divergem-se umas das outras. Esta é uma pesquisa fenomenológica cujo aporte teórico-metodológico utilizado é *o Existencialismo de Sartre e de Simone de Beauvoir, e o Feminismo*

[2] Paa mais, ver em: http://estatico.cnpq.br/painelLattes/

Interseccional. Acredito que um diálogo entre essas teorias possibilita, por meio da descrição e análises críticas, a compreensão do fenômeno em suas múltiplas expressões, do singular ao universal e do universal ao singular. Tanto Sartre quanto Beauvoir (2018) afirmam que nenhum aspecto da realidade pode ser compreendido isoladamente, pois cada fenômeno se encontra relacionado a outros e inserido em seu contexto, e isolá-los faz com que os privemos de sentido. Sendo assim, o existencialismo e seu método progressivo-regressivo compreende o indivíduo como ser no mundo, ou seja, como ser subjetivo que se constitui em relação com o mundo, internalizando-o, e constitui o mundo à medida que externaliza sua subjetividade. O feminismo interseccional aponta para a multidimensionalidade da experiência das mulheres, especialmente mulheres negras, considerando raça, gênero e classe como categorias de experiência e de análise que não se excluem (Crenshaw, 2002).

Observamos que diversos estudos acadêmicos têm se dedicado à temática da mulher, mãe e pesquisadora no exercício da docência, contudo, há uma escassez de estudos que abordem essa temática no âmbito da formação/trajetória acadêmica. Portanto, neste estudo, o intuito é compreender como é ser mulher, mãe e pesquisadora, discente em um Programa de Pós-graduação *stricto sensu*. Quem são essas mulheres, mães e pesquisadoras? Como essas mulheres e mães têm experienciado a formação acadêmica dentro de um programa de pós-graduação *stricto sensu*? Para tanto, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender os sentidos da experiência de ser mulher-mãe-e-pós-graduanda *stricto sensu* na universidade pública. Para chegar a essa compreensão, considerei importante apresentar os aspectos históricos e sociais na intersecção "gênero feminino, ciência e maternidade" e conhecer como mulheres que são mães e cursam pós-graduação lidam [ou lidaram] com as condições sociomateriais no percurso de suas formações acadêmicas.

Sendo assim, apresento no Capítulo 1 uma breve descrição sobre a construção social da maternidade e sua relação com a história das mulheres. Abordo também aspectos referentes à divisão sexual do trabalho, desigualdades de gênero e feminismos. No Capítulo 2, demonstro o percurso metodológico desta pesquisa, o método progressivo-regressivo, os quesitos para a seleção das participantes, procedimentos e instrumentos adotados e análise de dados. Em seguida, no Capítulo 3, descrevo as trajetórias singulares da formação acadêmica das participantes: Simone, Silvia, Ângela, Sueli, Lélia e Patrícia. Acompanhamos suas narrativas sobre as vivências que tiveram no decorrer da formação acadêmica, como também suas interseções com o ser mulher e o exercício da

maternidade. Busquei apreender a singularidade de cada participante apresentando o campo sociomaterial em que essas mulheres-mães-pós-graduandas estão inseridas.

Além de apreender as vivências singulares, no Capítulo 4 debrucei-me sobre os aspectos universais que unificam as experiências das entrevistadas. Segundo Sartre (2002), nos construímos na relação com o outro, e, assim sendo, nossas experiências e formas de apreensão do mundo são mediadas por nossas relações sociais. A dificuldade da conciliação entre os papéis ser mulher, mãe e pós-graduanda; a sobrecarga; o medo de contar sobre a gravidez e ser impactada negativamente; a falta de infraestrutura e organização/preocupação dos programas de pós-graduação com relação às discentes que são mães; a escassez do tempo de descanso, lazer e cuidado de si; o desejo em tornar-se professora universitária e a resistência em seguir frente às adversidades são alguns dos temas universais que apareceram em suas narrativas. Retomo alguns aspectos da história das mulheres e maternidade articulando-os à formação e carreira acadêmica, e a partir de tais discussões, apresento elementos para refletir sobre as desigualdades de gênero na academia, a forma de se fazer ciência e a construção do conhecimento no ambiente misógino, sexista, patriarcal e neoliberal que compõe a universidade.

Por fim, nas considerações finais, a partir do relato das participantes, teço reflexões também sobre a minha história particular, observando o quanto nossas trajetórias acadêmicas se aproximam em diversos momentos, ainda que todas as participantes, e eu mesma, estivéssemos em programas de pós-graduação diferentes. A partir das narrativas foi possível concluir que as participantes deste estudo vivenciam dificuldades referentes à conciliação dos papéis de ser mulher, mãe e pós-graduanda, o que influencia na saúde mental, na permanência ou evasão das discentes que são mães na academia e nas relações familiares, especialmente mãe-filho. Finalizo com os apontamentos sobre as limitações desta pesquisa e sugestões para aquelas(es) que desejam se debruçar sobre o universo da maternidade e ciência.

1. MULHERES E MATERNIDADE

A experiência da maternidade na sociedade brasileira está em processo de mudança, seguindo o padrão vigente nas sociedades industriais avançadas: proles reduzidas e escolha reflexiva (Scavone, 2001). A possibilidade de escolha reflexiva da maternidade e a valorização da criança varia de acordo com as condições socioeconômicas e culturais de cada mulher.

A realização da maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, especificamente a carreira acadêmica, já que são elas que assumem a maioria das responsabilidades parentais. A mulher da pós-modernidade divide-se entre o público e privado e as contradições de valores desses dois espaços (Beltrame & Donelli, 2012).

A emancipação feminina contribuiu para que as mulheres pudessem ingressar nas universidades e no mercado de trabalho – espaço que durante muito tempo lhes foi negado. No entanto, não lhes garantiu democratização ou igualdade no compartilhamento do trabalho de cuidado e afazeres domésticos, ficando sobrecarregadas por terem que conciliar trabalho, espaço público e privado.

Neste capítulo busco descrever a construção social da maternidade e sua relação com a história das mulheres. Para isso, julgo necessário explanar sobre o ser-mulher, algo que não é estático, mas uma construção social, cultural e histórica, portanto abordo também aspectos que atravessam essa temática, como a desigualdade de gênero e luta pelos direitos das mulheres.

1.1 A construção social da maternidade

O processo de constituição do ser mulher é complexo. Dentre os muitos aspectos constitutivos que o compõe, não se pode esquecer que a maternidade ocupa um ponto central da sociabilidade na cultura ocidental. Das diversas compreensões dadas até os dias de hoje, ainda que com menor força, perdura a ideia de maternidade como vocação, símbolo de realização e satisfação da mulher, condição inata. Essa ideia tem como base um discurso biológico que desconsidera vivências alternativas de maternidade, a depender do momento histórico e cultural específico.

As concepções que compreendem a maternidade como parte da natureza da mulher e função feminina por excelência são recentes na história da civilização ocidental,

elaboradas a partir de discursos médicos, sociais e religiosos. Até o século XVIII, os valores e representações referentes às crianças, à maternidade e à infância eram diferentes da atualidade, variando de acordo com o contexto social, econômico, político e cultural da época.

No período pré-capitalista, especificamente na Idade Média, a sociedade era organizada em feudos – espaços de terra utilizados para produção e fonte de renda autossustentável cedidos pelo senhor feudal aos seus servos, os quais eram subordinados à uma série de obrigações que incluíam impostos e serviços. Segundo Federici (2017), geralmente, a terra era entregue aos homens e transmitida pela linhagem masculina. No entanto, as servas eram menos dependentes de seus parentes do sexo masculino, a terra era entregue à unidade familiar, sendo assim, as mulheres não só trabalhavam nela como dispunham dos produtos de seu trabalho, sem depender de seus maridos para se manter. Acima da autoridade dos seus maridos e pais, prevalecia a dos senhores que se declaravam em posse das pessoas e propriedades, controlando desde o trabalho até o casamento e conduta social.

Nessa forma social de organização com base na subsistência, a divisão sexual do trabalho era menos pronunciada e exigente que na agricultura de base capitalista. Não havia separação social entre o trabalho de reprodução da força de trabalho e produção de bens, já que ambos contribuíam para o sustento familiar:

> As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividades domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal qual ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho (Federici, 2017, pp. 52-53).

Durante esse período, o cuidado com as crianças tinha um caráter coletivo. A transmissão dos valores, conhecimentos e a socialização da criança não eram centrados na família, mas na convivência com os adultos. A vida da criança era muito breve e o índice de mortalidade infantil era alto. Assim, nutriu-se por muito tempo o sentimento de indiferença com relação à vida das crianças, normalizando a morte precoce destas. Ariès (1981) ainda acrescenta “se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato” (p. 10).

A família, nessa época, era composta pelo casal e pelas crianças que ficavam em casa, e tinha por missão a conservação dos bens a partir da prática comum de algum ofício. Prevalecia nesse contexto a ajuda mútua em um mundo no qual homem e mulher não sobreviveriam isolados. Não havia a função afetiva, o que não quer dizer que não havia amor, mas que o sentimento entre os cônjuges e entre os pais e filhos não era necessário à existência e equilíbrio da família (Ariès, 1981). Não era incomum que alguns pais e mães delegassem o cuidado das crianças a terceiros, não chegando a ter contato com eles durante os primeiros anos da infância. A maternidade e o cuidado com a criança tinham um outro valor (Badinter, 1985).

Situações que hoje são condenadas pelos valores morais e sociais eram socialmente naturalizadas e aceitas, como por exemplo o uso de contraceptivos e a realização de aborto, que eram tolerados inclusive pela Igreja que considerava a condição econômica como justificativa para o limite de gestações (Federici, 2017). As coisas começaram a mudar quando o controle das mulheres sobre a reprodução passou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social.

Esse contexto foi modificado a partir do século XVIII, quando houve uma tomada de consciência tanto social quanto médica sobre a infância, influenciada por diversas instituições sociais e fatores econômicos. A Igreja teve um papel fundamental na construção social do que é ser mulher, sendo central a figura de Maria na constituição daquilo que por muito tempo entendemos como atributos da maternidade, a exemplo da vocação materna (Badinter, 1985). Concomitante a isso, a medicina começa a condenar a prática das amas de leite a partir de um discurso higienista que denunciava que a prática oferecia riscos de contaminação às crianças. O Estado começou a enxergar as crianças como futura mão de obra mercantil, preocupando-se e voltando sua atenção às altas taxas de mortalidade infantil e infanticídios, bem como os cuidados com os filhos nos primeiros anos de vida.

Com o advento do capitalismo, na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, a organização do trabalho e, consequentemente, a posição social da mulher mudaram radicalmente. O novo modelo econômico que considerava que a riqueza da nação estava vinculada ao número de habitantes, precisava de trabalhadores, portanto, era necessário garantir o aumento demográfico e a sobrevivência dessas crianças (Ariès, 1981; Badinter, 1985). A mulher foi encarregada de garantir a sobrevivência dos filhos, os futuros proletários. Assim sendo, a procriação passa a ser colocada a serviço do acúmulo de capital (Federici, 2017).

Foi preciso ressignificar os valores sociais a respeito da família e da maternidade, portanto, fez-se necessário que as famílias, e especialmente as mulheres, desejassem voltar sua atenção e cuidado para os filhos (Ariès, 1981). A família voltou-se para o espaço privado, opondo-se ao espaço público e tendo como personagem principal a mulher, responsável pelos trabalhos domésticos e exercício da maternidade, sob a justificativa de que esta estaria contribuindo para o futuro da nação. Segundo Federici (2017), a família é a instituição mais importante para apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres por meio da dominação patriarcal e disciplina capitalista.

Nesse novo modelo de família, foram delineados papéis diferentes para homens e mulheres, sendo a mãe a responsável por zelar pelo bem-estar do filho e marido, e o pai aquele que sustenta a família; fato que resultou na separação entre esferas públicas e privadas. Essa divisão trouxe consequências sociais e econômicas para as mulheres. Era o homem que saía para trabalhar em outras terras, quem recebia um salário, e, portanto, quem detinha o poder. As mulheres quase não tinham acesso aos trabalhos remunerados, com exceção daqueles mal pagos, e, com isso, viram sua força de trabalho ser menosprezada e sua dependência econômica dos homens intensificada.

De acordo com Federici (2017), essas transformações sociais não foram aleatórias, mas resultado de ações políticas deliberadas pelo Estado formado pela união da burguesia e nobreza para combater revoltas camponesas dos séculos XIV e XV. O útero das mulheres passa a ser controlado pelo Estado, a maternidade transforma-se em obrigação e o espaço doméstico passa a ser um espaço de enclausuramento feminino. Essa política de controle sobre os corpos das mulheres e sua reprodução, que tanto beneficiou o capitalismo, foi viabilizada principalmente pela campanha de caça às bruxas, perseguição que durou quase 400 anos e acabou por submeter as mulheres aos interesses do novo modelo econômico: o capitalismo.

O surgimento das relações monetárias, a nova organização familiar e de produção contribuíram para a naturalização do trabalho doméstico e reprodutivo desenvolvidos dentro do lar, e consequentemente sua desvalorização e invisibilidade. Para potencializar as mudanças no cuidado com as crianças era necessário reformular o conceito de família como sinônimo de felicidade e realização, assim como também mudar a forma das mulheres pensarem e agirem com relação à maternidade. Foi necessário um investimento em torno de discursos morais, éticos e científicos para atrair o desejo das mulheres para cuidarem dos seus filhos, exaltando o “amor materno” (Badinter, 1981).

Para Badinter (1981), a romantização da maternidade modificou de forma significativa a prática da maternagem, a organização familiar e as relações sociais. Criou-se uma narrativa hegemônica de gênero, família e infância através de discursos que atribuíam à mulher características como: passiva, obediente, amorosa e dedicada ao lar, com objetivo de naturalizar a maternidade como parte de seu destino biológico. Em conjunto, começaram os discursos sobre o amor romântico e a idealização do amor entre homem e mulher.

O casamento passou a ser valorizado pelo Estado e instituições sociais como a Igreja; a família tornou-se sinônimo de moral e respeito, de modo que as mulheres, para serem respeitadas e terem uma melhoria de vida na sociedade, precisavam se casar e formar uma família (Federici, 2017). O casamento, instituição criada pelo patriarcado, ao atribuir de forma desigual as responsabilidades pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, tornou-se uma forma de manter as mulheres em casa sob o controle direto do homem.

Os processos ocorridos na Idade Média e na Idade Moderna lançaram as bases de conformação da maternidade como vocação feminina. A partir do século XVIII, as três principais instituições sociais: Estado, Igreja e Ciência, reforçaram em seus discursos um padrão ideal de feminilidade a partir da representação da mãe, esposa e dona de casa (Badinter, 1985). Discursos que romantizam a maternidade e colocam-na como destino biológico das mulheres, como se o instinto materno fosse intrínseco às mulheres.

Na Idade Contemporânea, a maternidade ganhou novos elementos, novos princípios e virtudes considerados republicanos. Maternidade e amamentação tornaram-se temas de interesse público, embora ainda fosse mantida a ideia de que uma boa mãe deveria ficar em casa cuidando dos filhos. Esse momento foi crucial para o interesse do Estado na educação desses filhos, visto que tratavam-se de futuros cidadãos.

Nesse contexto, a maternidade surgiu como uma conjuntura que justificava a exclusão das mulheres do espaço público, de modo que os deveres domésticos e de cuidados com as crianças eram vistos como impedimento à participação pública política. O sexo e a capacidade reprodutiva estavam na base dessa diferenciação, despontando a construção social da maternidade atrelada à desigualdade de gênero.

No século XIX, com a industrialização, novas alterações são trazidas.

> As contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas

> desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões da maternidade. No momento em que as mulheres das famílias operárias no séc. XIX, começam a associar, de forma crescente, trabalho fora do lar e maternidade (leia-se, também, como trabalho no lar), instaurou-se uma lógica da dupla responsabilidade, que se consolidou no séc. XX, com o avanço da industrialização e da urbanização, recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de "dupla jornada de trabalho" (Scavone, 2001, p. 49).

No decorrer do século XX, a valorização da maternidade é ainda mais reforçada pelos interesses capitalistas no mundo ocidental. Na Europa, depois da Primeira Guerra Mundial, a maternidade tornou-se mais uma vez um dever patriótico, com fins de reproduzir e cuidar da mão de obra – leia-se aqui: repovoar o continente arrasado.

A transição de um modelo tradicional de maternidade, com a mulher reduzida à função de mãe e vários filhos, para o modelo moderno, com a mulher ainda definida pela função materna, mas com menos filhos e planejamento, sucedeu-se com a consolidação da sociedade industrial (Scavone, 2001). Com maior acesso à educação formal e profissional, as mulheres vão ocupando o espaço público ao mesmo tempo que mantêm a responsabilidade nos cuidados com os filhos (Scavone, 2001). Nesse contexto, a escolha pela maternidade trouxe um caráter reflexivo, influenciada por fatores subjetivos, econômicos e sociais.

A chegada da modernidade e suas conquistas tecnológicas, tanto no campo da contracepção quanto da concepção, ampliaram uma maior possibilidade de escolha entre o dilema ser ou não ser mãe. De acordo com Scavone (2001), os motivos de escolha da maternidade podem ter diversas influências, como fatores biológicos, sociais e individuais, sendo que entre os fatores sociais estão as condições econômicas e culturais da família e os projetos e possibilidades profissionais das mulheres. A classe social, o país em que reside, qualidade do serviço público e/ou privado, proximidade da família extensa e existência ou não de rede de apoio são aspectos que podem facilitar ou dificultar essa escolha.

> (...) o modelo reduzido de maternidade com uma variedade crescente de tipos de mães (mães donas de casa, mães chefes-de-família, mães "produção independente", "casais igualitários") e as diversas soluções encontradas para os cuidados das crianças (escolas com tempo integral, creches públicas, babás,

> escolinhas especializadas, vizinhas que dão uma olhadinha, crianças entregues a seus próprios cuidados, avós solícitos), a maternidade vai se transformando, seguindo tanto as pressões demográficas – natalistas ou controlistas – como as diferentes pressões feministas e os desejos de cada mulher (Scavone, 2001, p. 56).

A maternidade ocidental do século XXI ainda tem certa influência dessa concepção do século passado; isso porque nos construímos em sociedade à medida que adotamos ou refutamos determinada atitude, crença, conceito e/ou teoria. As mulheres foram convencidas de que o trabalho não remunerado – mas imprescindível – de criação dos filhos era sua primeira vocação, e através dessa "vocação natural" foi justificada a exclusão feminina de espaços públicos, inclusive, de espaços de educação formal. Até recentemente, por exemplo, a presença feminina não era aceita nas universidades.

1.2 Feminismo e direitos das mulheres

Ao longo do século XIX, o movimento feminista surge com o intuito de garantir os direitos das mulheres e alcançar a igualdade entre os sexos, visto que os homens já haviam garantido seus direitos básicos por meio da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proveniente da Revolução Francesa (Silva, Carmo & Ramos, 2021). A partir da Revolução Francesa, as mulheres começaram a refletir sobre suas próprias condições dentro da sociedade, amparadas nos conceitos de igualdade, liberdade e fraternidade.

Em meados do século XIX, as mulheres resolveram se organizar, surgindo nesse contexto o movimento das sufragistas, no qual as mulheres se organizavam e montavam estratégias na busca por direitos. Na mesma época, nos Estados Unidos, houve um movimento das mulheres pela igualdade de direitos, especialmente ao voto. Essas mulheres se uniram aos homens que lutavam pela abolição da escravatura. Uma grande abolicionista e ex-escravizada é Sojouner Truth, que proferiu o discurso "Eu não sou uma mulher", abarcando a intersecção entre sufrágio feminino e os direitos dos negros (Davis, 2016).

Nessa fase, o feminismo era representado principalmente por mulheres brancas que tinham por intuito alcançar direitos iguais aos homens. Entre as reivindicações estavam o acesso à educação, como aprender a ler e escrever, já que acreditavam que a suposta inferioridade se dava à educação diferente; e, em sua maioria, contestavam o

casamento por enxergar nesse uma relação assimétrica, na qual as mulheres estavam submissas aos homens e tinham de servi-los em vários aspectos, inclusive sexuais (Silva, Carmo & Ramos, 2021).

Até o século XVIII, as mulheres estavam restringidas dos espaços escolares, as leituras eram feitas escondidas, visto que era proibido qualquer tipo de leitura que não as de cunho religioso. Além das leituras, mulheres se envolviam em atividades que socialmente não eram reconhecidas como científicas, mas posteriormente foram incorporadas pela ciência, como: parteira, curandeira, na administração de remédios e descoberta das plantas medicinais (Badinter, 1985; Federici, 2017). As mulheres, desde o princípio, fizeram parte da construção do conhecimento, ainda que houvesse instrumentos e formas de impedi-las ou dissuadi-las.

A criação do ensino secundário para mulheres na Europa possibilitou o acesso à educação apenas a um grupo restrito e determinado de mulheres. No que diz respeito às universidades, apesar de terem sido criadas em meados do século XI, o acesso era restrito aos homens, sendo permitido às mulheres apenas no final do século XIX.

O acesso das mulheres aos vários níveis de educação ocorreu de forma lenta e gradual. Com a Segunda Guerra Mundial, e, simultaneamente, a industrialização, a organização social e a configuração dos espaços público e privado começaram a se modificar. Com os homens lutando na guerra, as mulheres passaram a assumir o comando e sustento do lar, ganhando espaço no mercado de trabalho a partir da necessidade de mão de obra industrial (Scavone, 2001). Nesse sentido, crescia a necessidade de instruir as mulheres de forma mais satisfatória para o mercado de trabalho, e, consequentemente, tornava maior o número de mulheres presentes nas instituições de ensino superior.

No Brasil, a criação das instituições de ensino superior deu-se a partir da vinda da família real, com as primeiras escolas de Medicina e Direito. Antes disso, como na maioria dos países do ocidente, as mulheres estavam limitadas aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, instruídas para serem boas mães e esposas. Entretanto, esse processo não se deu livre de outros tipos de desigualdade; para além do gênero, o acesso à educação universitária foi ainda mais difícil para as mulheres pobres.

As demandas pela aquisição de direitos iguais, acesso à educação e refutação do casamento representavam principalmente problemas das mulheres da classe média e elite. Contudo, por outro lado, existiam as mulheres trabalhadoras, proletárias, que tinham como demanda desigualdades salariais, essas formaram outro tipo de movimento, o movimento operário (Silva, Carmo & Ramos, 2021).

A partir da década de 1950, o movimento feminista fomentou questionamentos para os problemas mais diversos. As mudanças sociais e o acesso à educação capacitaram as mulheres para a compreensão e conscientização do seu papel na manutenção do sistema social, fazendo emergir a transição da luta focada nos direitos civis para a politização das "questões privadas", como o caso da maternidade (Scavone, 2001).

As mulheres haviam conquistado direitos na maior parte dos países, eram iguais aos homens perante a lei, mas na prática, ainda eram inferiorizadas e tidas como refém dos homens, fossem pais ou maridos, confinadas ao espaço privado do lar. Esse momento foi crucial para questionar a ideia de mulher.

Foi nesse contexto que Simone de Beauvoir apontou para uma compreensão sobre ser mulher que refutava o determinismo biológico. De acordo com Beauvoir (1949/2016), historicamente criou-se a ideia de que o destino da mulher se resumia ao casamento e à procriação, como se essas fossem as únicas possibilidades de se alcançar a completude. Através da educação, desde o nascimento mulheres são ensinadas, em nome do amor, a assumir esse papel maternal, inventado por homens. É a partir dessa compreensão que ela traz a tão conhecida afirmação de que "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" (p. 11).

Para a filósofa, a função biológica não necessariamente deve implicar no cuidado e educação dos filhos. A partir dessa contestação, foi possível denunciar a construção social ao redor da maternidade e suas implicações na vida da mulher. A negação desse destino biológico supostamente inevitável traz consigo elementos importantes para a compreensão do ser mulher, como aspectos sociais, econômicos, políticos, subjetivos, entre outros (Beauvoir, 2016).

As opressões às quais as mulheres estavam submetidas não poderiam ser vistas apenas como um problema individual e privado, mas antes um problema de interesse público. Assim sendo, era necessário que as estruturas públicas se mobilizassem para modificar o âmbito privado onde as mulheres sofrem violências (Silva, Carmo & Ramos, 2021). Uma importante ativista dessa causa foi a americana Carol Hanisch, que trouxe a frase "o pessoal é político".

Em 1970, as mulheres francesas lutaram pela pílula contraceptiva e pelo aborto, compreendendo-os como direito político e reivindicando que a maternidade não fosse uma imposição, mas de livre escolha. Outra questão foi o debate acerca da divisão sexual do trabalho. Essa separação entre o trabalho dos homens e das mulheres, baseada na ideologia naturalista, contempla uma hierarquização do trabalho e relação de poder dos

homens sobre as mulheres, sendo a esfera produtiva destinada ao homem, e o trabalho reprodutivo às mulheres (Badinter, 1985; Scavone, 2001; Hirata, 2007).

De acordo com Silva, Carmo e Ramos (2021), nessa mesma época surgiram novos movimentos associados às lutas sindicais e em defesa de melhores condições de trabalho, reivindicando melhores salários, medidas de saúde e segurança, associações profissionais e partidos políticos. No Brasil, após o período de ditadura militar (1964-1985), houve um movimento pelas lutas sociais e reivindicação de direitos que se aproximou das organizações feministas não governamentais, despertando uma visão democrática que obteve apoio internacional e impôs ao Estado a implementação de políticas públicas mais eficazes (Pinto, 2010). Nesse seguimento, uma das conquistas que merece destaque é a autonomia das mulheres com relação à reprodução e controle do seu corpo, especificamente o controle sobre a fecundidade através da anticoncepção, com atenção à saúde integral da mulher, que inclui o planejamento familiar (Silva, Carmo & Ramos, 2021).

Segundo Pinto (2010), com a redemocratização, o feminismo no Brasil entrou em uma fase pela luta dos direitos das mulheres, com inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões abarcando diversos temas: “violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais”(p. 17); organizados próximos a movimentos populares de mulheres que reivindicavam educação, saúde, habitação e saneamento.

Na década de 1980, Badinter (1985) analisou o instinto materno e constatou que se tratava de um mito, afinal, nem toda mulher deseja ser mãe e nem toda mãe deseja ocupar-se integralmente de seu filho. O sentimento materno não é inato, mas adquirido ao longo do tempo no cuidado dedicado à criança. Ao contrário do reino animal, submetido ao determinismo biológico, a mulher é um ser histórico, social, vivente, com a habilidade de simbolizar. No que se refere ao instinto materno, a autora acrescenta:

> Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional (Badinter, 1985, p. 366).

As mulheres continuam sendo majoritariamente responsabilizadas pelos cuidados com a casa e com os filhos, configurando uma sobrecarga com dupla jornada de trabalho.

A atribuição desigual das responsabilidades da vida privada trouxe consequências para as mulheres, como restrição da participação pública, dificuldade de ascensão na carreira profissional, escassez de tempo para dedicar-se a maiores qualificações profissionais, fato que acentuou a exploração de sua mão de obra (BADINTER, 1985). Dessa forma, a divisão desigual do trabalho reduz as possibilidades das mulheres enquanto as divide entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico, conciliando maternidade, carreira profissional e afazeres domésticos (Costa, 2018).

Nesse contexto, o movimento feminista buscou questionar e problematizar a divisão sexual do trabalho, bem como a exploração da mulher, evidenciando e denunciando as dicotomias e desigualdades baseada na questão de gênero. Entender que a maternidade pode ser vivida de diversas formas, e, inclusive, pode não ser desejada, foi um passo importante e libertador para os anseios das mulheres. Articulando o conceito do "mito do amor materno" com a divisão sexual do trabalho, torna-se evidente que os homens foram os maiores beneficiados com isso.

De acordo com Scavone (2001), o debate entre as próprias feministas trouxe enfoque nas estruturas sociais e culturais, como a refutação do determinismo biológico, e o consequente entendimento da maternidade como escolha. A crítica não diz respeito apenas ao mito do amor materno, mas também à família nuclear e heterossexual como base da propriedade privada e da dicotomia entre produção e reprodução, o que legitimava o discurso acerca da maternidade (Souza, 2019).

A partir de 1900, as mulheres já ocupavam os espaços acadêmicos e entendiam a maternidade como um elemento importante para as desigualdades de gênero. No entanto, sentia-se a necessidade de algo que auxiliasse na compreensão dos diferentes tipos de opressão aos quais as mulheres estavam expostas (Rocha, 2022). Foi nesse momento que o conceito de interseccionalidade ganhou força, sendo um importante elemento para o aprofundamento da análise.

Kimberlé Crenshaw (2002) conceituou interseccionalidade ao tratar de raça, gênero e classe como categorias de experiência e de análise que não se excluem, além de apontar a multidimensionalidade da experiência de mulheres negras. Em suas palavras,

> É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que

> estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 117).

Para Akotirene (2019), uma análise que desconsidere a articulação entre as categorias gênero, raça e classe seria, no mínimo, aleatória. Sendo assim, a compreensão do contexto social, cultural, econômico e político é de suma importância para a análise e entendimento de como as opressões se sobrepõem. "A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado – produtores de *avenidas identitárias* em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais" (p. 19).

No Brasil, as pautas estavam vinculadas a questões como a prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher, que garantiram alterações no Código Penal, graças, por exemplo, a Lei Maria da Penha, em vigor desde setembro de 2006. Surge, com isso, uma nova visão da sexualidade com mais autonomia, liberdade e valorização da mulher, amenizando as relações de desigualdade entre os gêneros.

O feminismo contribuiu para que as mulheres pudessem reivindicar melhores condições de trabalho a partir da crítica à divisão desigual do trabalho doméstico, às disparidades salariais entre homens e mulheres, ao mito do amor materno, entre outras questões. Também possibilitou maior autonomia, maior acessibilidade nas esferas sociais e garantia de direitos através da reivindicação de políticas públicas. Entretanto, as consequências dessa desigualdade de gênero perduram em muitos países, como o Brasil, até os dias de hoje.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se insere numa perspectiva qualitativa, buscando, a partir do método apresentado pelo existencialismo de Jean-Paul Sartre, compreender os fenômenos em vez de explicá-los, entendendo como se manifestam sem a preocupação em estabelecer relações causais a priori para apreender a forma como o sujeito vivencia, percebe e atribui sentidos a determinado fenômeno (Boemer, 1994; Holanda, 2006). Neste caso, esta pesquisa visa a compreensão do fenômeno a partir da experiência, da percepção de mulheres que são mães e mestrandas/doutorandas.

Para Sartre (2002), as ações e a vida dos indivíduos que se pretende estudar não podem ser reduzidas a significações abstratas, do contrário, devem ser compreendidas como formas de projetar-se no mundo, em uma dada realidade e contexto. Compreender como uma pessoa chega a ser quem ela é, implica na necessidade de um método que transite entre o singular e o universal, indivíduo e história, a biografia e o social, fugindo de apriorismos e reducionismo. Portanto, utilizei o método progressivo-regressivo proposto por Lefebvre e aprimorado por Sartre. Nesta pesquisa, emprego o estudo biográfico com apoio no método progressivo-regressivo, privilegiando a escuta das narrativas de vida de mulheres-mães que estão no exercício das atividades de uma pós-graduação *stricto sensu*.

2.1 Método progressivo-regressivo

Este método parte de uma perspectiva histórica-dialética que compreende que o sujeito se constitui através do movimento dialético, ou seja, nasce em uma realidade objetiva, em determinado contexto histórico, social, político, econômico, familiar, e durante seu existir irá apreendendo essa objetividade, assimilando-a e significando-a à sua maneira, tornando-a subjetiva (Freitas, 2018). É a partir do movimento de apreensão do mundo pelo sujeito (subjetivação da objetividade) e sua ação sobre ele (objetivação da subjetividade) que cada um irá se constituir singularmente, construir sua própria história e contribuir com a história coletiva, a qual abarca a pluralidade de ações de diversos sujeitos.

Assim, o sujeito não deve ser compreendido fora de situação, pois está em constante relação com aquilo que o circunda, “como um produto, na medida em que subjetiva as objetivações deixadas pelas gerações passadas, tornando-se, assim, expressão

de sua época; e produtor, pois ao agir sobre o mundo objetiva-se nele e participa da construção da história e dos contornos coletivos*”* (Vaccaro, 2021, p. 23).

Nessa perspectiva histórica-dialética, a compreensão do humano se faz a partir da compreensão do sujeito como um projeto que interioriza a exterioridade e exterioriza a interioridade por meio da superação da realidade dada, rumo a um campo de possíveis (Sartre, 2002; Freitas, 2018). Ou, nas palavras de Sartre (1971/2013, p. 7):

> Afinal, um homem nunca é um indivíduo; seria melhor chamá-lo de universal singular: totalizado e, por isso mesmo, universalizado por sua época, ele a retotaliza ao reproduzir-se nela como singularidade. Universal pela universalidade singular da história humana, singular pela singularidade universalizante de seus projetos, ele exige ser estudado a um só tempo pelas duas pontas.

Essa forma de conceber a realidade humana exigia um método apropriado, diferente daqueles que ora recaiam no subjetivismo, ora no universalismo. O método desenvolvido pelo filósofo marxista Henri Lefebvre e aprimorado por Sartre é o progressivo-regressivo, que visa uma compreensão histórica e dialética de homem, pois considera que o indivíduo não deve ser estudado de forma isolada (Schneider, 2008). Assim sendo, a história individual deve ser compreendida a partir da sua relação dialética com as condições da época em que vive, isto é, o contexto no qual o sujeito está inserido, sua conjuntura familiar, valores, crenças, cultura.

Sartre (2002) define o método de abordagem existencialista como: “um método regressivo-progressivo e analítico-sintético; é, ao mesmo tempo um vaivém enriquecedor entre o objeto (que contém toda a época como significações hierarquizadas) e a época (que contém o objeto em sua totalização)” (p. 122).

O método progressivo-regressivo efetua um movimento heurístico que vai da singularidade à universalidade, do individual à história e vice-versa, estabelecendo uma síntese horizontal relacionada à temporalidade, e uma síntese vertical referente à singularidade na multiplicidade (Freitas, 2018). Desse modo, com o método progressivo-regressivo pode-se compreender a singularidade enquanto interiorização da universalidade, como o sujeito vive o universal no particular e o que ele faz perante as condições sociomateriais que lhes são impostas, num processo de exteriorização da singularidade.

Para que essa compreensão seja alcançada, são necessários dois momentos: o regressivo (analítico) e o progressivo (sintético). No momento regressivo, Sartre (2002)

recomenda que haja uma investigação da história, a fim de reconstruir as estruturas da sociedade em questão, seus conflitos e contradições, e investigar a maneira como o sujeito apreende essa realidade e como busca superá-la. É preciso aprofundar na singularidade histórica para que, posteriormente, possamos realizar o caminho progressivo que visa revelar como o sujeito superou as condições anteriores, o que fez com o que fizeram dela. Ao percorrer a história de uma pessoa por meio desse movimento dialético, podemos compreender como ela se unifica, qual a sua unidade sintética, o seu projeto de ser.

Elucidar o projeto se faz necessário, pois é por meio dele que o sujeito produz a si mesmo no mundo, bem como produz o mundo. A significação singular da realidade, o sentido que o projeto tem para o sujeito implicará na forma como esse indivíduo irá agir e escolher frente às contradições. Sartre alerta para o cuidado ao se analisar o projeto singular, pois ele pode ser desviado ou não corresponder à escolha original do sujeito.

Segundo Vaccaro (2021), é importante enfatizar que as compreensões decorrentes das análises e sínteses não devem ser vistas como saberes totalizados sobre o objeto em estudo; no caso deste estudo, mulheres que são mães e pós-graduandas, mas com totalizações em curso – ou seja, ainda inacabadas.

Não existe indivíduo sem campo sociomaterial, nem campo sociomaterial sem o indivíduo. O indivíduo é produto e produtor da história, mesmo sob condições já estabelecidas a priori, uma vez que ao nascer, somos lançados no mundo com estruturas já preexistentes. Assim, o indivíduo determina seu futuro em um contexto no qual a história também o determina, mas não o define; isso porque ele pode realizar uma possibilidade que supera um dado histórico, modificando-o ou mantendo (Freitas, 2018). Será pelo seu projeto de ser que o indivíduo decidirá como irá orientar suas ações e intervir naquilo que está posto, nas condições sociomateriais.

Apesar das ações do sujeito estarem inscritas no contexto em que se vive, apenas o conhecimento da conjuntura não é suficiente para compreendê-lo em sua totalidade. Como afirma Freitas (2018), “é preciso que se parta da experiência daquele que expressa para compreender como a significa, bem como suas contradições. Por esse caminho, cujo conhecimento é apreendido de quem o produz, poderemos entender que não há somente uma ideologia” (p. 129).

Perseguir a biografia de uma pessoa requer elucidar o que unifica seus diversos comportamentos, gestos, emoções, escolhas e gostos; desvelar as relações que o sujeito estabelece com os acontecimentos, entendendo que o indivíduo é quem atribui sentido e significados àquilo que narra. Elucidar o caminho que esse sujeito percorre em direção a

um fim. Ainda que duas pessoas experienciem a mesma situação, no mesmo ambiente, na mesma época, cada uma a significará de forma diferente, pois o modo de se fazer é sempre único de cada sujeito.

Será através do método progressivo-regressivo, com seu movimento analítico-sintético, que conduziremos a fase de entrevistas desta pesquisa, bem como a análise e discussões decorrentes dela.

2.2 Participantes

Participaram da pesquisa seis mulheres-mães que cursavam programas de pós-graduação *stricto sensu* em alguma universidade pública no Brasil e tinham filho(s) com idade entre 0 a 6 anos. A escolha da faixa etária do(s) filhos(s) se deu por entender que a primeira infância é um período importante para a formação da criança, com impactos profundos no futuro, sendo resguardado pela Lei n°13.257 de 2016, mais conhecida como a Lei da Primeira Infância. A seleção das participantes foi realizada mediante o convite, por parte da pesquisadora, a mulheres que são mães e estavam cursando mestrado ou doutorado nos Programas de Pós-graduação de Universidades Públicas do Brasil.

A seleção das participantes foi realizada por amostragem não probabilística que se utiliza de uma rede de contatos para alcançar participantes que se adequem aos critérios da pesquisa. Sendo assim, as participantes foram convidadas a colaborar com a pesquisa através de indicações sucessivas de pessoas conhecidas, técnica esta denominada de bola de neve (*snow ball)* (Vinuto, 2014). O contato para participar da pesquisa foi feito por meio das redes sociais, especificamente através da comunidade do "IV Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência", criada no aplicativo *WhatsApp.* Após a explanação sobre a pesquisa nessa comunidade, algumas mulheres-mães-pós-graduandas se voluntariaram a participar, indicaram colegas ou compartilharam a informação em demais grupos sobre Maternidade e Ciência.

Foram selecionadas seis participantes para a pesquisa, das quais, quatro mulheres realizavam pós-graduação em áreas do Colégio de Humanidades (Direito, Psicologia, Ciências Sociais e Educação) e duas participantes de áreas vinculadas ao Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar (Química e Oceanografia)[3].

[3] Atualmente, a CAPES, agência responsável pela avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, organiza as 50 áreas de conhecimento em três Colégios: Colégio de Ciências da Vida, Colégio de Humanidades e Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Segue quadro com algumas informações sobre as participantes.

Quadro 1- Dados das participantes da pesquisa.

Nome	**Idade**	**Cor**	**Profissão**	**Estado Civil**	**Nº de filhos**	**Idade do(s) filhos**	**Curso na Pós-Graduação**	**Instituição**
Simone	34	Branca	Advogada	Casada	2	1 e 6 anos	Mestrado	UFRJ
Sílvia	38	Branca	Oceanógrafa	Casada	1	2 anos	Doutorado	UFES
Ângela	29	Branca	Química	Solteira	1	1 ano e 8 meses	Doutorado	UEM
Sueli	32	Branca	Advogada	Casada	1	2 anos	Mestrado	FAMERP
Lélia	47	Preta	Pedagoga	Solteira	2	22 e 3 anos	Mestrado	UFRRJ
Patrícia	28	Branca	Internacio-nalista	Casada	2	3 anos e 10meses	Mestrado	UERJ

Nota: Os nomes são fictícios.
Fonte: Elaboração própria.

2.3 Procedimentos e instrumentos

No que diz respeito aos procedimentos e instrumentos, primeiramente o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá. Após a sua aprovação (Parecer nº 6.962.948), foi realizado o contato com as mulheres para a explanação sobre os objetivos desta pesquisa. Para aquelas que aceitaram participar, foi feita a apresentação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice I), a fim de registrar o conhecimento das colaboradoras sobre a pesquisa e seus direitos como participantes.

Em seguida, foi realizada uma entrevista online semiestruturada com as mulheres, de forma individual e com gravação de áudio, através da plataforma *Google Meet*. As entrevistas iniciaram com a coleta de alguns dados sociodemográficos, como idade, estado civil, raça/etnia com a qual se identifica e número e idade dos(as) filho(s). Posteriormente, utilizei a seguinte questão disparadora: conte-me sobre a sua história de vida, como foi sua trajetória acadêmica até a pós-graduação; quando e como se deu o exercício da maternidade? Através dessa questão, busquei estimular o depoimento das participantes acerca do tema, a fim de conhecer os sentidos de suas experiências em relação ao fenômeno ser-mulher-mãe-e-pós-graduanda. As entrevistas tiveram uma duração entre 45 e 60 minutos.

2.4 Análise dos dados

Após a realização, as entrevistas foram transcritas e as transcrições compuseram o material analisado. Os conteúdos relatados na entrevista (biografia) foram explorados tomando como base o método regressivo-progressivo, desenvolvido por Sartre em sua obra *A Questão do Método* e posteriormente inserido em sua *Crítica da Razão Dialética*.

Segundo Maheirie e Pretto (2007), se para compreender como um sujeito torna-se quem ele, é faz-se necessário contemplar as questões objetivas que participam dessa constituição do sujeito, também é importante levar em consideração a intersecção entre raça e classe no exercício da maternidade e formação acadêmica.

Sartre (2002) ressalta que a apreensão da realidade através do método progressivo-regressivo passa pela compreensão do subjetivo e objetivo, visto que o método nos permite alcançar a relação entre a história do indivíduo e as circunstâncias objetivas onde o sujeito realiza essa história. Tal método é composto a partir de alguns momentos: o primeiro momento é a observação e descrição do fenômeno informado pela experiência, que abarca fatos, acontecimentos, depoimentos da participante da pesquisa, sem acrescentar juízos de valor ou crenças provenientes do pesquisador (Sartre, 2002). O segundo momento diz respeito ao movimento analítico-regressivo, através do qual se parte do presente e volta ao passado a fim de reconstruir seu movimento na história, compreendendo a história individual, as estruturas sociais, o tempo histórico, seus conflitos e suas contradições (Sartre, 2002).

Por fim, ao aprofundar sobre a história, prossegue-se num terceiro momento: o movimento progressivo (sintético), que parte do passado para o presente, reencontrando um presente elucidado, compreendido e explicado. Freitas (2018) acrescenta que ao desvelar o elemento que unifica os movimentos de um indivíduo, é possível compreender o projeto de ser do indivíduo, como ele edifica sua história singular no seio da história universal e como contribui para a produção desta ao realizar sua própria história.

Considerando a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito como um vínculo indissociável em interdependência entre objetividade e subjetividade, para análise de dados foram considerados os sentidos atribuídos pelas mulheres às suas experiências a partir de seus relatos e da reflexão com a teoria do Existencialismo de Sartre. Essa teoria é considerada adequada para compreender o indivíduo em sua totalização (em curso), de forma não fragmentada, trazendo a perspectiva do existencialismo sartriano. Além disso, contempla também Simone de Beauvoir e estabelece diálogo com o feminismo interseccional, por se acreditar que, no que se refere ao ser mulher e mãe, esses dois últimos podem agregar na compreensão do fenômeno.

3. A TRAJETÓRIA DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA EM SEU SER MULHER, MÃE E PÓS-GRADUANDA

Me sinto às vezes numa gincana, tendo que dar conta de tudo.
(Simone)

A carga mental acaba ficando para a mãe, por mais que o pai participe da criação, ele nunca absorve essa carga mental.
(Silvia)

Nós vamos ser limitadas no fazer ciência porque somos mães, mas é mais por conta de não termos apoio suficiente para sermos mães e fazermos ciência.
(Ângela)

A pesquisa, a ciência me faz reviver, é um momento que eu tenho comigo mesma, (...) eu posso ser útil para alguém, para uma sociedade, além da minha maternidade.
(Sueli)

A sociedade, de uma forma geral, coloca como expectativa que não dê certo, é o tempo todo dizendo que esse lugar não é seu.
(Lélia)

Acho que eles devem pensar: "não foi você que escolheu ser mãe? Então, é assim mesmo".
(Patrícia)

Neste capítulo serão apresentadas as trajetórias das participantes, o percurso singular que fizeram a partir de suas escolhas ao se constituírem como uma mulher que também é mãe e pós-graduanda. Como já exposto, a análise se pautou na perspectiva do existencialismo sartriano; por isso, cada trajetória foi compreendida em sua singularidade e *em* situação, ou seja, atravessada por condições histórica, material e cultural encontradas, das quais as mulheres desta pesquisa não participaram de sua construção, mas foram afetadas por elas – e também as afeta em certa medida. O intuito foi compreender os sentidos da experiência de ser mulher-mãe-e-pós-graduanda *stricto sensu* nas universidades públicas brasileiras.

3.1 A trajetória de Simone

Mulher de 34 anos, branca, advogada e mestranda em Teoria Jurídica Contemporânea na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem como tema de pesquisa a licença parental. É casada e tem dois filhos, um com 6 anos e outro com 1 ano. Desde o primeiro contato e durante toda a entrevista, Simone se mostrou interessada em

participar do estudo e à vontade para expor o que lhe fora perguntado, além de compartilhar sua vivência.

Graduada em Direito e com especialização, em 2022 Simone decidiu participar do processo seletivo para o mestrado na UFRJ. Na época ela já trabalhava em um grande escritório de advocacia na cidade do Rio de Janeiro como advogada trabalhista, tinha um filho com idade de quatro anos – o qual possui transtorno do espectro autista. No decorrer do processo seletivo, descobriu-se grávida do seu filho mais novo. Sobre a descoberta dessa gravidez ela relata:

> *Fiquei sabendo depois, quando eu fiz a entrevista eu já sabia, já estava ali com três meses, três para quatro meses mais ou menos, mas também não falei na entrevista até porque não sabia se eu ia passar, como é que ia ser, mas também achei que não era relevante essa informação e enfim, com receio inclusive de prejudicar a seleção.*

Ao mesmo tempo que considerava uma informação irrelevante para ser expressa na entrevista da seletiva de mestrado, ela sentia receio de que essa informação pudesse prejudicá-la mesmo após as etapas de análise do projeto e de currículo. Não por acaso, esse é um receio comum a mulheres na graduação, pós-graduação e que apareceu no relato de outras participantes.

Dou início a nossa conversa indagando-a sobre *"como que é para você essa experiência de ser mulher, de ser mãe e ser mestranda?"*. Ao que Simone responde "*é muito desafiador*". O mestrado exige uma carga horária de dedicação alta, desde o deslocamento até a universidade, frequentar as aulas, trabalhos, provas, leituras e pensar a logística de organização da rede de apoio para que possa cumprir com esses afazeres. Para além do mestrado, existem as obrigações e demandas relacionadas ao trabalho profissional e ao trabalho de cuidado, que é o maternar, e os afazeres domésticos, o que lhe impõe uma jornada tripla ou mesmo quádrupla de trabalho.

Sua principal rede de apoio é a escola do filho mais velho e as duas babás, uma para cada filho, pois seu filho mais velho possui uma carga horária extensa de terapias. Simone conta que durante a gestação, por trabalhar de forma 100% remota, conseguia acompanhar o filho mais velho durante as terapias; enquanto o esperava, aproveitava para trabalhar. No entanto, ao final da gravidez percebeu que não conseguiria cumprir com essa logística.

Durante o primeiro ano do mestrado Simone pensou algumas vezes em trancar o curso, iniciou as aulas já com oito meses de gestação, seu filho nasceu em maio e o semestre terminava em julho. Ela relata que como no primeiro semestre letivo é vedado o trancamento, foi necessária uma adaptação por parte dos professores e muito diálogo. Outro ponto é que até 2023, primeiro ano do mestrado, não havia uma disposição normativa sobre discentes gestantes.

> (...) *gera um estresse para a mulher que está gestante, já perto do final da gestação, de ficar correndo atrás e ver o que vai ser de mim, porque ao mesmo tempo que era um sonho, mas dá trabalho, até que ponto valeria a pena correr atrás e seguir em frente, mesmo grávida de oito meses. Então no final deu certo, eu consegui ajustar, porque o meu filho nasceu em maio, o semestre só acabava em julho, o primeiro semestre, então eu teria dois meses que eu ia levar falta, porque eu não ia conseguir, mesmo que remotamente assistir à aula, porque com um bebezinho recém-nascido, às vezes você não consegue nem ligar a câmera do computador.*

Não houve período de licença maternidade para ela, apenas uma "flexibilidade" da universidade, que não lhe exigiu presença nas aulas, mas conclusão de atividades/trabalhos e participação pontual de forma remota nas disciplinas. No ano em que seu filho nasceu, em 2023, a licença maternidade era concedida apenas às discentes bolsistas, o que não era o caso de Simone. Então, como não havia uma norma para as demais mães discentes, foi implantada na pós-graduação a normativa da graduação. Atualmente ela relata que houve uma mudança e que a licença foi estendida às mães não bolsistas também.

Tal fala demonstra a lacuna existente entre a lei e sua aplicabilidade, que não dão conta de auxiliar minimamente as mães pós-graduandas, revelando que não é na legalidade e/ou regimentos que certos acordos são feitos, mas em um lugar extra, onde a autonomia e autoridade são invocadas e o posicionamento político de docentes e coordenadores é que são determinantes para a concessão ou não de certos "privilégios", isto é, de direitos (Souza, 2019).

Simone conta que a estrutura física da universidade não é preparada para receber as discentes mães e seus bebês. Os banheiros não são adaptados com trocador, não há espaço específico para amamentação, nem uma poltrona e/ou cadeira um pouco melhor para que as mães possam amamentar, o que torna esse espaço nada acolhedor. Ela ainda

acrescenta que sem rede de apoio sua presença nas aulas seria prejudicada, visto que esse não é um ambiente receptivo a bebês e crianças, então ela teria que faltar a aula para exercer esse cuidado.

No segundo semestre ela ainda pensava sobre o trancamento, pois seu filho mais novo tinha apenas três meses. Como as aulas eram apenas uma vez por semana, não comprometia a carga horária com seu filho e julgou, à época, ser bom retomar o convívio social, *"voltar a exercitar um pouco a cabeça para além da maternidade"* – assim, ela manteve-se matriculada. Simone relata que precisou de ajuda e ajustes na rede de apoio para que conseguisse concluir o segundo semestre, já que a parte jurídica demanda muita leitura, teoria, relatoria e aprofundamento. Ademais, concomitantemente ao mestrado e cuidado com os filhos, ela também advoga.

> *Atualmente eu tenho duas babás, uma para cada criança, porque além disso, ainda sou mãe atípica, então o meu filho mais velho ele é uma criança autista que precisa cumprir uma carga horária de terapias, que é uma carga extensa, né? Se não fosse a rede de apoio da babá que me auxilia com ele, eu não conseguiria cumprir para levar ele na terapia, cuidar do pequenininho e trabalhar e fazer mestrado. Então para essa logística funcionar a babá é fundamental, e aí isso na parte da manhã que ele faz as terapias, na parte da tarde ele vai para a escola, então a escola também é uma importante rede de apoio. E o meu filho mais novo, ele tem uma babá também que aí fica com ele no período integral de segunda a sexta-feira.*

Hirata e Kergoat (2017) assinalam que as mulheres, mães e acadêmicas, conciliam o cuidado de seus filhos com outras mulheres, seja nos espaços privados, como empregadas domésticas e babás; ou nos escolares, como creches e escolas. Essa é uma opção que se apresenta para as mães de classe média, como é o caso de Simone. Entretanto, nas classes populares, há poucas opções em relação ao tempo para se qualificar e buscar formação acadêmica.

Simone ainda amamenta seu filho mais novo e relata os desafios de conciliar a amamentação e a vida profissional. No momento da entrevista, o filho já estava com mais de um ano de idade, conseguia se alimentar melhor e a amamentação era mais um momento de aconchego e regulação emocional ao início do dia e final dele. Mas antes, ela precisava levar a bomba de extração de leite para o trabalho, extrair o leite e estocá-

lo, portanto, precisava levar também bolsa térmica e vidros para poder retornar para casa com leite para o seu filho.

Perguntei a ela como é sua rotina nessas múltiplas funções e quais os impactos tanto da maternidade no fazer ciência, quanto do fazer ciência na maternidade. Ela relata que é difícil,

> *Me sinto às vezes numa gincana, tendo que dar conta de tudo, chegar a tempo na escola, chegar a tempo no trabalho, chegar a tempo na aula. Mas é isso, eu sei também que é temporário, eles não vão ser pequenos para sempre, eu também não vou fazer mestrado para sempre. Então é um período desafiador das nossas vidas, mas espero que seja recompensador lá na frente.*

Ela diz que não dá para fazer tudo cem por cento, logo, vai se adaptando, elencando o que é prioridade naquele momento e "*deixando alguns pratinhos cair*". Após o falecimento da mãe, Simone não teve muitos familiares próximos com quem contar, seu pai mora em outro estado (Paraná) e a sogra, apesar de morar na mesma cidade, tem outras demandas. Seu companheiro trabalha fora todos os dias, e com isso fica mais difícil conseguir uma divisão *"adequada"* das responsabilidades e cuidados. Atualmente eles não têm uma divisão certa, cada um vai vendo o que consegue fazer, o pai tem assumido um pouco mais os cuidados aos finais de semana e com o filho mais velho durante a semana, enquanto ela tem uma flexibilidade maior durante a semana, pois apesar de trabalhar presencialmente, não precisa ir ao escritório todos os dias, o que lhe permite ajustar a sua rotina com a rotina das crianças.

Nesse sentido, pensando na ideia de conciliação entre vida acadêmica e familiar, Hirata e Kergoat (2017) apontam quatro tipos de modelos: o **tradicional**, no qual as mulheres cuidam da vida doméstica e os homens são provedores; o de **conciliação**, no qual as mulheres são responsáveis pela conciliação entre trabalho doméstico e profissional; o de **parceria**, no qual homens e mulheres compartilham os afazeres; e o de **delegação**, no qual as mulheres conferem o cuidado a outras mulheres (babás, professoras, avós, etc.), sendo que a existência do primeiro grupo depende do outro.

Simone acrescenta:

> *Eu acho que a maternidade afeta na carreira científica no sentido de que nos tira um pouco de tempo, de nos dedicarmos tanto à pesquisa. Ao mesmo tempo que nos auxilia também a ter um pouco mais de foco, de você ser mais direta, você ter*

> *um olhar mais objetivo. Tipo, você não pode perder tempo com isso, tem que ir mais direto ao ponto. Então a maternidade me ajudou a ter um olhar mais objetivo porque eu quero pesquisar um direcionamento mais direto, digamos. Mas sem dúvidas, me tirou bastante tempo para pesquisar outras coisas, para dar uma viajada e poder expandir um pouco os horizontes dentro da própria pesquisa. Eu acho que tira um pouco das nossas possibilidades de ir a congressos, congresso mais longe. Não tem a menor possibilidade de viajar para um congresso que não seja aqui no Rio de Janeiro. Então eu acho que acaba tirando um pouco essa nossa possibilidade de nos movimentarmos mais. Provavelmente, são outros alunos que vão se destacar nesse sentido. Então são escolhas e consequências.*

Em contrapartida, Simone relata que assim como a maternidade tira um pouco de tempo para dedicar-se à pesquisa, o mestrado também lhe tira um pouco de tempo de dedicação à maternidade, isso porque às vezes, nos finais de semana que poderia ter um tempo melhor de qualidade com os filhos, precisa dedicar-se às leituras e estudos.

Ao final do segundo semestre do mestrado, a mãe de Simone faleceu de forma inesperada. No início do terceiro semestre, em 2024, ela optou pelo trancamento do mestrado para que pudesse cuidar da sua saúde mental, pois como ela mesmo afirma, era *"muita coisa para lidar"*, os cuidados com um bebê, o retorno presencial ao trabalho, a perda da mãe e a proximidade do exame de qualificação de seu projeto de pesquisa para o mestrado. No momento da entrevista, Simone já havia retomado o mestrado e estava se preparando para a qualificação.

Diante dessa vivência, pergunto para ela sobre o tempo de lazer, de cuidado para si e como ela tem feito para cuidar da saúde mental. Ela comenta que diante de tantas demandas, algo fica prejudicado e que atualmente esse tem sido esse seu maior desafio, mas que ela tenta dedicar um tempo para si: fazer exercício físico pelo menos três vezes na semana, andar na praia, fazer terapia, ir ao médico e fazer exames com regularidade. Principalmente depois do falecimento abrupto da mãe, cuidar de si se tornou uma questão importante.

Em meio às dificuldades relacionadas ao cuidado com a criança, o excesso de obrigações e a demanda por produtividade resultam em esgotamento físico e mental, o que pode comprometer a qualidade do lazer, descanso, saúde e relações familiares (Bitencourt & Andrade, 2018). No caso de Simone, para além desses fatores listados acima, existe a vivência do luto.

Ela acrescenta que sentiu a necessidade "*pegar mais leve"* nesse terceiro semestre do mestrado, entendendo que algumas pessoas prefiram trabalhar mais, se ocupar mais para esquecer, mas que seu movimento foi ao contrário.

> *Achei que eu precisava respirar, botar a minha cabeça no lugar, me curar dessa dor que eu passei, fazer a terapia, garantir que eu não ia estar tão assoberbada de coisas e não cumprir a minha carga horária de terapia. Então acho que isso me ajudou muito. Ter esse compromisso comigo mesma de me cuidar.*

3.2 A trajetória de Silvia

Mulher de 38 anos, branca, oceanógrafa e doutoranda em Oceanografia Ambiental na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). É filha de comerciantes, apesar da mãe ser artista plástica de formação, ambos trabalham com peixaria. Ela possui quatro irmãos, um de 39 anos, que é filho do mesmo pai e mãe, e outros três de 18, 15 e 2 anos que são filhos apenas do mesmo pai. Silvia é casada e tem um filho de 2 anos.

Silvia iniciou a conversa contando sobre o trabalho que exercia antes da entrada no doutorado, durante a gestação e pós-parto, de oceanógrafa no monitoramento marinho da cidade de Mariana. Durante a gravidez, por conta dos reagentes químicos, ela não podia ir ao laboratório e, portanto, foi transferida para o *home office*, posteriormente teve os quatro meses de licença maternidade, mais 15 dias de licença amamentação e 1 mês de férias.

Após esse período pós-parto de aproximadamente 5 meses, Silvia solicitou novamente trabalhar na modalidade *home-office*, isso porque caso retornasse para o presencial, precisaria trabalhar embarcada (passando aproximadamente 15/18 dias no mar) e teria de parar a amamentação do seu filho por conta dos reagentes químicos. Ao ter o seu pedido negado, o que era um direito, ela solicitou que ao menos fosse demitida para ter garantia aos seus outros direitos. Ela revela que seu desejo era *"eu vou casar, tenho meu filho, quando eu engravidar, eu continuo trabalhando até ganhar, faço a licença maternidade, estou direitinha, e se não der depois eu paro para cuidar dele".* Entretanto, na hora de executar seu plano, ela ficou receosa, com medo de ficar sem renda caso saísse do trabalho, mas ao mesmo tempo com vontade de poder cuidar do filho que, especialmente nos primeiros anos, exige uma demanda maior.

Durante toda a conversa com Silvia percebo o quanto os cuidados com o filho são importantes para ela, a preocupação e o desejo de estar presente nessa primeira infância: *"quando eu engravidei eu já pensava em ter o filho, parar um pouquinho, dar atenção a ele, porque eu vejo hoje as crianças super carentes, de atenção, tantos problemas psicológicos, falta desse cuidado parental mais próximo e tal".* Ela relata que cogitou contratar uma babá para cuidar do seu filho, mas que o custo seria muito alto, não fazendo sentido para ela gastar quase todo seu salário para que alguém cuidasse do seu filho enquanto ela teria todas as outras demandas de estudo, trabalho e afazeres domésticos ainda para fazer.

Até a data da entrevista, Silvia estava vivendo da rescisão do seu contrato, que já completava um ano. Com a intenção de ter uma renda e concomitantemente poder cuidar do seu filho, ela realizou o processo seletivo para o doutorado.

> *Então, assim, na verdade a decisão de fazer o doutorado, eu cheguei a procurar emprego, tá? Foi pensar que eu ia ficar 11 horas fora de casa, longe do (filho) de novo, né? Tudo bem, quatro ele já ia estar na creche, mas é 11 horas longe, é muito tempo para mim, assim, para um bebê ficar... eu ia chegar e já ia estar dormindo, né? É isso. E aí o doutorado me abriu essa possibilidade de eu ter alguma renda, não é uma "ó que renda", mas é uma boa renda, a bolsa agora deu até uma subidinha, então tá uns 4 mil, que é quase o que eu ganhava, né, sem os benefícios. Então, eu entrei, estava R$3.300, agora foi para 4 mil, eu tô até feliz, achei que eu fiz a escolha certa. Porque assim, eu trabalho menos do que eu estaria trabalhando, porque empresas realmente exigem muito da gente. Eu tenho essa flexibilidade, apesar do meu filho acordar muita noite. Acabo não conseguindo estudar à noite, acabo estudando mais de manhã, do que à noite, que eu achei que eu ia estudar, assim, quatro horas de manhã e quatro à noite, pensei na minha cabeça, né? Mas não está dando muito certo, não.*

Percebo que o doutorado se atrela ao desejo e preocupação de Silvia em estar presente na primeira infância do filho. Isso revela o que Sartre apresenta como projeto fundamental, isto é, esse lançar-se ao futuro em busca de *ser* uma totalização, uma definição, completude, que se expressa em cada um dos atos, gestos e palavras; no caso de Silvia ,de ser uma mãe presente.

No que se refere ao processo seletivo para o doutorado, Silvia diz que foi bem tranquilo. Ela já conhecia o seu co-orientar, que era seu ex-chefe, e ele era uma pessoa

acolhedora que também a acolheu quando estava grávida, e sua orientadora era uma pessoa muito tranquila quanto ao fato de receber uma orientanda com filho. Contudo, ela relata que se não tivesse filho tentaria doutorado em outro programa, com outros professores, visto que havia realizado o mestrado nesse mesmo programa e acredita que mudar acrescentaria muito ao seu currículo e experiência.

Questionada sobre como ela vê a organização do programa em que ela está inserida com relação às mães e mulheres, Silvia relata que os(as) professores(as) têm uma boa aceitação, e embora nunca tenha precisado levar o filho para uma sala de aula, ela acredita que isso não seria um problema, visto que na graduação um professor já precisou levar o filho para aula. Apesar do acolhimento, Silvia acredita ser difícil se concentrar com uma criança "*aprontando*" na sala.

No que se refere a políticas públicas que abarcam o ser mãe na pós-graduação, ela relata que existe um coletivo de mães na universidade chamado "Parentalidades UFES", que visa atender a universidade como um todo, desde graduação, pós-graduação, extensionistas e técnicos administrativos. O intuito desse coletivo, para além de acolher mães e pais, é garantir direitos e melhores condições, como parquinho ou brinquedoteca dentro da universidade, ampliação de vagas da creche dentro da universidade ou construção de uma nova creche para que atenda à comunidade acadêmica, banheiro adaptado com trocador e espaço para amamentação. Para ela, mãe e filho(a) estarem dentro da universidade ajudaria muito, otimizando o tempo da mãe e também permitindo que mãe/pai e filho(a) possam conviver mais tempo juntos.

> *Então a gente não tem hoje na UFES um parquinho ou uma brinquedoteca. Tem uma creche dentro da UFES, mas ela não atende toda a comunidade acadêmica. Ela acaba atendendo a comunidade local e ... outras coisas é que acabam não tendo vaga para todo mundo.*
>
> *Então a gente ... uma das demandas era essa. Ou criar outra creche, ou aumentar a creche, ou limitar o acesso da população à creche, externa, pra poder que atenda, né? Então uma das lutas é essa também. Então assim, não tem um banheiro adaptado com trocador, não tem um lugar que possa amamentar a não ser na grama, sentar ali na grama com a canga. Também não é o fim do mundo, mas seria legal, porque no dia de chuva, como é que faz, né? Vai entrar na sala de aula pra amamentar? Algumas pessoas não se sentem bem, né?*

> *Eu não ligo não, eu tiro o meu têtê onde precisar, mas tem mãe que eu acho que não se sente bem. Tem aluno que não vai se sentir bem, né? Não lida bem com a situação, ou tipo problemas psicológicos de cada um, mas enfim. A gente não tem esse espaço pra amamentação, e tem sala vazia, né? Tem onde, teria onde fazer. E aí a gente tá dando ideia de fazer projetos de extensão, pra poder contratar bolsista, né? Pra ter esse apoio, na brinquedoteca, uma brinquedista, alguma coisa assim. Ou mesmo contratar via UFES mesmo. A gente tem sugerido, né? Estamos lutando, são pautas, né? Buscar verba na iniciativa privada. A gente tem várias empresas aqui que investem no social, a Vale, a CST, então a gente tá tentando buscar*.

Essa ausência de políticas públicas efetivas e falta de estrutura na universidade para acessibilidade de mães e seus filhos é um discurso que apareceu em todas as entrevistas e também em outras pesquisas (Souza, 2019).

Silvia relata que não tiveram muito sucesso, mas que estão tentando se articular com o diretório central de estudantes (DCE). Atualmente, existe auxílio creche somente para a graduação, e seria importante estender também para a pós-graduação, pelo menos para quem não tem bolsa ou para bolsistas que não têm rede de apoio. No caso dela, a sua rede de apoio é a mãe, que lhe ajuda uma vez por semana no dia que ela precisa ir à aula; a creche, que o filho frequenta pelo período da manhã; e a faxineira, que faz as atividades domésticas e algumas vezes auxilia no cuidado com o bebê. Apesar de contar com essa rede de apoio, Silvia sente-se sobrecarregada muitas vezes, como relata:

> *A gente acaba sendo grossa com o neném que não tem nada a ver, tadinho. Hoje, essa noite eu fui grossa, falei: você deita aí e dorme, rapaz. Então a gente fica muito sobrecarregada. Mas, assim, eu acho que é muito mais o contexto todo, né? Porque, assim, a carga mental acaba ficando para mãe, por mais que o pai participe da criação, ele nunca absorve essa carga mental muito raro, né?*

Para além dos cuidados com o filho, Silvia é quem organiza as compras do mercado, quem cozinha e, quando necessário, quem faz as atividades domésticas, como limpar o quintal e organizar a casa. Ela procura aproveitar quando o filho está na creche para ir à academia e dedicar-se aos estudos, mas nem sempre é possível dedicar quatro horas para isso, já que esse é também o tempo que ela tem para ir a uma consulta, fazer exame e cuidar da casa. Silvia acrescenta:

> *é uma coisa que as pessoas não valorizam. Você trabalha em casa, vamos dizer ...quando você é mãe você trabalha muito. Você cuida das roupas da criança, você cuida da casa, você cuida da alimentação. Mas isso não é valorizado, isso não é monetizado.*

Como exposto no capítulo "Mulheres e maternidade", a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga mental e as disparidades na função do cuidado são algumas das desigualdades de gênero que atravessam a experiência materna. Assim como na vivência de Silvia, o cuidado é exercido sobretudo pela mulher e com o suporte financeiro do homem (Biroli, 2018). Essas diferentes funções que englobam o ser mulher, mãe e pós-graduanda, para Silvia, lhe impedem de dedicar-se mais à formação acadêmica, seja pela privação de sono que lhe gera cansaço, atrapalha nas leituras/estudos; seja a dificuldade em produzir mais artigos, até mesmo pela escassez de tempo; ou a dificuldade em participar de eventos e congressos fora de sua cidade/estado, porque não tem com quem deixar seu filho.

Ao mesmo tempo, a dedicação à formação acadêmica lhe tira um pouco do tempo que teria para dedicar ao filho. Entretanto, Silvia acredita que isso não afeta tanto o filho, é mais o maternar e afazeres domésticos que afetam na sua formação. Ela relata que nessa dinâmica sobra pouco tempo para *"ser mulher",* cuidar de si e da sua saúde mental, mencionando que esta última precisa de um pouco mais de atenção, pois considera-se uma pessoa ansiosa e no seu primeiro mestrado acabou adoecendo.

Diante das demandas relacionadas ao cuidado com a criança, a amamentação, os afazeres domésticos e a demanda da produtividade; a qualidade do descanso, saúde e relações familiares da mulher cientista podem ficar comprometidos, visto o esgotamento físico e emocional que acarreta naquelas que almejam melhor qualificação (Bitencourt & Andrade, 2022).

Em 2010, Silvia entrou em um programa de mestrado que foi inconclusivo, ela acabou adoecendo durante o processo, passando por muito estresse e problemas psicológicos, como a depressão, o que a impossibilitou de finalizá-lo. Silvia conta que levou algum tempo para se recuperar, trabalhou fora da área algumas vezes, outras esteve "*incapacitada a ponto de passar o dia inteiro no sof*á". Em 2012, as coisas começaram a melhorar, ela arranjou um emprego, trabalhou nele durante três meses e em 2013 deu início novamente ao mestrado, o qual finalizou em 2015.

> *Eu ganhava R$1.500 com desconto R$1.350 e a bolsa era R$1.200, foi para R$1.500, eu acho. Eu ia ganhar até mais, na verdade, né, mas é mais pela oportunidade. É melhor estudar recebendo do que trabalhar recebendo mesmo tanto, né? É a progressão.*

Após o mestrado, ela fez consultoria, trabalhou fora da área, fez bolo, salgadinho e doce porque não encontrava emprego na área. Tempos depois, uma das consultorias lhe rendeu emprego em uma empresa de análises analítica ambiental do Espírito Santo, na qual ficou por três meses. Enquanto esteve nesse emprego, Silvia foi chamada em um concurso que havia feito para professora substituta na Universidade Federal do Espírito Santo, optando por assumir o cargo, que apesar de ser por um período curto de seis meses, o salário era maior e dar aula na universidade era um sonho. Além disso, o coordenador de laboratório da empresa em que trabalhava era abusivo e ela queria se livrar dele.

Depois de trabalhar como professora substituta ela ficou um tempo desempregada de novo, até que em 2018 conseguiu um novo emprego na área, no qual esteve até o momento em que engravidou. Ela relata que teve uma gestação tranquila, trabalhando na modalidade *home office* e só ao final sentia bastante dor nas costas e azia porque a barriga já estava muito grande. Apesar da gestação tranquila, no parto, Silvia precisou fazer uso de antibiótico por conta do *streptococcus* positivo e passou por violência obstétrica no plantão, ao ser forçada no período expulsivo com a "ajuda" da médica.

> (...) *foi um parto vaginal muito forçado, eu não sei se a médica foi totalmente sincera, porque eu fui no plantão, né? E foi muito forçada. Ela me ajudou literalmente com os dedos, né? Não sei se tinha necessidade disso. Eu fiz o expulsivo com 8 ou 9 centímetros de dilatação porque ela falou que só podia demorar mais meia hora por causa dos streptococcus, e porque ele tinha mecônio no líquido, né? Amniótico. Mas eu acho que ela foi um pouco exagerada. A gente confia, né? Porque é médico. A gente se vira.*

3.3 A trajetória de Ângela

Mulher de 29 anos, branca, doutoranda em Química Orgânica na subárea de síntese na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente mora junto ao companheiro, com quem tem um filho de 1 ano e 8 meses. O clima durante a entrevista

foi de bastante acolhimento e compreensão. Ângela demonstrou interesse em expor e narrar sobre a sua trajetória acadêmica e a experiência em ser mulher, mãe e pós-graduanda.

Ângela deu início a nossa conversa contando sobre a sua formação acadêmica. Graduada em Química pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), instituição na qual também realizou o seu mestrado na área de Química Orgânica. Ela relata que desde o Ensino Médio gostava de química, mas a princípio seu interesse era prestar vestibular para Engenharia Química. Como nesse curso ela foi aprovada apenas em universidades que ficavam distantes da sua família; e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi aprovada em Química na UTFPR, optando por cursar Química. O campus ficava em Campo Mourão, ainda longe de sua família, como queria ficar mais próximo, optou por prestar vestibular novamente para Química, mas na UNIOESTE. Ela conta que a mãe sempre a incentivou e apoiou muito nos estudos.

Na graduação, Ângela começou a gostar da área acadêmica, se identificou com a área de química orgânica, realizou iniciação científica e foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET). Foi quando surgiu o interesse em ser professora universitária. Logo após a graduação, ela emendou o mestrado na mesma universidade, na UNIOESTE, campus de Toledo/PR, com a mesma orientadora da sua iniciação científica. Ela relata que o mestrado foi bem tranquilo; como a sua área é química, o trabalho era mais experimental. Após a finalização do mestrado, ela entrou no doutorado. Como não há doutorado na UNIOESTE de Toledo, por indicação da sua orientadora de mestrado, ela entrou em contato com uma professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e optou por realizar o doutoramento nesta universidade.

O processo seletivo para o doutorado foi feito apenas pela análise de currículo, não houve prova escrita e nem entrevista. Logo no início do processo foi feita a escolha pela orientadora em questão e na matrícula era necessário enviar também a carta de aceite da orientadora. Ângela conta que prefere trabalhar com mulheres e acredita que o fato de ter uma orientadora mulher diminui a chance de sofrer preconceitos e machismo, ainda que não possa erradicá-lo.

Ângela iniciou o doutorado em 2020; foi um começo bastante conturbado por conta da pandemia, houve o fechamento dos estabelecimentos, inclusive do laboratório, houve o corte de bolsas que já haviam sido distribuídas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a dela era uma delas.

> *Então, foi um desespero só, assim. Pandemia, sem bolsa, sem emprego, sem nada, trancada em casa, mas deu tudo certo. Só não consegui mudar logo de cara, porque até aqui o pessoal do laboratório ficava tudo meio fechado. A princípio ficou, acho que uns seis meses, sem nem poder vir para o laboratório. Então, eu já mudei para Maringá, já estava, tipo, já tinha passado seis meses de doutorado, assim. Daí, mudei para cá, ainda assim, não podia ir no laboratório. Foi no final daquele ano que eu comecei a frequentar o laboratório.*

Ela conta que foi necessário "*muito barulho*", o que rendeu, inclusive, uma reportagem no Fantástico para que a CAPES voltasse atrás e não cortasse as bolsas, visto que elas já haviam sido repassadas. Além disso, por conta da pandemia, ela ficou praticamente um ano sem poder trabalhar no laboratório, o que acarretou em atrasos no andamento da sua pesquisa, já que seu programa de pós-graduação exige qualificar o projeto de pesquisa no primeiro ano. Em 2021, Ângela conta que as coisas começaram a melhorar, foi feita uma escala para utilizar o laboratório e algumas pessoas tinham prioridade, portanto, era necessário fazer reserva, até mesmo porque existia um limite máximo de pessoas que podiam ficar dentro do laboratório. Ela acrescenta que qualificou sua pesquisa sem ter feito uma reação, um teste, e que só depois da qualificação é que de fato começou a trabalhar em sua pesquisa, e que desde então foi "*um problema atrás do outro*", nada dava certo.

No início de 2022, por volta de abril, Ângela descobriu sobre sua gravidez com aproximadamente 6 semanas "(...) *foi um baque, assim, bem grande, porque não foi planejado, estava no meio do doutorado, nem sabia se eu queria ser mãe, então, foi um baque bem grande, assim".* Logo após a descoberta, a orientadora solicitou que ela se mantivesse afastada do laboratório até a próxima consulta, para aguardar o parecer da médica sobre a situação. A médica a indagou se haveria a possibilidade de manter-se afastada do laboratório durante toda a gestação, ao que Ângela respondeu que não, que a CAPES não daria afastamento de nove meses por uma gravidez e que a pesquisa dela dependia de sua presença no laboratório. Dada essa impossibilidade, a médica solicitou que ao menos no primeiro trimestre ela se mantivesse afastada do laboratório, mas não houve um pedido de licença; a médica deu um atestado e Ângela e sua orientadora entraram em acordo quanto à orientação médica.

Depois desse período, ela retomou o trabalho no laboratório,

> (...) *daí eu trabalhava, assim, como dava, usava EPI, usava luva, usava jaleco, usava máscara, faz máscara com respirador, é, e fui trabalhando grávida no laboratório até 38 semanas. Só era muito cansativo, assim, sabe, principalmente por passar muito calor, por causa de ter que usar todos aqueles EPIs, a máscara suava muito, às vezes não tinha nem, nem conseguia ficar, ela caía do rosto, assim, de todo que, né, mas assim, graças a Deus, a minha gestação foi muito tranquila.*

Com 38 semanas sua pressão arterial começou a subir; ela teve indício de pré-eclâmpsia e precisou ficar internada, mas como não evoluiu, voltou para casa e seu filho nasceu com 40 semanas, em janeiro de 2023. Embora grande parte da gestação tenha sido tranquila, ela sentia medo de que seu trabalho no laboratório afetasse de alguma forma o seu filho. Assim, até que ele nascesse e ela confirmasse que estava tudo bem, foi difícil. Após o nascimento do filho, Ângela teve quatro meses de licença maternidade, como ela precisava voltar para finalizar o doutorado, o filho precisou começar a frequentar o Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI).

> *A minha sorte é que, não deveria nem falar sorte, mas, enfim, é que eu consegui uma vaga aqui no CEMEI da UEM, que não deveria ser sorte, porque deveria, todo mundo, deveria ter um amparo nesse sentido dentro da universidade.* (...) *E daí eu consegui manter a amamentação exclusiva ainda durante esses 2 meses, que eu descia ali no CEMEI, 3 vezes por dia, para amamentar ele, eu levava ele 8 horas, daí 9 e meia, mas só que no horário do almoço eu não podia amamentar ele, porque no horário do almoço eles ficavam reduzidas, com funcionários reduzidos, e daí eles não podiam abrir a porta para mim, enfim, tal, elas não deixavam, daí eu ia 9 e meia amamentar ele, 11 e meia, e 1 e meia, daí eu buscava ele 4 e meia.*

Como o filho de Ângela foi diagnosticado com alergia à proteína do leite de vaca (APLV), o pediatra solicitou que ele não ficasse período integral no CMEI, receitando-lhe um atestado para que ele ficasse apenas meio período. Durante todo o primeiro ano de vida do filho, enquanto ele estava com APLV, ela conversou com a sua orientadora sobre a possibilidade de trabalhar apenas meio período no laboratório, o qual foi aceito. Ela acrescenta que a orientadora sempre foi compreensiva nessas situações, tanto com relação aos afastamentos por conta das demandas de cuidado com o filho, como durante

a gestação, quando precisava ir às consultas, quando descobriram um nódulo no seu útero e ela precisou de um acompanhamento mais próximo e também quando próximo à 22ª semana de gestação sua placenta não havia subido e a médica solicitou que ela ficasse de repouso. Entretanto, Ângela também relata *"brincadeiras"* que a orientadora fazia, como: "(...) *chamar de burra por tabela, sabe, porque estava tudo indo pro bebê, umas coisas assim, uns comentários nesse estilo, assim, sabe? Ou que durante a gestação, tipo, não ia dar para contar comigo, porque a minha cabeça não estava boa".*

Percebo durante seu relato uma tentativa de minimizar a violência e preconceito que o comentário da orientadora carrega, ao mesmo tempo que Ângela não o normaliza e se sente afetada, o que demonstra ambiguidades. Ângela diz que essa questão foi conversada e esclarecida entre ambas, e a orientadora pediu desculpas, ainda que reafirmasse que era uma brincadeira e que ela não pensava dessa forma.

Souza (2019) aponta em sua pesquisa que ao descobrir a gravidez, é muito comum que mulheres discentes sejam alvo de falas negativas sobre o seu novo estado, e que muitas vezes, ao se sentirem julgadas e constrangidas, acabam abandonando o espaço universitário. Esses discursos construídos ao longo da história naturalizam violências, recaindo política, econômica e culturalmente sob a forma como se lida com a maternidade.

Pergunto para Ângela sobre a sua percepção de como o departamento e programa de pós-graduação em que está inserida tem se preparado, planejado e se organizado com relação às pós-graduandas que são mães, ao que ela me responde que "*é péssimo*", tanto com relação à estrutura física quanto no que se refere à orientação e instrução sobre os seus direitos e deveres. Os banheiros não são adaptados com trocadores, muitas vezes ela precisava ordenhar o leite para o seu filho, mas não havia onde fazer, nem local para armazenar, com isso ela acabava por ir ao banheiro ou utilizar uma salinha de computador para extrair e descartar o leite, já que aquele não era um ambiente higiênico pois continha produtos químicos.

Ademais, algumas das vezes em que teve que levar o filho porque precisava fazer algo no laboratório, ela comenta que não havia muito o que fazer, então pedia para uma amiga ficar cuidando do filho no ambiente externo enquanto ela trabalhava no laboratório. No que diz respeito às orientações quanto aos seus direitos, Ângela relata que nunca foi orientada de nada e que sempre teve de correr atrás, inclusive quando dava problemas, o que aponta para um despreparo do programa de pós-graduação.

Nesse sentido, a falta de políticas públicas voltadas para as mulheres-mães-discentes, assim como o baixo número de vagas em creches municipais ou a inexistência de creches universitárias e/ou brinquedotecas nesses espaços, são alguns dos fatores de impacto na exclusão de mulheres, que são mães, das universidades (Santos, 2023).

Questiono como é, para Ângela, ser mulher, ser mãe e ser uma pós-graduanda?:

> *Pós-graduanda? Cansativo. Puxado. Pesado. Não sei se a gente deveria só focar nas coisas ruins, mas quando eu penso nisso, eu só consigo pensar em como é puxado, em como é difícil, em como é diferente se fosse ao contrário, se eu fosse pai e homem, pai e pós-graduando. Porque sou eu que tenho que abrir mão de... fui eu que tive que abrir mão quando o (filho) fica doente."Ah, você é flexível, você pode ficar em casa".*
>
> (...) *Eu não, eu trabalho. Não que meu marido não seja assim, ele me ajuda muito. Ele faz a obrigação dele, enfim. Mas é pela própria cartilha, assim, de que a gente tem flexibilidade, de que a gente pode... não é um emprego, né? Então, recai ainda mais em cima de mim, né?*
>
> *Então, férias, daí eu tive que... em férias, abdico do meu trabalho para ficar com o (filho). Quando o (filho) fica doente, abdico do meu trabalho para ficar com o (filho). Feriado, recessos, até em alguns feriados meu marido trabalha, e eu que abdico para ficar com o (filho) no meu trabalho.*
>
> *Então, sempre tendo que fazer escolhas, fazer renúncias, sempre deixando o meu trabalho de lado, daí fica aquela sensação péssima de que você não tá entregando um bom trabalho em nenhum dos lados. Você não tá dando conta, de fazer nada bom.*

Para Souza (2019), o discurso de que o lugar da mulher é em casa, cuidando dos filhos que atravessa diversas mulheres na contemporaneidade é uma manutenção da organização econômica e cultural patriarcal tal qual o capitalismo, que se atualiza através da ideologia de que sendo mãe, não se pode mais continuar estudando, porque isso a afastaria dos seus deveres enquanto mãe e mulher.

Ainda sobre isso, Hirata e Kergoat (2007) comentam que no "modelo tradicional", os cuidados com a família e afazeres domésticos são assumidos inteiramente pelas mulheres, enquanto aos homens cabe o papel de provedor. No "modelo de conciliação" cabe exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e profissional.

Explorando um pouco mais sobre o assunto, ela me conta a dificuldade que é conciliar todos os papéis ao mesmo tempo, dar o melhor em cada um deles e o quanto é difícil se concentrar, pensar, desempenhar (no trabalho) quando muitas vezes se está focada em outras demandas, principalmente questões relacionadas ao filho. *"A gente dorme e piora ainda mais. Não sobra tempo pra nada a não ser trabalhar. Enquanto você está na pós, trabalha. Quando você está em casa, você não descansa, é estressante"*.

Antes mesmo da gravidez, Ângela começou a fazer acompanhamento psiquiátrico na universidade, mas acabou parando na gestação porque um dos medicamentos que tomava na época não era compatível com a gravidez, e, embora houvesse outro que ela poderia utilizar, a obstetra sugeriu que, se fosse possível, o ideal seria evitá-lo. Mesmo após o nascimento do filho ,ela permaneceu um tempo sem medicação, passou por um puerpério intenso, dificuldades com a amamentação e, como ela mesmo afirma, "*ficou bem surtada"*. Sentia muito medo e culpa porque no início teve receio da gestação, acreditava que a qualquer momento o filho poderia morrer e começou a entrar em um estado de paranoia. Desde então ela voltou a tomar medicação, mas uma medicação compatível com a amamentação. Ela comenta que deveria fazer também acompanhamento psicológico para além do psiquiátrico, mas nesse momento não o faz por razões financeiras.

Na maternidade, como bem aponta Souza (2019), os discursos acerca da ideia de cuidado se dão exclusivamente sobre a criança, como se a mulher também não necessitasse de intensos cuidados. O sentimento de culpa aparece quando a mãe-pós-graduanda descumpre os padrões morais, sociais ou éticos de que ela deve dedicar sua existência ao filho, sempre *cuidando* por perto.

Poucas semanas antes da entrevista, o marido de Ângela tinha retornado a Toledo após aceitar uma proposta de emprego. Como a mãe dela mora em Cascavel, cidade próxima, eles decidiram que ele iria para Toledo enquanto ela e o filho ficariam em Maringá até que ela finalizasse o trabalho no laboratório, e depois também retornaria e finalizaria a escrita da tese por lá. Sobre a configuração familiar, Ângela tem uma irmã de 7 anos e um irmão de 24 anos por parte de mãe, e três irmãos por parte de pai com os quais não tem contato nem convívio, assim como também não tem convívio com o pai há mais de 15 anos. No momento da entrevista, ela estava morando na casa de uma amiga, sendo a única responsável (presencialmente) pelos cuidados com o filho e correndo para finalizar a parte experimental da sua pesquisa. Ângela não possui rede de apoio na cidade, todos os cuidados com relação ao filho são compartilhados entre ela e o marido, que

naquele momento estava morando em outra cidade. Atualmente sua rotina envolve basicamente cuidados com o filho e trabalho no laboratório, sobrando pouco tempo para lazer e dedicação a si mesma.

Ao conversarmos sobre essa mudança, Ângela traz a sensação de culpa, culpa por privar o filho de conviver com o pai, já que ele sente, chora e pede pelo pai. Tal situação a faz pensar se ela não deveria abandonar tudo, mas, ao mesmo tempo, sabe que o que está fazendo "*é pelo bem da família".*

Finalizando a entrevista, pergunto como ela acha que a maternidade afeta o fazer ciência, formação e carreira acadêmica, e como o fazer ciência afeta na maternidade. Ao que ela responde sobre a dificuldade de ter que voltar da licença maternidade com quatro meses tentando se habituar às funções de mãe-e-pós-graduanda, o tempo dedicado aos cuidados do filho doente principalmente no primeiro ano de vida, o que afeta no tempo dedicado ao trabalho. Outro ponto é a dificuldade de comparecer aos congressos por conta de o bebê ser pequeno; ela relata que só no último ano ela perdeu duas oportunidades.

Ângela menciona a falta de apoio e políticas públicas*, "nós como mães vamos ser limitadas a fazer ciência porque somos mães, mas é mais por conta de não termos apoio suficiente para sermos mães e fazermos ciência, né".*

No que diz respeito a como o fazer ciência afeta a maternidade, ela conta da sobrecarga no ambiente acadêmico e da pós-graduação. Por sempre estar muito sobrecarregada com as demandas do doutorado, não consegue dar tudo de si para o filho e nem "*sempre estar bem para ele"*. Ela acrescenta,

> *a gente não tem hora, a gente não tem lugar, não interessa se é final de semana, se é noite, é prazo, é mensagem, é cobrança, então várias vezes do (filho) estar lá chorando na minha perna e eu tendo que resolver problemas no celular, vou tendo que puxar no computador para fazer tal coisa.*

3.4 A trajetória de Sueli

Mulher de 32 anos, branca, advogada, graduada em Direito pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e mestranda em Psicologia e Saúde na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. É casada, tem um filho de 2 anos e atualmente mora com o marido, filho e sua irmã de 19 anos. Durante todo o contato com Sueli, ela sempre se colocou disponível e interessada em participar da pesquisa e compartilhar sua vivência.

Logo no início da nossa conversa ela me conta que não é da área de Psicologia, é advogada de formação, mas que sua área de estudo sempre foi voltada para a bioética. Sendo assim, ela saiu da área tradicional do Direito e acabou entrando na área da saúde. Sueli e o marido são de Manaus, e ambos se mudaram para São José do Rio Preto para finalizar os estudos; ele é graduado em Medicina e já fez a residência e ela fez especialização em Direito Médico da Saúde. Conforme foram se estabelecendo na cidade, foram criando contatos, construindo uma rede profissional e ela passou a integrar a Comissão de Bioética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São José do Rio Preto, onde conheceu o seu atual orientador, que foi quem lhe propôs o mestrado.

Ela conta que sempre se interessou pela área acadêmica, sempre gostou muito de pesquisar e fazer mestrado era um sonho. Sueli vem de uma família de professores, sua avó materna, mãe e tias foram professoras da educação básica, todas formadas em licenciatura plena normal superior. Apenas uma de suas tias possui graduação, a qual é graduada em Medicina, e Sueli foi a primeira neta a ingressar no Ensino Superior. Seu pai é metalúrgico e possui Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ele e a mãe se divorciaram quando ela tinha 2 anos, o pai já tinha uma filha com quem ela só passou a ter contato na vida adulta.

Com relação à área de pesquisa, que é Bioética, ela estuda sobre a terminalidade de vida, especificamente a autonomia na terminalidade de vida. Sueli acompanhou o processo de finitude da avó materna, que teve um câncer de mama agressivo e após dois anos de tratamento veio a falecer. Ela conta que conviveu bastante com a avó no último ano de vida, quando tinha 12 anos, e a avó lhe contava sobre quais eram os seus desejos, como ela gostaria de morrer, qual roupa gostaria de vestir, que tipo de intervenção ela não queria. No entanto, após o diagnóstico, os filhos queriam fazer tudo o que fosse possível para tratá-la e prolongar a sua vida, ainda que a avó não compartilhasse do mesmo desejo. Sueli comenta:

> *a partir do momento que ela recebeu o diagnóstico, ela perdeu a voz dela. Ela é uma mulher que mandava em tudo, que geria uma casa, que geria uma família, perdeu essa autonomia dela e os filhos decidiram qual era o médico indicado para ela, mesmo ela sendo lúcida, mesmo ela sendo capaz, mesmo ela sabendo cuidar da vida dela.*

Ela conta que esse momento marcou muito sua vida, e que a partir desse fato ela começou a ter interesse em estudar sobre o que aconteceu com sua avó, começou a

pesquisar sobre bioética, cuidados paliativos e sobre a própria eutanásia. Entretanto, ela afirma que só veio a compreender o que a mobilizou a ir para essa área e temática específica durante o processo de psicoterapia.

Com relação ao mestrado, após receber o convite do seu atual orientador, que era professor voluntário na Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, na área de psicologia, ela resolveu assistir uma aula e entrou como aluna especial na disciplina de Bioética, até mesmo para conhecer como funcionava a pós-graduação. Como o mestrado nessa faculdade aceita outras áreas de formação para além da psicologia, ela resolveu tentar o processo seletivo. Em 2021, ela e o orientador iniciaram a elaboração do projeto e nesse mesmo período ela descobriu sua gravidez.

> *E aí nesse processo, eu confesso que eu tive um pouco até de medo de falar da gravidez, demorou algumas reuniões para eu informar ele ... da gravidez. Porque a gente estava ali no meio do processo de seleção, eu sabia que eu ia entrar no mestrado, eu ia precisar de licença, então isso foi uma coisa assim que quase me fez desistir de tentar a prova, né? Mas aí no dia lá que eu contei para ele, ele foi super receptivo, foi muito acolhedor, ficou super feliz e falou: não, isso não é impeditivo para mim, né. Então ele foi bem legal nesse sentido, sabe (...) Ele sempre é uma pessoa, ele é uma pessoa muito empática, apesar de ser homem, já com uma certa idade, veio da área do direito, que é uma área muito ainda... aquela coisa muito machista, muito patriarcal, tudo isso, mas ele tem esse lado muito humano dele, sabe, e aí ele me deu super apoio* (...).

Ela conta que quando foi realizar a prova escrita recebeu todo apoio e cuidado da parte administrativa. Sueli estava com 7 meses de gestação e já no final da gestação, com a barriga grande, os incômodos são maiores e não tem posição para sentar, foi quando ela realizou quatro horas de prova. Após a aprovação na prova escrita houve a entrevista; ela relata que mais uma vez teve medo "*porque estava bem grávida* (risos)*"* e sabia que as aulas começariam em março e em maio ela teria que entrar de licença maternidade, ou seja, teria que parar no meio do semestre. A entrevista foi realizada com outra professora, a coordenadora do curso, que também foi muito receptiva e nada discriminatória quanto a sua condição de gravidez, e que inclusive conseguiu a bolsa de mestrado, o que a ajudou bastante porque durante esse período ela precisou se dedicar à maternidade e ao mestrado.

As aulas do mestrado se iniciaram de forma híbrida, boa parte das aulas era em formato online e síncrono, e uma vez por mês as aulas eram presenciais. Sueli relata que

as aulas de março ela conseguiu acompanhar bem, já as de abril e maio foram mais difíceis por conta do final da gestação, a dificuldade em dormir e consequentemente o sono durante o dia, o cansaço, as consultas que passaram a ser semanais por vezes coincidiam com o dia e horário de aula tornavam o processo mais desafiador.

"Eu queria descansar, mas não podia, porque eu queria estar dando o melhor para não ter uma desculpa, sabe?". Mesmo tendo apoio dos colegas na realização dos trabalhos em grupo e também dos professores, Sueli conta que tentava dar o "*máximo do máximo*" para que desempenhasse e entregasse tanto quanto as demais discentes que não eram gestantes, evitando que fosse discriminada por estar grávida, como se a gravidez fosse uma "desculpa" para não performar tanto quanto os demais.

Bitencourt e Andrade (2022) abordam o conceito de "mulher-sucesso" da autora Márcia Fabbro (2006), que diz sobre as mulheres que são acadêmicas e mães acreditarem que podem ter sucesso tanto no âmbito pessoal como profissional sem abdicar de nenhuma dessas escolhas, mas conciliando-as. Esse é um modelo difícil de ser alcançado, pois muitas não conseguem corresponder a esse ideal sem negociar o trabalho de cuidado, denunciando as contradições da emancipação feminina que, por vezes, geram sofrimento psíquico nas discentes.

Seu filho nasceu no início de maio, portanto, ela não conseguiu assistir às aulas do final do semestre. Algumas avaliações os professores utilizaram como base as avaliações iniciais, outras disciplinas ela não conseguiu entregar as avaliações finais por coincidir com o nascimento do filho, logo, precisou refazê-las no terceiro semestre após o período de licença maternidade. O segundo semestre começou em julho, mas ela só retornou em setembro, ao final do período de licença, que foi quando entrou em contato com os colegas para saber como estava o andamento das coisas e avisar que iria retornar. Os colegas lhe respondiam:

> *Ah, melhor voltar logo, melhor ir estudando logo, melhor ir vendo as matérias logo* (...) *tipo, volta logo, que já tá, já começou. Porque tem muito trabalho em grupo, muita coisa assim, sabe? E aí aquilo vai gerando uma ansiedade, né, de você, e aí, eu vou pegar o bonde andando? Como é que vai ser isso, né?*

Sueli conta que se sentia preocupada com o retorno ao mestrado, ao mesmo tempo que vivenciava um puerpério intenso, *baby blues* e dificuldade com a amamentação. O filho nasceu com torcicolo congênito, precisou fazer fisioterapia e essa condição afetou o processo de amamentação. Mesmo buscando ajuda do banco de leite, fazendo sonda de

relactação e fisioterapia, após três meses tentando, ela desistiu da amamentação e aceitou a mamadeira e fórmula. Ela conta que esse período do puerpério foi tão intenso que a obstetra alertou o marido que se ela não melhorasse era aconselhado buscar ajuda psiquiátrica, pois ela poderia estar entrando em depressão pós-parto.

Como Sueli e o marido não possuem rede de apoio e nem familiares na cidade em que residem, ambos vão revezando nos cuidados com o filho, desde acolher nos despertares noturnos a ter que alterar horário de trabalho para cuidar do filho para que ela pudesse assistir as aulas do mestrado com tranquilidade. Ela conta que durante o primeiro semestre já estava no final da gestação, no segundo semestre ela retomou em setembro faltando poucos meses para acabar o ano letivo, foi no segundo ano que ela realmente conseguiu retomar, fazer as disciplinas que faltavam, iniciar sua pesquisa e de fato começar a escrever a dissertação. No entanto, era tudo ao mesmo tempo: dar conta da casa, do filho e do mestrado. No primeiro ano do filho, em 2023, ele começou a ir à escola, mas por ser asmático, as gripes e viroses que são comuns nesse primeiro ano escolar se agravaram, então ele passava mais tempo em casa se recuperando do que na própria escola. Por conta disso, ela e o marido decidiram tirá-lo da escola, já que sua rotina de dedicação à pesquisa e estudos era adequada à rotina do filho, era melhor ter ele em casa bem do que doente, porque ao menos assim ela conseguia fazer suas coisas.

Sueli conta que nesse primeiro ano do filho ele fazia duas sonecas; na primeira soneca ela organizava tudo para que na segunda ela pudesse se dedicar só ao seu trabalho.

> *Como é que você dedica uma, duas horas, para fazer uma dissertação, para fazer uma pesquisa, e entregar tudo, assim, em seis meses? Né, não, é quase impossível, mas a gente faz o impossível. E acabou que foi isso, e aí eu comecei a sentir essa pressão de "oh, qualificar, vamos qualificar, vamos qualificar, tem que defender" isso da parte da coordenação do curso, não do orientador. O orientador continuava bem tranquilo, eu entregava, a gente conversava tudo, e ele falava: "não, calma, vai dar certo, vai dar certo".*

Os sentimentos relatados por Sueli vão ao encontro da pesquisa de Souza (2019) e Bitencourt e Andrade (2022), que ao investigarem a vivência de mães discentes na graduação e pós-graduação especificamente, constataram que a maternidade impossibilita o desligamento dos assuntos relacionados à esfera doméstica, uma vez que essas mulheres precisam estar constantemente preparadas para lidar com imprevistos – como problemas de saúde dos filhos –, o que contribui para que se sintam excluídas e "mal-vistas", por

disporem de menos tempo para se dedicar à vida acadêmica. Ela relata que nesse segundo ano do mestrado começou a sentir a pressão dos prazos, de ter que qualificar, ter uma data para defender (março/2024). Foi quando ela foi atrás da documentação para pedir a prorrogação de prazos e percebeu que esse era um assunto evitado, e a princípio a orientaram de que seria automático. Apenas em janeiro/fevereiro de 2024 é que a informaram sobre a documentação necessária para pedir a prorrogação; e, para além, foi ela quem teve de correr atrás para garantir que sua bolsa também fosse prorrogada por mais quatro meses, que era o referente à licença maternidade.

Pergunto como ela percebe a preparação, planejamento e organização do seu programa de pós-graduação com relação às mães que são discentes, ao que ela responde não haver. Sua fala relata que houve acolhimento, mas não houve preparo. Ela era a única gestante da sua turma e quando voltou era a única com um recém-nascido, e caso precisasse amamentá-lo, não tinha um espaço destinado a esse fim, então precisaria ou ordenhar e deixar leite estocado em casa, ou seu marido teria que levá-lo até ela para que saísse da sala e adaptasse algum ambiente para poder amamentá-lo. Também não há banheiros com fraldário, quando ela precisou levar o filho à faculdade para poder participar de um congresso teve que trocá-lo em pé no banheiro. Não há um preparo e organização com relação às informações e instruções para as discentes que são mães, nem quanto ao ambiente físico.

Nesse sentido, ela acrescenta que ao participar de um evento sobre a pós-graduação, em uma das palestras que tinha como temática a saúde mental dos discentes, ela indagou o palestrante, que é professor da faculdade, se na instituição havia algum serviço, informativo sobre saúde mental materna de pós-graduandas que são mães, tendo ele lhe respondido que a mãe está inclusa na saúde mental do pós-graduando, como se fosse a mesma coisa, ignorando as especificidades, o que mostra mais uma vez o despreparo.

Indago Sueli sobre como é para ela ser mulher, mãe e pós-graduanda, e ela afirma que não sentiu nenhuma dificuldade por ser mulher, talvez por estar na Psicologia e a maioria das professoras e discentes serem mulheres, apesar de já ter presenciado certas falas machistas, mesmo em um ambiente majoritariamente feminino. Ela acrescenta que nunca vivenciou uma desigualdade de gênero, mas presenciou discentes homens debochando de alunas da graduação que ficaram com medo de ir até sua casa para participar de uma pesquisa e outras mulheres compactuando com a situação.

No que diz respeito a ser mãe e pós-graduanda, ela relata:

> *Difícil* (risos). *É difícil, mas ao mesmo tempo... dá um orgulho. Quando, por exemplo, eu fiz a minha qualificação recente, e eu gosto muito de escrever pra tentar dar sentido ao que eu sinto, então escrevi um texto que dizia mais ou menos assim: eu sempre me vi mãe, mas eu nunca me vi conciliando tudo isso, pra mim ia ser mais fácil, muito mais fácil. Mas quando a banca, depois de toda aquela qualificação, toda aquela apresentação falou, você está qualificada, foi uma sensação muito boa. Porque passou um certo filme de, cara, eu sou qualificada, estou qualificada pra isso, mas eu também estou qualificada pra mãe, pra ser mãe, pra ser mulher. Não é fácil. Converso muito com meu esposo e falo, cara, por mais que ele seja um pai que participa, que faz de verdade o papel dele, ele não parou a vida dele. Ele não precisou, claro que de comum acordo, esse primeiro ano eu estava no mestrado, mas querendo ou não, eu parei muitas vezes, o dia que eu tinha para sentar e escrever eu não podia, porque meu filho estava doente, então precisava levar ele a algum lugar, era eu quem parava, ele não mudou a vida dele. Ele está lá, continuou trabalhando todos os dias, por mais que seja cansativo sair de casa, voltar, tudo, mas ele vê outras pessoas, ele conversa com outros adultos. Então eu passei um ano sendo exclusivamente mãe. E foi assim, enriquecedor, desafiador e caramba, eu dou conta.*

Sueli conta que depois dessa vivência da qualificação ela ressurgiu, porque muitas vezes ela pensou em desistir de tudo e ser só mãe, o que já é muita coisa. Mas quando ela escutou que estava apta a concluir sua pesquisa, quando revê suas pesquisas e aquilo que escreveu percebe que consegue ser isso também, e ser muito boa. Ela diz que sua prioridade hoje é seu filho, pelo menos nessa primeira infância, mas que para estar bem para ele precisa estar bem consigo.

> *E a pesquisa, a ciência, essa parte, para mim é essencial. Me faz reviver, é um momento que eu tenho comigo mesmo que me faz, eu posso ser útil para alguém, para uma sociedade, com pesquisa, com seja lá o que eu esteja fazendo além da minha maternidade.*

Para ela, após os três meses do filho ela voltaria a cumprir a sua agenda acadêmica, publicar três artigos no ano, e por um período se sentia perdida. Por volta dos quatro, cinco meses do filho e com muito trabalho psicoterapêutico, ela compreende que esse formato não iria mais voltar, que era necessário se reestruturar.

Sueli comenta que no início demorava semanas para conseguir ler um artigo de cinco páginas, e que hoje, enfim, sente que está retomando as leituras, agora que ele está mais estável na escola. Ela conta que a maternidade contribuiu para que ela organizasse as coisas que antes procrastinava, quando tinha tempo para ler artigos sem obrigação. Hoje ela precisa se organizar para fazer as coisas, não dá para ter distrações, tem o horário da soneca do filho e nesse momento é preciso organizar o tempo que tem.

Em relação aos desafios de conciliar essas diversas funções, Sueli relata que o maior deles é conciliar tudo. Ainda que o marido seja um pai participativo, compartilhe dos afazeres domésticos, por muito tempo ela sentia-se na obrigação de ter que dar conta de toda a organização da casa, já que passa o dia em casa e sentia-se culpada quando não fazia. Ela conta que foi um processo abrir-se para a perspectiva de que fazer o mestrado e de que pesquisar era um trabalho e,inclusive, recebia para isso, portanto, assim como ela abria mão do seu tempo de trabalho para arrumar a casa, os outros também poderiam tirar parte do tempo para contribuir também. Para Sueli, não querer dar conta de tudo é sua dificuldade.

Bitencourt e Andrade (2022) falam sobre os sentimentos e emoções que reverberam na subjetividade das mulheres mães, independente da classe social, como a necessidade de sacrificar-se pelos filhos, a culpa por dedicar pouco tempo a eles e a maior responsabilização pelo cuidado e afazeres domésticos quando comparada aos pais.

Atualmente o filho frequenta a escola pelo período da manhã, ela dedica um ou dois dias para arrumar a casa se estiver muito bagunçada, fazer comida e os demais dias são dedicados à finalização da dissertação. Nos finais de semana encontra o momento que tem para lazer e gosta de fazer isso em família.

3.5 A trajetória de Lélia

Mulher preta, de 47 anos, graduada em Pedagogia e mestranda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. É solteira, mãe solo de dois filhos, uma mulher de 22 anos e um menino de 3 anos.

Lélia é pedagoga, professora da Educação Infantil no município do Rio de Janeiro e conta que a partir de um curso de extensão sobre raça, gênero e sexualidade, em conjunto com a sua prática, se interessou pela questão das relações étnico-raciais. Ela

acrescenta*: "Eu costumo dizer que como mulher preta eu fazia o trabalho por intuição, instintivamente, porque fui uma criança preta dentro da escola".*

Ela conta que desde criança sempre gostou de estudar, de ler, buscar outros recursos culturais e se considera uma pessoa inteligente, mas que nunca ninguém lhe contou após a graduação que ela poderia seguir o caminho acadêmico; essa descoberta se deu após o curso de extensão citado. Ela graduou-se em Pedagogia em 2017, posteriormente fez pós-graduação em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, depois fez outra pós-graduação em Psicologia Infantil, ambas na modalidade online e com o intuito de ter um título além da graduação. Lélia é também especialista em relações étnicos-raciais e começou a especialização na pandemia, período de início da sua gestação. Ela comenta que ao se deparar com os teóricos, descobriu que era isso que ela queria para ela, continuar pesquisando e que era uma professora pesquisadora no campo da educação antirracista. Assim sendo, foi atrás de realizar o mestrado por conta da pesquisa e também desse título que ninguém lhe contou que poderia ter.

Curiosamente, Lélia acreditava que apenas quem era muito "*velhinho*" poderia ter o título de mestre, e que assistindo uma formação ofertada pela Secretaria Municipal de Educação ela encontrou um palestrante muito novo que trazia na identificação a titulação de mestre, o que até então não fazia sentido para ela, mas despertou sua curiosidade para ir atrás de saber mais sobre o mestrado.

O desconhecimento de Lélia sobre a possibilidade de cursar uma pós-graduação *stricto sensu* e a ideia de que um mestre seria alguém idoso, provavelmente homem, evidencia como o racismo, a opressão de classe, o patriarcado e outras formas de discriminação se entrelaçam, afetando de forma mais intensa as mulheres negras (Akotirene, 2019).

No primeiro processo seletivo para o mestrado, ela relata que estava grávida ainda e não conseguiu ser aprovada, pois seu projeto de pesquisa foi dado como insuficiente, fato este que ela própria concorda. Ela comenta que na época não sabia montar um projeto de pesquisa e que o fez baseado no formato de um trabalho de conclusão de curso. Após ser reprovada, ela buscou a ajuda de um professor que a indagou sobre a temática escolhida, se era realmente o que ela queria fazer e ela respondeu que não. Com a ajuda desse professor, ela montou um novo projeto de pesquisa, tomou coragem para falar sobre a sua temática – orixás, se submeteu a um novo processo seletivo na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Embora tenha sido aprovada em todas as etapas, não foi classificada em razão da questão de cotas estar ligada à condição socioeconômica.

> (...) *eu li o edital, mas eu não consegui compreender, até porque eu já estava com um filho pequeno, o meu filho na época tinha um ano e um pouquinho, mãe solo, e aí eu não consegui compreender, então assim, eu passei, mas não classifiquei, porque o primeiro classificado entrou nas cotas.*
> *E aí, fiquei triste um dia, no segundo dia me inscrevi novamente em outro processo, e foi o processo que eu passei. Então assim, a maternidade, ela me deu essa força, assim, um novo olhar.*

Ela relata que nunca pensou que iria engravidar novamente, estava se preparando para viver um outro momento, ser avó, sua filha tinha recém entrado na graduação. Todavia, nesse percurso engravidou de um ex-companheiro, aos 44 anos, durante a pandemia, enquanto tentavam reatar o relacionamento e 20 dias após o nascimento do filho resolveram manter-se separados.

> *E a maternidade atravessa dessa forma, com os desafios, porque não é fácil você estudar com uma criança pequena, com a questão também do preconceito que a gente enfrenta, porque eu tenho tanto o preconceito da raça, porque a gente sabe que a academia ainda não é um lugar confortável para as pessoas pretas, quanto o preconceito do etarismo, tanto na academia, quanto na maternidade. Muitas pessoas me perguntam por que que eu resolvi, ou por que que eu fui ter filho, com a idade que eu tenho, mas na verdade toda é que o meu filho, a maternidade, ela só me deu força para eu continuar pesquisando.*

Os questionamentos e acontecimentos na vida de Lélia podem ser relacionados à ideia abordada por Biroli (2018), que discute a existência de um modelo ideal de maternidade. Nesse modelo, a mulher é vista como principal responsável pela reprodução e pelo cuidado com os filhos e afazeres domésticos, enquanto o homem assume o papel de provedor financeiro do lar. É importante destacar que esse padrão se aplica, sobretudo, a casais heterossexuais e brancos, excluindo milhares de mulheres brasileiras que são chefes de família, negras e mães solo.

O tema de pesquisa de Lélia versa sobre as narrativas dos orixás como ferramenta na educação antirracista. Como professora que atua no subúrbio do Rio de Janeiro, com uma classe que tem vulnerabilidades sociais e uma escola que tem perfil de infância preta, ela começou a perceber o racismo, racismo institucional e racismo religioso, que na sua percepção é mais silencioso e cruel. Em resumo, sua pesquisa surge das inquietações que

vivenciou ao longo dos anos atuando na Educação. Crianças de axé, crianças pretas com religião de matriz africana, que desde muito novas eram silenciadas por não poder falar da sua religião dentro da escola e quando falavam recebiam tratamento diferenciado, discriminatório.

> *Eu comecei a pensar que, enquanto narrativa, os orixás podem ser lidos como divindades, assim como a gente compara, não gosto muito de fazer essa comparação, mas para entendimento assim em geral, né, com a mitologia grega, com outras mitologias. A gente tem um clássico, a gente compara que o Thor é o Deus do Trovão, e todo mundo fala do Thor, mas ninguém pode falar de Xangô, que também é um Deus do Trovão, entende?*(...) *é possível você contar essas narrativas para as crianças sem tocar o nome das religiões, com o objetivo de naturalizar essas narrativas. Naturalizar que as pessoas falem, e tem pessoas que não gostam nem de pronunciar o nome dos orixás, né, por conta do racismo aí que foi demonizado, toda essa questão da religião.*

Lélia comenta que apesar da lei que garante o ensino da cultura e história africana e afro-brasileira ter 21 anos, esse conteúdo geralmente não é aplicado nas escolas e nem aparece na graduação. As poucas unidades que aplicam esse conteúdo se atêm ao básico, como a música, capoeira, a história e a escravização. O objetivo de sua pesquisa é naturalizar, para quando uma criança escutar uma narrativa, escutar um nome de orixá, ela possa criar uma identidade positiva, defender e combater o racismo.

Pergunto sobre como é ser pós-graduanda, mãe e mulher preta, e ela responde: "*é desafiador, difícil, complexo e uma luta diária de autoafirmação, isso porque mesmo sabendo que é capaz precisa afirmar diariamente que a academia é lugar para uma pessoa com o seu perfil*". E acrescenta,

> *E que a gente precisa entender, valorizar e ouvir outros saberes, outras narrativas, né, eu sou escritora também, tenho como inspiração Conceição Evaristo e principalmente o termo dela de escrevivência. Que ela diz que escrevivência, é escrever a vida das mulheres pretas e a gente não pode correr disso, né, não pode esvaziar. É a vida de mulheres pretas que a gente narra, e assim, narrar o quanto foi difícil esse caminho.*

Ela retoma sua fala, de que ninguém lhe contou sobre a possibilidade de uma formação acadêmica para além da graduação. O silenciamento, a invisibilidade, a

dificuldade e falta de oportunidades demonstram que a própria academia não deseja abarcar mulheres pretas. Lélia conta que tem sorte de ter como orientadora uma mulher preta, acolhedora, que entende sobre essas questões, porque não é fácil permanecer, até porque sendo mulher preta existem outros atravessamentos, como o racismo.

Como aponta hooks (2019), o movimento feminista, em seus estágios iniciais, concentrou-se na luta pela igualdade de gênero, sem considerar de forma adequada as questões de raça e classe social que também afetam as mulheres. Nesse sentido, é essencial abordar a intersecção entre gênero, raça e classe para compreender o lugar da mulher negra dentro de um sistema patriarcal, capitalista e supremacista branco. Esse apontamento de hooks dialoga diretamente com as dificuldades enfrentadas por Lélia para acessar o mestrado.

Lélia relata que o primeiro semestre foi muito difícil para ela enquanto mãe solo, com uma rede de apoio muito limitada e, ainda, morando longe da universidade. Ela afirma que contou com a compreensão da gestão escolar onde trabalhava, o que permitiu que cursasse as disciplinas obrigatórias no primeiro semestre. Hoje, sua rede de apoio é principalmente de uma amiga que também é professora e trabalha na mesma creche que o filho estuda, ficando com ele alguns dias na semana. Como ela mora sozinha com o filho, e a filha mora com a avó que é bastante idosa, ela conta com a ajuda da filha em alguns finais de semana para poder sair, se divertir e fazer alguma coisa. Há pouco tempo o filho começou a ir para a casa do pai, então existem finais de semana que ele está lá.

A rotina é cansativa, logo pela manhã ela e o filho acordam, se arrumam e vão para o seu primeiro trabalho que se inicia antes da entrada dele na creche, depois o transporte o leva até a creche. Nas vezes em que busca a criança, sai do trabalho, vai para casa ou rapidamente passa no mercado e segue a rotina final do dia: lanche, banho, brincar e dormir. Depois que ele dorme é que ela cuida dos afazeres domésticos, de si, e só depois de tudo é que vai estudar, ler e escrever. Às vezes é a amiga que busca o filho na escola, nesses dias ela consegue dedicar mais tempo para fazer suas coisas, depois busca o filho e segue a mesma rotina.

Aos finais de semana, Lélia busca se divertir, sair, ir à praia, visitar alguma amiga, ir a uma roda de samba, se divertir. Quando o filho está com ela, eles buscam fazer programas como visitar sua mãe e ir à praia, coisa que ambos gostam muito. Ela acrescenta: "*eu não fico só no sofrimento não, eu me permito a isso também, sabe, eu me permito a sair, a fazer minhas coisas, a conversar com outros adultos que eu acho*

importante". Atualmente ela tem buscado, além da escola do filho, ambientes que ele possa conviver com outras crianças, como esportes, lutas, algo nesse sentido.

A literatura destaca que lazer, renda e rede de apoio são aspectos cruciais para o trabalho ou os estudos de uma mãe. Portanto, mães que cursam pós-graduação necessitam de um suporte social ampliado, incluindo uma rede de apoio bem estruturada e o suporte irrestrito da universidade e de seus atores. Esses elementos são fundamentais para que sua trajetória profissional e/ou acadêmica seja efetiva e sustentável (Souza, 2019; Bitencourt & Andrade, 2022).

No momento da entrevista, o filho estava passando pelo processo de avaliação neuropsicológica, já que possui atraso de fala e a escola apontou alguns indícios, por isso, estão investigando se existe algum transtorno, como TDAH e autismo, mas o processo ainda não havia sido concluído.

Pergunto a Lélia sobre os desafios de ser mãe, pós-graduanda e professora, ela me conta que o mais desafiador é a solidão, a obrigação de levar tudo sozinha e a cobrança de não poder falhar.

> *Eu não posso ficar doente, eu não posso me dar o luxo de ficar cansada* (...) *porque assim, o que as pessoas esperam de mim, as pessoas, né, a sociedade de uma forma geral, coloca como expectativa é que não dê certo, é o tempo todo dizendo que esse lugar não é seu. E assim, eu já escutei isso de forma verbalizada, tipo assim, ah, foi mãe tarde por quê? Você já é professora? Está estudando para quê? Por que que você estuda com filho pequeno? Para que que você faz isso? Entende? Assim, meio que dizendo assim, teu papel é o de mãe, fica aí onde você tá...*

Ela conta que ouviu esse discurso fora da academia, de amigos, conhecidos e colegas de trabalho. Dentro da academia os colegas são mais acolhedores, disponíveis para ajudá-la caso precise levá-lo a universidade e demonstram interesse em conhecê-lo. Porém, ela recebe alguns questionamentos, perguntando como é ser mãe, se não é muito difícil, entre outros.

De acordo com Velho (2006), uma mãe que decide seguir uma carreira científica inevitavelmente enfrentará o conflito entre maternidade e carreira acadêmica. Três possíveis desfechos podem ser observados: algumas mulheres optam pela família, outras pela vida acadêmica, e há aquelas que tentam conciliar ambos. Contudo, essa última escolha tende a gerar maiores dificuldades, pois, nesse caso, a mulher pode vivenciar uma

culpa dupla: a sensação de não se dedicar o suficiente aos filhos e, ao mesmo tempo, de não ser produtiva o bastante na academia.

Por fim, pergunto a ela sobre como a maternidade afeta na formação acadêmica, e como a formação acadêmica afeta na maternidade. Ela conta que a maternidade potencializou sua inquietação em trabalhar a narrativa dos orixás justamente por seu filho ser uma criança de axé, ela é praticante da Umbanda e ele a acompanha, então essa é também uma forma de o proteger e ajudá-lo no combate ao racismo religioso.

> *Então assim, ela veio para me impulsionar, minha maternidade, ela me deu mais força, ela me transformou numa pessoa mais forte. Não é falando isso de uma forma romântica, mas é que realmente eu sinto, eu tive uma transformação de vida, foi depois da minha maternidade que eu entrei no mestrado, foi depois da minha maternidade que eu me consolidei mesmo como escritora.*
> *Eu ganhei um prêmio da educação aqui no Rio de Janeiro, um projeto que eu fiz pós-maternidade também, né, eu gosto de falar também que eu fui rainha de bateria numa escola de samba pós-maternidade também, que é um outro atravessamento.*

No que diz respeito à maneira como a formação acadêmica afeta sua maternidade, ela afirma que afeta de forma positiva, porque a casa está cheia de livros, ela lê, o filho dela pega para ler, ele já percebe o movimento de estudo influenciando-o e naturalizando o processo de estudo.

> *Às vezes ele pergunta, eu tô estudando por quê? Eu falo, ah, porque mamãe quer aprender mais, porque estudar é aprender mais, a gente precisa aprender mais, para cuidar melhor das crianças, eu falo assim, para ele. E nessa questão mesmo de querer mostrar, de ser um exemplo para o meu filho, na verdade, ser um orgulho. Eu quero que o meu filho um dia fale, ah, minha mãe é mestra, minha mãe é doutora, minha mãe estudou, minha mãe ganhou tal prêmio, quero que ele vá para os espaços e que ele reconheça o que eu estudo, ele já conhece Conceição Evaristo, ele já aponta para foto dela. E ele só tem três anos, assim, então afeta dessa forma, minha formação acadêmica, a forma nas próximas gerações.*

A filha, apesar de não morar com ela também é influenciada, já está na graduação de Pedagogia. Embora esteja com o curso trancado no momento, percebe o movimento da mãe em busca de aprimoramento. Ela inclusive leva a filha para acompanhá-la em

lançamentos de livro, recebimento de prêmios, etc. para que ela possa perceber que apesar de ser um caminho complicado, os estudos geram frutos.

3.6 A trajetória de Patrícia

Mulher de 28 anos, branca, graduada em Relações Internacionais e mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). É filha de engenheiro (57 anos) e professora (52 anos), possui um irmão de 27 anos. Patrícia é casada e tem dois filhos, uma filha com 3 anos e um filho com 10 meses.

Durante toda a nossa conversa, Patrícia demonstrou-se muito solícita em contribuir com a pesquisa e compartilhar sua vivência como mulher, mãe e pós-graduanda. Enquanto realizava a entrevista, ela acalentava o filho no colo. Pergunto a Patrícia sobre a sua trajetória acadêmica e em qual momento ela se encontra com o exercício da maternidade. Ela me conta que começou a pensar no mestrado quando a filha tinha um ano e alguns meses, e resolveu participar do processo seletivo da pós-graduação em Ciências Sociais na UERJ.

A princípio, Patrícia achava que não seria aprovada, pois como a filha era pequena e demandava muito, o tempo de dedicação aos estudos e preparação do projeto era escasso. Com o apoio da mãe e do marido para que ela pudesse estudar e participar de todas as etapas do processo, veio a surpresa de ter sido aprovada. Após a aprovação, ela ficou preocupada em como seriam as coisas, já que a demanda com a filha pequena era alta e ela ainda não dormia direito à noite. Ainda assim, resolveu entrar.

As aulas se iniciaram em março, quando, em fevereiro de 2023, Patrícia descobriu uma nova gravidez. Novamente ela se questionou se daria realmente para fazer o mestrado, mas como já havia se matriculado e escolhido as disciplinas, decidiu tentar. Quando as aulas começaram, sua filha tinha dois anos e ela já vivenciava o *mal-estar* da gravidez, como náusea, cansaço, vômito. Ela conta que realmente passou muito mal e que por vezes o cansaço era tanto que ela mal conseguia levantar da cama. Isso, somado à alta demanda da pós-graduação de leituras, produção de texto e artigos, tornou desafiador o processo de continuar.

Ela conta que foi levando, avisou os professores sobre a sua condição e as dificuldades que estava enfrentando, teve períodos em que a filha ficou doente por diversas vezes por estar em período de adaptação na creche. Passados três meses de aulas, já para o final do primeiro semestre, quando estava com 22 semanas de gestação, Patrícia

começou a ter contrações e precisou lidar com a ameaça de parto prematuro. Com essa idade gestacional, um parto seria inviável para a vida do bebê, então imediatamente ela se encaminhou à emergência, foi medicada, tomou injeção para os pulmões do bebê e conseguiu controlar e cessar as contrações. Depois desse episódio, Patrícia resolveu trancar o mestrado por receio do que poderia acontecer, visto que precisava utilizar transporte público para chegar até a universidade, ficava quase o dia inteiro na UERJ e tudo era bastante cansativo. Ela comenta que nesse momento o que importava era a vida de seu filho.

Patrícia comunicou os professores, a secretaria de Pós-Graduação e pediu um laudo para obstetra para justificar o trancamento. A coordenação acolheu o seu pedido, comunicou que estava tudo certo e que ela poderia ficar tranquila, ter o filho e depois discutiriam sua situação, o que lhe gerou uma angústia, já que ela não sabia se iria parar de contar os prazos e tudo mais. Meses depois ela descobriu que os prazos continuaram correndo.

Seu filho nasceu em outubro, em um parto domiciliar planejado, e logo após o nascimento ela entrou em contato com a secretaria para solicitar o período de licença maternidade, o que, nas suas palavras, "*foi uma confusão"*. Eles não sabiam dizer qual era o tempo que ela tinha direito, só sabiam que para quem tinha bolsa era o período de quatro meses; como ela não se aplicava a essa condição, eles não sabiam. Patrícia conta que faltou informação e a sensação era de que ela era a primeira a discente a solicitar licença maternidade, o que ela não acreditava ser possível, visto que a pós-graduação já possui décadas.

> *E aí, eu fiquei nesses quatro meses, depois que meu filho nasceu, nessa incerteza de que, assim, o que eu considero? Fico quatro? Fico seis? O que vai contar? Acabou que eu escolhi por ficar quatro meses, porque eles sabiam me informar na época. E também coincidiu com a volta às aulas, que foi em março. Então, acabou que eu fiquei quatro meses.*

Com o retorno às aulas, ela precisou levar o filho para a universidade algumas vezes, na época ele tinha quatro meses e sua mãe ou sua avó a acompanhavam quando ela precisava porque era complicado assistir aula com ele dentro de sala. Ela menciona que chegou a enviar um *e-mail* para professora perguntando se era possível levar o filho a algumas aulas, caso não conseguisse deixar ele com ninguém, ao que a professora respondeu que era possível, mas que ela poderia fazer uso do número de faltas. Sobre essa

situação, Patrícia relata que sentiu como se fosse um pedido para que não levasse o filho à aula.

Noutra situação em que precisou levar o filho e deixá-lo do lado de fora com a sua mãe enquanto ela assistia a aula e saia algumas vezes para amamentá-lo, no intervalo a professora comentou: "*ah, ele é tão bonitinho, ainda bem que você não entrou com ele, né? Senão ninguém ia prestar atenção na aula".* Ela comenta que sentiu essa fala como uma certa resistência dos docentes frente a essa situação de ter que levar o filho junto para a aula.

Tal situação evidencia como espaços considerados "coletivos" não são pensados para determinados(as) sujeitos(as) sociais. Embora representem uma parte significativa da sociedade e necessitem que a cidade contribua para o seu desenvolvimento e cidadania, as crianças não participam desses espaços de mobilização social (Souza, 2019). A exclusão da criança da cultura é também a exclusão da mãe do espaço público, resgatando a ideia de que o lugar da mulher é em casa cuidando dos filhos (Federici, 2017).

Para além dessas situações, ela conta que seu programa de pós-graduação não possui muito preparo, organização e planejamento com relação às demandas e necessidades das discentes que são mães. Foi ela quem precisou correr atrás das informações que precisava, eles nunca sabiam como orientá-la ou passar informações precisas. Ainda nesse sentido, o espaço físico não era preparado para receber crianças, não há trocador nos banheiros, não há uma sala destinada à amamentação e/ou extração de leite. Quando Patrícia precisou trocar o filho, teve de fazer isso no meio do *hall*, e quando precisou extrair leite, precisou usar o banheiro – um espaço insalubre.

> *Eu me sentia inadequada, sabe, ao lugar. Parecia que eu não era bem-vinda ali, porque, gente, é uma coisa tão simples colocar um trocador no banheiro, sabe? É tão simples reservar uma salinha que ninguém esteja usando. Assim, a UERJ é gigante, tem salas que estão vazias e não pode reservar uma sala para esse fim, sabe?*

Souza (2019) relata que a exclusão da mãe do espaço público vai além da sala de aula; no caso das universidades, aparece nas atividades em auditórios, nos eventos científicos, nos trabalhos de campo, nos estágios, nos refeitórios e nos banheiros sem fraldários. Ela conta que muitas vezes pensou em desistir, que talvez não fosse o momento de fazer uma pós-graduação, que era melhor trancar de novo e esperar seu filho crescer.

Patrícia também acrescenta que são tivesse uma família que a apoiasse tanto, provavelmente ela teria desistido.

Outra situação de desorganização da pós-graduação que Patrícia relata é com relação à descoberta recente de que seus prazos estavam correndo, e, por isso, ela deveria qualificar entre agosto e setembro. Ela conta que recebeu a notícia no final de julho, explicou para a orientadora que não teria como cumprir esse prazo e pediu prorrogação. Ainda assim teve que refazer o projeto em um mês, submetê-lo ao comitê de ética, fazer tudo às pressas e com dois filhos pequenos ainda muito dependentes dela; em meio a isso, ela deveria continuar cursando as disciplinas, entregando trabalho final, fazendo artigo e participando de simpósio.

> *Então, assim, eu realmente percebi que eles não estão nem um pouco preparados para lidar com a situação de uma mãe, de uma aluna-mãe. E que precisa, sim, que tem necessidades específicas, sabe? Que outras pessoas não têm. E se você se propõe ser inclusivo, ser uma universidade inclusiva, você tem que considerar essas pessoas.*
> *Eu me senti completamente, assim, perdida em alguns momentos por falta de informação, porque eles não sabiam dar informações precisas sobre o meu caso. Parecia que eles nunca tinham visto uma mãe que precisou trancar, enfim, nada disso. E falta de suporte mesmo, assim, a minha orientadora foi super compreensiva, sabe? Enfim, eu fui bem aberta com ela, bem clara, olha, eu tenho duas crianças pequenas, talvez eu não consiga entregar as coisas para você no ritmo que seus outros orientandos entregam. Mas, assim, eu sempre tô correndo atrás, ela vê que eu me esforço, então ela é super compreensiva comigo. Essa foi a sorte, assim, porque se eu caísse num orientador mais caxias, mais duro, acho que eu já teria desistido também.*

Patrícia comenta que tem amigas na mesma situação que ela, outras concluíram o mestrado como um ato de resistência.

> *Porque não tem outra, né, você ficar com tanto ódio, com tanta raiva que você fala, eu vou, eu vou, assim, por mais que você não queira, entendeu?*
> *Parece que todo o sistema está contra você, né? E, bom, é uma coisa boa porque é um motivador, sabe? Tipo, não, você não quer que eu termine, então eu vou terminar. Mas é muito complicado às vezes, sabe? Tem períodos que eu fico muito*

> *desanimada, porque já tenho tantas demandas em casa. E, enfim, a pós-graduação é uma demanda muito grande e parece que as pessoas só querem dificultar a sua vida, ninguém quer facilitar, né? Então às vezes é muito complicado mesmo.*

Apesar de várias estruturas incidirem para que as mães acadêmicas não consigam seguir com os estudos, algumas conseguem resistir com muito esforço, rede de apoio e criatividade; resistência essa diária que bate de frente com a romantização da "mulher guerreira" (Souza, 2019).

Com relação ao processo seletivo de mestrado, ela conta que foram quatro etapas: prova de conhecimentos, prova de língua, apresentação de projeto e análise de currículo. A escolha da orientadora, que geralmente é feita no primeiro semestre do mestrado, para Patrícia só ocorreu no final de 2023, quando ela enviou um e-mail para a orientadora contando sobre a sua situação e pedindo que ela a orientasse. A escolha por essa orientadora, além de estar relacionada à área de estudos que lhe interessava, também se deu pelo fato de ela ser mulher e mãe, o que representava uma busca por compreensão e acolhimento que não encontrou nos demais docentes. A mudança de área, de Relações Internacionais para Ciências Sociais, se deu ao descobrir que gostava mais de estudar pessoas do que países. Sua área de concentração é a Antropologia e a temática da sua pesquisa é gravidez, parto e puerpério.

Pergunto para Patrícia como é para ela ser mulher, mãe e pós-graduanda, ao que ela me responde tratar-se de um intenso "*equilibrar* [de] *pratos*". Ela conta que no início tentava equilibrar tudo de forma igual – isto é, dar conta de tudo. No entanto, percebeu que esse formato não estava fazendo bem para sua saúde mental, e que muitas vezes, ao tentar dar conta de tudo ao mesmo tempo, não conseguia estar presente nem com os filhos, nem com o mestrado. Atualmente, tem dado conta daquilo que consegue e age de acordo com as prioridades daquele dia, por exemplo:

> *Se eu vejo que os meus filhos estão precisando mais de mim naquele momento, eu vou estar com eles. E aí, quando eu tenho um prazo, alguma coisa que está se aproximando, eu tento dar mais atenção para isso. Mas assim, o mestrado nunca vai competir com os meus filhos, porque eles vão sempre ser a prioridade, entendeu?*
>
> *Então, assim, semana passada eu tive uma experiência dessas, assim, que eu tinha um prazo aproximando, um prazo que foi segunda-feira dessa semana. Meu*

> *marido, semana passada, teve que viajar a trabalho, então eu tive que ficar com as duas crianças e tendo um prazo perto. E eu falei, cara, assim, durante o dia não tem como, durante o dia eu sou deles, não tem como fazer outra coisa. E aí, quando eles iam dormir, eu varava a madrugada dentro, escrevendo, sabe?*

Para as mulheres que vivenciam essa realidade de multitarefas, na tentativa de dar conta de todos os segmentos, há uma grande dificuldade em separar e definir limites para os diferentes espaços e funções (Costa, 2018).

Patrícia diz que ela não quer ser uma mãe que olha para trás e vê que poderia ter aproveitado mais os filhos, e que essa fase que eles estão é apenas uma vez na vida; já o mestrado ela pode trancar e optar por fazer depois. Ela afirma que nem todo mundo pensa assim, mas mudar a sua forma de lidar com as múltiplas funções fez com que ela conseguisse levar o mestrado de forma mais leve. Hoje ela tem colhido bons resultados, tem conseguido acompanhar, entregar, escrever, participar dos eventos.

Como demonstra Costa (2018), o desejo de dedicar-se integralmente aos cuidados com os filhos traz à tona a contradição entre diferentes concepções de maternidade; a antiga, em que a mulher estava confinada ao espaço privado, ao lar; e a nova, onde a mulher se insere na esfera pública, investindo na carreira profissional.

Ainda nesse sentido de conciliar as múltiplas funções, ela conta que antes era uma pessoa diurna, que gostava de acordar e ser produtiva, e que a leitura e escrita funcionavam melhor pela manhã. No entanto, após a chegada dos filhos, ela teve que se adaptar, porque durante o dia "só" ficava com eles e dedicava-se aos afazeres domésticos. Assim, teve que aprender a fazer as coisas do mestrado à noite, depois que eles já estavam dormindo; por isso, estabeleceu um horário para que eles dormissem cedo. Tal rotina era muito cansativa, porque às vezes ela precisava passar a madrugada dedicando-se ao mestrado para dar conta, enquanto acolhia os despertares noturno do filho e às seis da manhã já estava acordada de novo para arrumar a filha para ir à escola. Ela sabe que esse não é o ideal, mas é o seu possível.

Pergunto sobre o que é mais desafiador, e ela expõe:

> *Olha, tem muitas coisas, né, eu acho que o contexto todo é bem desafiador, né, porque a pessoa que está te avaliando lá no mestrado, os seus professores, eles não estão muito aí o que você está passando na sua vida pessoal. Eu acho até que eles devem pensar que, ah, foi você que escolheu, né, não foi você que escolheu*

ser mãe, então é assim mesmo. Então assim, eu acho que esse olhar individual falta muito, sabe, dos docentes. A questão de prazo, que é muito rígido (...)

Por fim, pergunto a Patrícia como ela acha que a maternidade afeta o seu fazer ciência e como o seu fazer ciência afeta a maternidade. Ela me conta que a maternidade melhorou o seu desempenho acadêmico, porque hoje ela consegue fazer muito mais coisas em um curto espaço de tempo do que antes, quando ainda não era mãe. Hoje ela consegue fazer as coisas de forma mais organizada, não perde mais tempo como antes até porque já não tem mais esse tempo. Somado a isso, sua motivação para fazer a pós-graduação mudou: "*eu quero que eles vejam que a mãe deles conseguiu, sabe, que a mãe deles fez outras coisas além de cuidar deles, sabe. Que eu consegui fazer isso com eles juntos, sabe"*.

Com relação ao seu fazer ciência afetar a maternidade, ela conta que antes ficava muito estressada porque tinha prazos e as demandas das crianças a impediam de estudar, o que lhe afetava negativamente. Atualmente ela passou a elencar as prioridades e não deixou que o mestrado afetasse seu tempo com eles.

4. A DIMENSÃO UNIVERSAL NA EXPERIÊNCIA DE SER MULHER-MÃE-PÓS-GRADUANDA

Na perspectiva existencial sartriana o sujeito é concebido de maneira concreta, visto que não deve ser compreendido fora de sua situação; e relacional, pois está em constante relação com seu arredor. É produto na medida que subjetiva objetivações deixadas por gerações passadas, e produtor, ao agir sobre o mundo, objetivando-se nele e contribuindo para a construção da história e da sociedade (Vaccaro, 2021). Assim sendo, para Sartre o sujeito contém em si subjetividade e objetividade, ou seja, é simultaneamente singular e universal.

Partindo da apreensão das experiências das mulheres entrevistadas acerca das condições e situações específicas em que estão inseridas, podemos nos debruçar sobre os aspectos universais que perpassam a experiência das entrevistadas. Realizando o movimento que vai do singular ao universal, é possível captar a cultura, sociedade e ideologia dominante. Nesta dimensão social podemos compreender algumas intersecções que unificam as mulheres que são mães e pós-graduandas.

Considerando que cada sujeito é um singular/universal e entendendo essa dialética, é possível, num movimento regressivo, apreender como o universal aparece na vivência das entrevistadas, e compreender como essas mulheres foram subjetivando essa materialidade objetiva e constituindo seu projeto de ser mulher-mãe-e-pós-graduanda.

As primeiras características partilhadas por Simone, Silvia, Ângela, Sueli, Lélia e Patrícia é que todas são mulheres, mães e pós-graduandas com pelo menos um filho(a) de até 6 anos de idade. Todas reconhecem que o maior desafio é a conciliação desses diversos papéis, posto que são as mulheres ainda as responsabilizadas pelo trabalho de cuidado e trabalho doméstico, ambos não remunerados. Nas seis entrevistas, as mulheres relatam que são responsáveis pelos cuidados com o(s) filho(s) e com a casa, ainda que a maioria delas compartilhem dessas tarefas com o companheiro. Para além do trabalho na esfera privada, existe o trabalho na esfera pública, que é o *fazer ciência*. Somando-se a essa dupla jornada, Simone e Lélia ainda possuem outra ocupação profissional, sendo esta última professora da Educação Infantil no município do Rio de Janeiro e a primeira advogada trabalhista, também no Rio de Janeiro.

Consigo me aproximar dessa experiência, pois também vivencio essa situação. Assim como Lélia e Simone, para além do trabalho de cuidado com minha filha e afazeres domésticos, os quais compartilho com meu companheiro, também sou mestranda e

psicóloga clínica. Por diversas vezes vivenciei a dificuldade em conciliar todos esses papéis, a frustração de me sentir insuficiente, ora como mãe, ora como psicóloga, ora como mestranda. O que se intensificou conforme os prazos se aproximavam, já que a demanda de dedicação de tempo para pesquisa, leitura e escrita aumentava, mas todas as outras nunca cessavam.

A emancipação feminina traz uma soma de responsabilidades, agregando o ser mãe e o ser profissional. Para construir sua carreira, faz-se necessário às mulheres que suas vidas pessoal e profissional sejam pensadas e planejadas em concordância, e não de forma dicotômica. Cada mulher reage às mudanças decorrentes da maternidade de maneira diferente, conforme suas características pessoais e contexto socio-histórico em que está inserida.

Ainda com relação à dificuldade de conciliação desses papéis, as seis entrevistadas narraram medos e receios: o medo de contar sobre a gravidez e isso acabar afetando-as negativamente; o medo de não conseguir dar conta das demandas da pós-graduação; o receio de como poderia ser vista por colegas e/ou professores por conta da sua condição de mãe; e o receio de ter que abdicar de tempo com o(s) filho(s) para poder se dedicar à pesquisa, estudos e escrita. Esses medos e receios relatados acima vão ao encontro dos relatos descritos nas pesquisas de Beltrami e Donelli (2012), Souza (2019), Bitencourt e Andrade (2022) e Rosa et al. (2023).

O medo de contar sobre a gravidez vivenciado por Simone e Sueli também fez parte da minha trajetória no mestrado. Sabemos que as mulheres com filhos pequenos necessitam de mais tempo para cuidá-los, principalmente na fase de amamentação, e que também por isso o status materno tem um impacto negativo na vida das mulheres, podendo impedir o progresso na carreira, profissional e acadêmica. No meu caso, antes mesmo da gravidez, ao anunciar o projeto desta pesquisa que abarca a temática da maternidade e carreira acadêmica, escutei de uma docente do Programa "*seu projeto é muito relevante, mas não faça isso no mestrado*" – isso, ao que ela se referia, era engravidar. Ao descobrir sobre a minha segunda gravidez, gemelar, durante a finalização desta dissertação, revisitei esse medo.

Esse medo apareceu em conjunto com o receio de como seria vista por colegas e professores. O receio de ser julgada e desqualificada, justamente por saber que o espaço acadêmico não é acolhedor, nem pensado para inclusão de discentes que são mães. Assim como as entrevistadas nesta pesquisa, descobri não sem frustração que a minha forma de fazer pesquisa e ciência difere-se da forma dos homens e mulheres solteiras sem filhos.

Isso porque as responsabilidades, demandas e tempo de dedicação são diferentes. Enquanto essas pessoas poderão chegar em casa e dedicar-se à produção de artigos, as acadêmicas que são mães, comumente, usam do seu tempo pós-expediente para cuidar da casa e dos filhos (Bitencourt & Andrade, 2022).

Outro aspecto comum apresentado pelas participantes é a falta de infraestrutura e organização/preocupação do programa de pós-graduação da universidade em que estão matriculadas. Todas as entrevistadas relatam no espaço acadêmico a não receptividade a bebês e crianças, visto que os banheiros não contam com fraldário, não há espaço para amamentação e/ou extração e armazenamento de leite no caso das mães que precisam amamentar seus filhos, e também não há acolhimento às mães que precisam levar seus filhos para assistir uma aula, por exemplo.

Segundo o Ministério da Saúde (2025), que instrui sobre as práticas de cuidado da mãe e do bebê, é recomendado que as crianças façam aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade. Ou seja, até essa idade o bebê deve ingerir apenas leite materno e não se deve dar nenhum outro alimento complementar ou sucos, chás e água. A partir dos seis meses, todas as crianças devem receber alimentos complementares e saudáveis, mas o aleitamento deve ser mantido. Quanto mais tempo o bebê mamar no seio, melhor para ele e para mãe, portanto recomenda-se a amamentação até dois anos ou mais.

Contudo, cada contexto materno trará suas características para que essas recomendações se concretizem ou não. No caso das mães que são pós-graduandas, existe uma dificuldade enorme para que se possa amamentar seguindo os protocolos. Isso porque a própria licença maternidade é de apenas quatro meses – período menor do que o recomendado para aleitamento materno exclusivo. Para além disso, como não há espaço físico específico destinado à amamentação e/ou extração e armazenamento de leite, como manter o aleitamento materno exclusivo? O que se percebe pelo relato das mães que amamentam é que sem o amparo de políticas públicas que abarquem essa pauta dentro do ambiente acadêmico, elas são deixadas à própria sorte, cabendo unicamente às mães a responsabilidade em traçar estratégias para manter a amamentação.

No caso de Simone, a estratégia utilizada foi a de extrair e estocar leite para que um terceiro pudesse oferecer ao seu filho; já Ângela desloca-se várias vezes ao dia até a creche do seu filho, localizada no interior da universidade, para poder amamentá-lo; e por fim, Patrícia conta com o auxílio da mãe e da avó para que levem seu filho até a universidade para poder amamentá-lo.

Sobre a orientação e preparação dos Programas de pós-graduação em relação às discentes que são mães, Simone, Ângela, Sueli e Patrícia que gestaram e tiveram seus filhos durante a pós-graduação enfrentaram a dificuldade no acesso às informações acerca da licença maternidade. Cada instituição pode estabelecer regras para a concessão de licença de saúde ou maternidade, desde que sigam as regras impostas pela lei. No caso das discentes citadas acima, a lei que regulamentava isso era a Lei nº 13.536, de 2017, que garantia o direito à licença maternidade por até 120 dias. Atualmente, foi sancionada uma nova lei, de nº 14.925, de 17 de julho de 2024, que prorroga prazos de conclusão de curso e programas para estudantes e pesquisadores da educação superior em casos de parto, nascimento de filhos, adoção ou guarda judicial, garantindo o mínimo de 180 dias de prorrogação.

A respeito da escolha pela formação acadêmica, todas as entrevistadas relatam o desejo em tornar-se professora universitária, interesse pela pesquisa e o gosto por estudar. No caso das acadêmicas que realizam pós-graduação, especificamente o mestrado em cursos na área do Colégio de Humanas, todas pesquisam sobre temáticas que atravessam suas próprias vivências. Dentre elas, Simone e Patrícia debruçam-se sobre assuntos relacionados à maternidade e paternidade, como a licença paternidade e gravidez, parto e puerpério.

Quando indagadas sobre *o* continuar, apesar das adversidades, essa persistência aponta para diferentes interdições econômicas, sociais, sexistas que faz com que muitas vezes essas mulheres sejam interpretadas como "guerreiras". Embora as seis entrevistadas vivenciem dificuldades e desafios durante o processo de formação acadêmica, o afetamento se dá em maior ou menor grau a depender da raça, das condições sociomateriais – como nível socioeconômico, presença ou não de rede de apoio, compartilhamento do trabalho de cuidado com os filhos e afazeres domésticos, apoio do(a) orientador(a) e do próprio programa de pós-graduação/universidade.

No caso desta pesquisa, uma diferença fundamental consiste no fato de que Lélia foi a única entrevistada preta e mãe solo, portanto, além das interdições listadas acima, soma-se o racismo. Para mulheres como ela, desistir e fraquejar não é uma opção. Como bem aponta Souza (2019) ,"*é necessário atentar para as potências dessa luta, mas também para a vulnerabilidade desses corpos e a possibilidade do descanso*" (p. 87).

Sobre o tempo dedicado ao descanso, aos cuidados consigo e lazer, todas as entrevistadas, apesar de reconhecerem a importância e buscarem estratégias para que essa necessidade também seja atendida, relatam ter dificuldade por conta da escassez de

tempo, que em sua maioria é dedicado ao trabalho de cuidado, afazeres domésticos e trabalho acadêmico. O excesso de obrigações e a busca por produtividade levam a um esgotamento físico e emocional, que, como já citado, podem comprometer as relações, o lazer e a saúde das mães pós-graduandas. Silvia, Ângela e Patrícia revelam em suas falas que já vivenciaram o esgotamento psíquico que as levou ao adoecimento.

A partir daquilo que as participantes da pesquisa apresentaram com sua experiência de ser mulher, mãe e pós-graduanda, os elementos aqui destacados demonstram a forma como escolheram superar as condições de ordem material e objetiva que se apresentavam a elas. Quando digo "escolheram", estou me apoiando no pensamento de Sartre, para quem, ao fazermos nossas escolhas, estamos afirmando um projeto que nos fundamenta, que nos constitui enquanto o ser que somos e mais, que ao fazermos nossas escolhas as fazemos porque é uma possibilidade para outros também as fazerem. Como afirma Sartre (1946/2014,pp.13-14):

> (...) *qualquer projeto, por mais individual que seja, tem um valor universal*. (...) *Nesse sentido, podemos dizer que há uma universalidade do homem; porém, ela não é dada, ela é permanentemente construída. Construo o universal, escolhendo-me; construo-o entendendo o projeto de qualquer outro homem, de qualquer época que seja*.

Diante disso, fica claro que ao *sermos* num mundo social e coletivizado aquilo que é posto como estruturas, valores e condições materiais de uma época atravessam e compõem o processo de subjetivação de cada indivíduo, e, portanto, de cada entrevistada. Dessa forma, alguns aspectos de nossa época merecem ser considerados e trazidos para discussão a fim de que se compreenda a experiência singular de ser mulher, mãe e pós-graduanda.

Ainda somos socializados mediados por discursos que preparam os homens para inúmeras possibilidades, inclusive de ascensão nos espaços públicos, enquanto as mulheres são direcionadas aos cuidados com afazeres domésticos e filhos, dificultando e restringindo o acesso e participação destas ao espaço público. A ciência, como construção do conhecimento, é permeada pelos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da sociedade em que está inserida, nesse sentido, reproduz desigualdades de gênero, bem como normas e valores tradicionalistas misóginos, sexistas e patriarcais.

De acordo com Beauvoir (1949/2016), a mulher independente ainda vive conflitos entre sua vida profissional e "vocação sexual", uma tensão que ainda perdura e exige da

mulher concessões, sacrifícios e malabarismos. Na contemporaneidade, a maternidade tardia tornou-se uma forma de articulação e conciliação entre trabalho e maternidade. Outro ponto é o modelo familiar com número menor de filhos, na intenção de diminuir as ambiguidades entre vida familiar e vida profissional (Scavone, 2001).

Para Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho é a base do patriarcado, pois a partir dela são mantidas as desigualdades de gênero, fazendo com que mulheres tenham menos chance de ocupar espaços de poder em todas as esferas sociais, e, consequentemente, que seus interesses e necessidades não sejam ouvidos. A desvalorização, invisibilidade e gratuidade do trabalho doméstico realizado pela mulher revela-se, principalmente, na relação de casamento. É nele que o trabalho gratuito da mulher pode ser caracterizado como improdutivo, enquanto quando exercido fora de casa, a serviço de outras pessoas que não o marido, é valorizado economicamente (Federici, 2017).

A posição das mulheres em comparação aos homens resulta em situações materiais e diárias desfavoráveis que corroboram no aumento da vulnerabilidade, especialmente quando se trata de mães com filhos pequenos. A exploração, entretanto, não termina no casamento. Mulheres que se divorciam, além das limitações à carreira que costumam sofrer por conta da apropriação do seu trabalho, após a separação continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com a criança, fato esse que restringe ainda mais a carreira profissional das mulheres (Biroli, 2018).

Segundo Souza et al. (2021), na atualidade, por mais que haja um compartilhamento maior dos afazeres domésticos, as mulheres, em geral, continuam convivendo com a "sobrecarga mental". Em outras palavras, as mulheres são responsáveis pelo trabalho invisível de planejamento e organização do lar. Nessa conjuntura, os homens até realizam os afazeres, mas não sem a ordem e o direcionamento da mulher – elemento central do ambiente doméstico.

Dentre as atividades domésticas, a função do cuidado é componente constituinte das relações e uma das tarefas [quase] impossíveis de suspender. Seja na infância, vida adulta ou velhice, seres humanos são/estão vulneráveis e dependentes de outros de alguma forma. A questão é que as construções sociais e as omissões por parte do Estado acabam responsabilizando excessivamente mulheres, ao negar-lhes a infraestrutura necessária para essa demanda (Guedes; Daros, 2009; Biroli, 2018). O cuidado é uma das tarefas que mais demanda tempo, energia e dinheiro.

É importante destacar que a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga mental, as disparidades na função do cuidado, entre outras desigualdades de gênero que atravessam a experiência materna, afetam de forma diversa as mulheres a depender da raça e classe (Biroli, 2018). Para a teórica, a divisão sexual do trabalho produz o gênero, mas o faz de maneira que raça e classe compõem as relações de dominação e exploração, como também de resistência e renegociação. Quanto maior a renda, menor o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho doméstico; e quanto menor a renda, maior a vulnerabilidade e dedicação ao trabalho doméstico no seu próprio lar e como trabalho remunerado nos lares de outras mulheres.

Biroli (2018) aponta para um modelo ideal de maternidade, de reprodução e cuidado com os filhos, no qual o cuidado é exercido sobretudo pela mulher, que conta com o suporte financeiro do homem em uma relação estável, heterossexual entre pessoas brancas e com recursos financeiros e culturais. No entanto, esse é um padrão excludente e discriminatório, visto que a maternidade é marcada por desigualdades sociais, raciais e de gênero. Grande parte dos lares brasileiros, por exemplo, são chefiados por mulheres negras que são mães solo[4].

No que diz respeito ao campo da ciência, as desigualdades decorrentes do gênero e da maternidade se combinam aos marcadores de raça e classe e à posição que as mulheres mães ocupam no campo científico. Assim sendo, além das singularidades dessas mulheres mães que fazem ciência, deve-se estar atento aos obstáculos e dificuldades impostos pelo próprio contexto e estruturas em que se insere a ciência, como por exemplo, a lógica neoliberal e a produtividade como forma de avaliação/qualificação dos programas de pós-graduação, as quais impactam nas dinâmicas de pesquisa e aprendizagem, bem como nos sentidos de produção do conhecimento (Reis & Antunes, 2023).

A desigualdade de gênero permanece contribuindo para que homens e mulheres solteiras sem filhos tenham mais possibilidades de acumular capital científico e alcançar

[4] Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE) apresentados pelo DIEESE no seu boletim *As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho* (2023), "a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3o trimestre de 2022 (p. 5). Em relação a mulheres chefes de família monoparental com filhos, "no 3o trimestre de 2022, esse tipo de arranjo somou 11,053 milhões de famílias, 61,7% chefiadas por negras (equivalente a 6,8 milhões) e 38,3%, por não negras (que representavam 4,2 milhões)" (p. 9). Para mais, ver em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf

elevadas posições no campo acadêmico, visto que, ao chegar em casa, possuem disponibilidade para continuar produzindo seus artigos, diferente das acadêmicas mães, que geralmente usam seu tempo após o expediente na universidade para tarefas domésticas e cuidado com os filhos. Nesse sentido, o fato de as mulheres que têm filhos pequenos necessitarem de mais tempo para cuidá-los, principalmente no período da amamentação, contribui para essa desigualdade no campo científico (Aquino, 2009).

Entre os impactos causados pela sobrecarga do cuidado com os filhos e pela falta de políticas institucionais que apoiem a maternidade na carreira científica, estão: a queda da produtividade, dificuldade de ingresso e/ou permanência nos programas de pós-graduação, a perda de competitividade, impasses para participar de congressos, dificuldade de se inserir no mercado ou ir a campo em áreas que necessitam disso, entre outros (Souza et al., 2021; Bitencourt; Andrade, 2022; Reis & Antunes, 2022). Para além desses, existem fatores subjetivos, decorrentes das relações no ambiente acadêmico, como assédios morais no tratamento dado à maternidade, avaliações mais rigorosas e enviesadas, descredibilidade da capacidade profissional das mulheres mães e exclusão de grupos e atividades. Quando se tem que escolher entre maternidade e carreira científica, já existe uma opressão, a subversão é poder ser as duas coisas (Souza, 2019).

Em meio às dificuldades relacionadas ao cuidado com a criança, a amamentação, o excesso de obrigações e a demanda da produtividade acarretam um esgotamento físico e emocional que pode comprometer a qualidade do lazer, descanso, saúde e relações familiares, expondo a sobrecarga da mulher cientista que almeja maior qualificação (Bitencourt & Andrade, 2022). Numa atividade que exige esforço intelectual e físico, regida pela lógica capitalista de produtividade, esses elementos são essenciais para a construção de uma carreira de sucesso e duradoura.

No caso da pós-graduação, especificamente, no trabalho de pesquisa realizado pelas discentes, no processo de investigação, elaboração, desenvolvimento e divulgação, existe uma dimensão produtiva, de trabalho, ainda que não remunerada; e, uma dimensão de formação (Reis & Antunes, 2023).

Elementos como tempo livre, renda e rede de apoio são importantes para a participação política feminina e também para o fazer acadêmico. Nesse sentido, para além da rede de apoio, faz-se necessário o apoio da universidade e engajamento de coordenadores e professores para que mães pós-graduandas não desistam do seu processo de formação, já que essas mulheres necessitam de maior auxílio nesse período transitório de suas vidas (Souza, 2019; Bitencourt & Andrade, 2022).

De acordo com Bitencourt e Andrade (2022), doutorandas que são mães, preocupam-se em não conseguir corresponder ao "padrão" acadêmico, pautado na dedicação exclusiva e produtividade. Com a dificuldade de se desligarem mentalmente da função materna, ora precisam abdicar de algo para desempenhar um dos papéis, ser mãe ou ser acadêmica. Segundo as autoras, "As acadêmicas sentem-se excluídas e culpadas por não conseguirem desvincular-se dos filhos para corresponder ao ideal de pós-graduanda a partir do 'ser produtiva', ou seja, dedicar a maior parte de seu tempo à experiência do trabalho" (p. 46).

No Brasil, nas últimas décadas, as universidades passaram por mudanças sociais e econômicas que impactaram no trabalho científico, como também nas políticas educacionais, sobretudo ao impor critérios de produtividade e adequação atreladas à obtenção de recursos para desenvolvimento de pesquisas, trazendo uma cobrança maior de produtividade e resultados. De acordo com Reis e Andrade (2023), sob essa lógica neoliberal e de competitividade, a produção científica torna-se um tipo de capital. As autoras acrescentam:

> Nesse cenário, a dimensão de trabalho da pós-graduação ganha um novo contorno, uma nova nuance que não só àquela relativa ao trabalho intelectual enquanto uma atividade produtiva. Impressa na lógica da produtividade acadêmica, percebe-se a existência de um esforço de produção de conhecimento, que é empenhado pelos estudantes diante da necessidade imposta por publicações. Essa nova dinâmica imprime novos ritmos e relações à universidade, acentuando e redesenhando desigualdades (p.362).

Nessa direção, segundo os dados divulgados pela *Parent in Science* (2019), pesquisadoras-mães relatam que com a chegada da maternidade, o cumprimento de prazos para submissão de projetos e entrega de relatórios é afetado, de forma que 35% perdem o prazo de submissão e 12% não submetem. Sobre isso, pode-se pensar não somente em perdas de prazos e dificuldade em "ser produtiva", mas como isso revela sobre os dilemas da mulher que se encontra na academia e opta pela maternidade, como bem observado por Velho (2006, p. 15):

> Uma vez feita a opção pela carreira científica, a mulher se depara com o conflito da maternidade, da atenção e obrigação com a família vis-à-vis as exigências da vida acadêmica. Algumas sucumbem e optam pela família, outras, pela academia,

> e um número decide combinar as duas. Sobre essas últimas, não é necessário dizer quanto têm que se desdobrar para dar conta não apenas das tarefas múltiplas, mas também para conviver com a consciência duplamente culposa: por não se dedicar mais aos filhos e por não ser tão produtiva quanto se esperaria (ou gostaria).

No Brasil, as mulheres representam 54,2% dos 395.870 matriculados em cursos *stricto sensu*, 49% das bolsistas do CNPq, 59% das bolsas de iniciação científica e 58% das bolsistas beneficiárias da CAPES (CAPES, 2022). Entretanto, conforme se avança na carreira, a porcentagem diminui. Quando se trata de bolsa produtividade, consideradas de maior prestígio e maior investimento financeiro, as mulheres representam 35,5%. Nas bolsas concedidas a pesquisadoras sêniores, elas representam apenas 24,6%. Assim sendo, quanto maior o cargo e relevância na ciência brasileira, menor a representatividade das mulheres.

Souza (2019) alerta para o fato de que narrativas hegemônicas naturalizam violências e restrições impostas às mulheres. Sua propagação nem sempre é objetiva e perceptível, como quem diz “aqui não é seu lugar”, mas manifesta-se em gestos, regimentos institucionais, inacessibilidade a espaços físicos e diversas outras manifestações que, por vezes, passam despercebidas. Muitas interdições são impostas à mulher cientista, e mais ainda à mãe acadêmica.

A trajetória das mulheres é marcada pela luta contra a invisibilidade e exclusão, num ambiente estruturado em torno de valores e formas de produzir conhecimento predominantemente masculinos. Dessa forma, mesmo com os avanços das mulheres relacionados à autonomia, qualificação profissional e participação no mercado de trabalho, esses são insuficientes para eliminar as dicotomias e desigualdades de gênero tanto na sociedade, quanto na ciência. A divisão sexual do trabalho sempre esteve presente nos ambientes científicos. Inicialmente, com a ausência das mulheres ou pequena participação no âmbito acadêmico, posteriormente no direcionamento das mulheres aos cursos referentes ao cuidado e educação, e atualmente na dificuldade de docentes e discentes no que se refere à atuação e inserção (Reis & Andrade, 2023).

A crítica feminista à ciência questiona os pressupostos básicos de neutralidade e racionalidade. Isso porque a ciência não se descola do contexto ao qual está inserida, portanto, nunca foi e permanece não sendo neutra com relação a questões como gênero, raça e classe. Para além, traz como possibilidade produzir uma ciência feminista, situada e localizada.

O modelo masculino de ciência envolve tempo integral para o trabalho, produtividade em pesquisa, relações academicamente competitivas e a valorização de características consideradas masculinas. Esse modelo restringe a participação feminina na esfera científica à medida que não engloba a realidade de muitas mulheres cientistas, especialmente as que vivem a maternidade. A conciliação da vida privada com a carreira científica pode produzir sentimentos como culpa, frustração e ansiedade perante o dilema entre maternidade e carreira, inscrito em uma sociedade em que a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres jornadas duplas ou triplas de trabalho (Souza et al., 2021).

A diferença nas expectativas sociais entre homens e mulheres com relação à carreira profissional e à família apontam a necessidade de se questionar e reconfigurar as estruturas sociais e científicas. Além das exigências do fazer ciência pautadas em estereótipos que beneficiam os homens, existem os discursos sobre como as mulheres devem vivenciar a maternidade, e que contribui para que algumas mulheres vivenciem o sentimento de frustração e culpa por não corresponderem às expectativas e exigências sociais do que seria considerado boa profissional e mãe (Souza et al., 2021; Bitencourt & Andrade, 2022). Somada às imposições sobre o que é ser uma cientista e como fazer ciência, existe uma contínua reprodução de discursos que enfatizam quais atitudes, condutas e sentimentos formam uma boa mãe, o que desvela a falta de compreensão social sobre todos os aspectos que estão implicados na maternidade.

Finalizo esta discussão lembrando-me de Simone de Beauvoir, que nos fez há décadas um convite que ainda é tão atual:

> As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. (...) É, pois, necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas (...). Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo (Beauvoir, 1949/2016, p. 8).

Entendo que as participantes da pesquisa trazem em sua experiência esse “pesado passado”, um presente ainda difícil, mas apontam para um “futuro novo” quando reivindicam por mudanças na forma da sociedade configurar a inserção das mulheres mães na pós-graduação, lembrando da necessidade de respeito, defesa e garantia de

direitos como à saúde, à educação pré-escolar e a licença-maternidade, especialmente em um cenário em que o Estado os ameaça ao invés de garanti-los. Nesse sentido, a maternidade precisa de condições para que seja exercida em um contexto de direitos humanos.

Ainda que com suas particularidades, todas sinalizaram percursos que nos levam a vivências coletivas e comunitárias, de projeto, identificação, superação, resistência e desejo pela construção de outros mundos possíveis para as próximas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho desta pesquisa desvelou a realidade vivida por mulheres que são mães e pós-graduandas. Os discursos institucionais acerca da maternidade na academia carregam interdições naturalizadas, que dizem respeito principalmente ao convencimento do distanciamento entre as categorias mãe e cientista.

> A primeira, comumente mulher, organizada nos discursos hegemônicos como dotada de um amor incondicional, de uma responsabilidade instintiva para com os filhos, de uma dedicação total, que abre mão de seus sonhos em prol da felicidade de suas crias e inscrita no contexto doméstico. A segunda, comumente homem, branco, hetero, é compreendida como um sujeito inteligente, dotado dos privilégios do uso da razão, dedica-se ao desenvolvimento da Ciência, ainda que para isso precise abrir mão de relações pessoais profundas, é inscrito nas instituições centros do saber. Na fronteira entre essas duas categorias está a mãe universitária, sendo espremida por forças discursivas fugazes, por desrespeitar certa compreensão dominante dos papéis sociais de gênero (Souza, 2019, pp. 89-90).

Esses discursos surgiram na transição do feudalismo para o capitalismo, e contaram com o apoio do Estado e da Igreja, que, com o objetivo de construir uma sociedade com determinados ideais econômicos, políticos e culturais, restringiram as mulheres ao espaço privado – isto é, ao cuidado com filhos e afazeres domésticos. Esse movimento de determinar quais corpos deveriam habitar determinados espaços, encontra respaldo em compreensões que categorizam, hierarquizam e dispõem funções sociais embasadas em argumentos biologicistas e naturalizantes (Beauvoir, 2016). Discursos esses que se atualizam e encontram apoio em ideologias sexistas, racistas, classistas e heteronormativas.

Com relação à vida acadêmica, criou-se a ideia de que tendo oportunidades iguais aos homens, as mulheres iriam incorporar as regras, normas e códigos da academia; em outras palavras, a forma de se fazer ciência e construir conhecimento, sem que fosse necessário haver mudanças e reformulações nos processos de construção do conhecimento. Os dilemas relacionados à divisão sexual do trabalho ainda não foram resolvidos nem na família, nem com o Estado, a partir da elaboração de políticas públicas.

Desde o primeiro contato com as entrevistadas ocorreu uma conexão com as participantes que compartilham da mesma condição: ser mulher, mãe e pós-graduanda. Ao narrarem suas vidas e trajetórias, demonstram o desejo comum em querer contar a sua história, das dificuldades às superações, também como forma de serem ouvidas e denunciarem as desigualdades e violências que as atravessam, contribuindo para que de alguma forma pensemos nas políticas públicas de apoio à permanência materna e outras formas de se fazer ciência.

As concepções sobre o que é ser cientista e como se deve fazer ciência são pautadas em quesitos como dedicação exclusiva, tempo integral para as pesquisas, produção de artigos e idas a eventos científicos. Essas exigências, incompatíveis com as especificidades de ser mulher e mãe na pós-graduação, podem acarretar o sentimento de frustração e inadequação em algumas mulheres, por muitas vezes não corresponderem às expectativas do que é considerado uma boa pós-graduanda/pesquisadora. Nesse sentido, o que se percebe ainda hoje é que há uma desqualificação e invisibilidade relacionadas às temáticas da maternidade, inequidades de gênero e raça e o bem-estar de mulheres e crianças.

> A experiência da maternidade é determinante para inserir o debate sobre o impacto do gênero nas relações de trabalho no campo acadêmico. Pensar questões de gênero e sobre como os estudos feministas podem nos orientar a agir contra o sexismo institucional é algo que fortalece a luta diária e permanente que as mulheres travam na universidade (Oliveira, 2023, p. 115).

Com a finalidade de alcançar os objetivos propostos, utilizamos do método progressivo-regressivo proposto por Sartre para compreender a biografia de cada entrevistada; retornar à história, buscar elementos que auxiliem na reconstrução da situação sociomaterial em que a entrevistada está inserida em um dado momento, e, posteriormente, alcançar o sentido dos seus atos que desvelam seus projetos. Por meio do método progressivo-regressivo torna-se possível chegar ao coletivo partindo da biografia do sujeito, assim como chegar ao sujeito pela investigação do coletivo. Para Sartre (2002), é nesse processo que encontramos as estruturas da sociedade contemporânea, seus conflitos e contradições.

Através das narrativas aqui investigadas, foi possível constatar a sobrecarga vivenciada por mulheres que são mães e pós-graduandas, bem como as dificuldades na tentativa de conciliação de papéis. Também é observável o despreparo e desorganização das universidades e programas de pós-graduação para a inclusão de mães na academia,

seja pela falta de infraestrutura, políticas públicas de permanência, olhares atravessados, frases de desconforto e/ou organização pedagógica não inclusiva. Apesar dos obstáculos as mulheres têm construído estratégias através das quais tentam se manter estudando, atualizando e fazendo ciência, o que longe de ser interpretado como "mulheres guerreiras", sinalizam que diante da opressão ainda há resistência.

Refletir sobre como a maternidade se relaciona com outros eixos de opressão, significa pensar na construção social que atribui às mulheres, principalmente negras e mães, o trabalho de cuidado e afazeres domésticos, e como isso impacta no lugar (ou não lugar) ocupado pelas mulheres na ciência. Tal fato está diretamente ligado às condições de saúde mental, como sofrimento, angústia e ansiedade.

Sobre a análise interseccional, considerando os marcadores de raça e classe econômica, é possível constatar que a universidade ainda é um lugar de privilégio quando se percebe que há um número maior de mulheres brancas com situação financeira estável na universidade. Nesse sentido, pelos relatos das entrevistadas, notamos como as condições financeiras têm influência na extensão de rede de apoio. Entretanto, a existência desses recursos não elimina os obstáculos enfrentados pelas mulheres-mães-pós-graduandas, visto que a divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero perduram.

Destaco que este estudo também apresenta algumas limitações, e que pensar em mulheres, mães e pós-graduandas é pensar em pluralidade, e, portanto, maternidades. Nesta pesquisa optei por recrutar apenas mães com filhos pequenos com idade até seis anos e a maternidade por nascimento do filho, não abarcando as maternidades por adoção, por exemplo. Para estudos posteriores, considero relevante abarcar mães com deficiência, mães de filhos com deficiência, mães atípicas e mães solos, temáticas das quais não consegui abranger, nem me debruçar por ora.

Enquanto pesquisava, entrevistava e escrevia sobre a história de Simone, Silvia, Ângela, Sueli, Lélia e Patrícia, eu, em igual medida, significava minha experiência enquanto mulher, mãe e pós-graduanda. Essa foi uma importante jornada pessoal e coletiva. Lembrar da minha própria trajetória enquanto psicóloga clínica, mulher pesquisadora, mãe de uma criança de 1 ano e 6 meses que, ao final da trajetória de mestrado, se descobre gestante novamente. Os desafios foram inúmeros: a sobrecarga da tentativa de conciliar os diversos papéis, a frustração em não performar como o modelo ideal de mestranda, a escassez de tempo, a necessidade de prorrogar prazos, a ausência de rede de apoio e familiares na cidade em que resido; situações essas que obviamente

culminaram em ansiedade, culpa e sofrimento. No entanto, também destaco as potencialidades: me transformei enquanto pesquisadora, descobri aquilo que me mobiliza e me inquieta, encontrei mulheres-mães, companheiras de luta na construção de um fazer ciência feminista, antirracista e inclusivo.

Intenciono, por fim, que esta pesquisa possa somar informações sobre as mulheres mães que buscam a formação e carreira acadêmica, e a partir disso contribuir com o debate acerca das desigualdades de gênero e construção de políticas públicas de permanência materna na universidade, a fim de que as mulheres mães não tenham que fazer a cruel e injusta escolha entre seu desenvolvimento intelectual e profissional e o exercício da maternidade.

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro; Pólen.

Aquino, E. (2006). Gênero e ciência no Brasil: Contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. In Brasil, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (Org.), *Encontro nacional pensando gênero e ciência: Núcleos e grupos de pesquisas* (pp. 11–18). http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/br000014.pdf

Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (2ª ed.). Zahar.

Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Nova Fronteira.

Baia, L. (2020). *Maternidade tem cor? Vivências de mulheres negras sobre a experiência de ser mãe* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá).

Barrangán, A. (2020, setembro 19). A cientista e mãe que mostrou no Twitter a realidade das videochamadas: "Momentos complicados". *El País Brasil*. https://brasil.elpais.com/estilo/2020-09-19/a-cientista-e-mae-que-mostrou-no-twitter-a-realidade-das-videochamadas-momentos-complicados.html

Beauvoir, S. de. (2016). *O segundo sexo: A experiência vivida* (Vol. 2, 3ª ed.). Nova Fronteira.

Beltrame, G. R., & Donelli, T. M. S. (2012). Maternidade e carreira: Desafios frente à conciliação de papéis. *Aletheia*, (38-39), 206–217. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017

Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil*. Boitempo.

Bitencourt, S., & Andrade, C. (2022). Dois pesos e duas medidas? Maternidade e vida acadêmica de doutorandas de uma universidade pública. *Debate Feminista*, 32(64), 32–55.

Boemer, M. (1994). A condução de estudos segundo a metodologia de investigação fenomenológica. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 2(1), 83–94.

Butler, J. (2018). Os atos performativos e a constituição do gênero: Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *Caderno de Leituras*, (78), 1–16.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2022). Pós-graduação brasileira tem maioria feminina. https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pos-graduacao-brasileira-tem-maioria-feminina

Costa, F. (2018). Mulher, trabalho e família: Os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, *3*(6), 434–452.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, *10*(1), 171–188.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante.

Freitas, S. (2018). *Sartre, psicologia de grupo e da mediação grupal: Contribuições do pensamento de Sartre*. Appris.

Garrido, F., Costa, L., & Lassarot, M. (2017). Percepções acerca da licença maternidade nos programas de pós-graduação: O direito das estudantes e o contexto atual de avaliação dos cursos. In K. Gianezzi & J. Gross (Orgs.), *Estudos contemporâneos em ciências jurídicas e sociais* (pp. 39–48). Florianópolis, SC: Ediunesc.

Giorgi, A., & Sousa, D. (2010). *Método fenomenológico de investigação em psicologia*. Fim de Século.

Guedes, O., & Daros, M. (2009). O cuidado como atribuição feminina: Contribuições para um debate ético. *Serviço Social em Revista*, *12*(1), 122–134.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, *37*(132), 595–609.

Holanda, A. (2006). Questões sobre a pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, *24*(3), 363–372.

hooks, b. (2019). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras* (8ª ed.). Rosa dos Tempos.

Jericó, P. (2020, 13 outubro). A dificuldade de ser mãe trabalhadora em plena pandemia. *El País Brasil*. https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-10-13/a-dificuldade-de-ser-mae-trabalhadora-em-plena-pandemia.html

Jericó, P. (2021, 7 março). Pandemia ameaça apagar uma geração de frágeis avanços das mulheres na luta por direitos no mundo. *El País Brasil*. https://brasil.elpais.com/eps/2021-03-07/o-desafio-de-ser-mulher-em-tempos-de-pandemia.html

Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. *Presidência da República*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14925.htm

Maheirie, K., & Pretto, Z. (2007). O movimento progressivo-regressivo na dialética universal e singular. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, *19*(2), 455–462.

Ministério da Saúde. (2025). *Amamentação*. Gov.br. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno

Oliveira, A. (2023). Maternidade e docência: Mulheres, sobrecarga de trabalho, e lutas por equidade. In J. Suzuki, R. Castro, & A. Soares (Orgs.), *Mães cientistas: Perspectivas e desafios na academia* (pp. 100–127). FFLCH/USP; PROLAM/USP.

Parent Science. (2021). *Produtividade acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade*. https://327b604e-5cf4-492b-910b-e35e2bc67511.filesusr.com/ugd/0b341b_81cd8390d0f94bfd8fcd17ee6f29bc0e.pdf?index=true

Perdigão, P. (1995). *Existência e liberdade: Uma introdução à filosofia de Sartre*. L&PM.

Pinto, C. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia e Política*, *18*(36), 15–23.

Reis, M., & Antunes, A. (2023). Entre o trabalho e a formação: Ensaio sobre a penalização da maternidade como categoria de análise para as desigualdades de gênero de estudantes na pós-graduação. In J. Suzuki, R. Castro, & A. Soares (Orgs.), *Mães cientistas: Perspectivas e desafios na academia* (pp. 354–379). FFLCH/USP; PROLAM/USP.

Rocha, M. (2022). *Mulheres na ciência: Uma avaliação nas políticas públicas de apoio à maternidade implementadas no âmbito da pós-graduação na Universidade Federal do Ceará (UFC)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará].

Sartre, J.-P. (2002). *Crítica da razão dialética: Precedido por Questões de método* (H. Japiassu, Trad.). DP&A.

Sartre, J.-P. (2013). *O idiota da família: Gustave Flaubert de 1821 a 1857* (Vol. 1). L&PM.

Sartre, J.-P. (2014). *O existencialismo é um humanismo* (4ª ed.). Vozes.

Scavone, L. (2001). Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, *5*(8), 47–60.

Scott, J. (1995). Gênero: Categoria útil de análise. *Educação e Realidade*, *20*(2), 71–99.

Silva, F., & Ribeiro, P. (2014). Trajetórias de mulheres na ciência: "Ser cientista" e "ser mulher". *Ciência & Educação*, *20*(2), 449–466.

Silva, J., Carmo, V., & Ramos, G. (2021). As quatro ondas do feminismo: Lutas e conquistas. *Revista de Direitos Humanos em Perspectiva*, *7*(1), 101–122.

Souza, K., Rodrigues, A., Felix, E., Gomes, L., Santos, M., & Simões-Barbosa, R. (2021). Trabalho docente, desigualdades de gênero e saúde em universidade pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, *26*(12), 5925–5934.

Souza, L. (2019). *Mães na universidade: Performances discursivas interseccionais na graduação* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Vaccaro, M. (2021). *O luto no ambiente virtual: Um estudo a partir da vivência de pessoas enlutadas* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Maringá].

Velho, L. (2006). Prefácio. In L. Santos, E. Ichikawa, & D. Cargano (Orgs.), *Ciência, tecnologia e gênero: Desvelando o feminino na construção do conhecimento* (pp. xiii–xviii). IAPAR.

Velho, L., & León, E. (1998). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, (10), 309–344.

Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, *22*(44), 203–220.

Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Appris.

APÊNDICE I- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

A Srª está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada "**Ser mulher, mãe e pós-graduanda"** desenvolvida por Najla Ferreira Martins, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com orientação da Prof.ª Dr.ª Lucia Cecilia da Silva, docente e orientadora neste Programa.

O objetivo da pesquisa é compreender os sentidos da experiência de ser mulher-mãe-e-pós-graduanda *stricto sensu* em universidade pública no Brasil, a partir da escuta de histórias de vida de mulheres que são mães e pós-graduandas, que estejam cursando mestrado ou doutorado. Para que o objetivo seja atingido, será necessário obtermos o seu relato, por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, condicionadas ao seu consentimento em participar de modo **voluntário**.

A entrevista abordará a sua experiência em ser mulher, mãe e pós-graduanda; como a significa, e como agiu/age para lidar com as condições sociomateriais no fazer ciência e exercer a maternidade no percurso de sua vida.

Informamos que, por tratar de conteúdos referentes às vivências e percepções pessoais, você poderá se sentir desconfortável ou insegura para compartilhar alguns aspectos de sua vida. Caso ocorra algum incômodo, a entrevista poderá ser interrompida, e será dada continuidade posteriormente se lhe for conveniente; ainda se preciso, a mestranda entrevistadora realizará os esclarecimentos acerca dos compromissos éticos e resguardos; orientações possíveis; e, como psicóloga, poderá efetuar a devida escuta, acolhimento e assistência psicológica. Essa assistência será feita de forma sigilosa e confidencial, será gratuita e imediata, e se realizará por meio de sessões agendadas até que a Srª tenha elaborado o mal-estar apresentado e se considere satisfeita com o atendimento.

Gostaríamos de esclarecê-la que sua participação é **totalmente voluntária**, como mencionado, podendo você recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. **É importante afirmar que as Resoluções nº 510/2016 e 466/2012 do Conselho Nacional**

de Saúde asseguram a todos os participantes o direito a assistência e a indenização de quaisquer danos decorrente da pesquisa, sejam aqueles previstos ou não neste termo. Assim, caso você vier a sofrer qualquer forma de dano consequente de sua participação nesta pesquisa, você será indenizada nos termos da Lei, através das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil e as Resoluções citadas acima.

Para os registros das entrevistas prevê-se a utilização de um gravador de voz, quando em entrevistas realizadas de forma presencial e gravação da entrevista via plataforma do *Google Meet*, quando em entrevistas realizadas de forma online. Nas entrevistas online, o *link* de acesso para o *Google Meet* será encaminhado com antecedência, e caso haja alguma dúvida sobre o acesso e funcionamento, essas serão esclarecidas previamente. A escolha pelo tipo de modalidade, presencial ou online será estabelecida em concordância entre a Srª e a pesquisadora. Os registros serão posteriormente transcritos, com o devido cuidado para a preservação do sigilo e proteção de sua identidade e, após o término da pesquisa os arquivos serão apagados (deletados). Caso concorde ou não com a gravação, você deverá assinalar sua opção ao final deste documento, em campo específico.

Os resultados dessa pesquisa serão publicados e apresentados em eventos científicos, havendo a possibilidade de publicação acadêmica em periódicos científicos, em livros e/ou outros meios acadêmicos e científicos. Tendo em consideração que a pesquisa trata de relato singular e pessoal, o seu nome será preservado, logo, utilizaremos um pseudônimo (nome fictício) para a sua identificação.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, visamos oportunizar a visibilidade deste público, a partir da compreensão de suas vivências, fomentando discussões sobre questões que relacionam gênero, fazer ciência e maternidade. Almejamos, que as análises a serem feitas contribuam para a compreensão da realidade com a qual mães na ciência se deparam, nas mais diversas áreas do conhecimento, bem como, fomentar a construção de políticas públicas, ações e programas que apoiem e garantam o ingresso e permanência de mães nas ciências brasileiras.

Caso você tenha outras dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços a seguir ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo

Seres Humanos da UEM, cujo endereço também consta deste documento. **Esse Comitê é constituído por um grupo de pessoas que tem por função garantir o respeito à dignidade humana e a proteção devida aos participantes de pesquisa.**

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você. Além da assinatura, nos campos específicos, pela orientadora, pela mestranda e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por todos (pela orientadora, mestranda e por você, como participante de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu _____, declaro que fui devidamente esclarecida e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa proposta pela mestranda Najla Ferreira Martins e orientada pela Prof.ª Dr.ª Lucia Cecilia da Silva.

Declaro também que [X] **CONCORDO** [__] **NÃO CONCORDO** que a entrevista seja gravada.

Data: ____/09/2024 _____

Assinatura da participante

Eu, **Najla Ferreira Martins**, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa.

Data: 01/09/2024 _____

Najla Ferreira Martins

Mestranda em Psicologia (PPI/UEM)

Data: 01/09/2024 _____

Prof.ª Dr.ª Lucia Cecilia da Silva

Docente-Orientadora (PPI/UEM)

Qualquer dúvida referente à pesquisa poderá ser esclarecida com a acadêmica e orientadora, conforme o endereço abaixo, respectivamente informados:

Nome: **Najla Ferreira Martins** – Pesquisadora-Mestranda
E-mail: martinsnajla@gmail.com e Telefone (44) 9 9986-1530

Nome: **Prof. ª Dr.ª Lucia Cecilia da Silva** – Docente-Pesquisadora
E-mail: luciacecilia@hotmail.com

Já em relação a quaisquer dúvidas sobre os aspectos éticos da pesquisa poderão ser esclarecidos com o Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá, no endereço abaixo:

COPEP/UEM – Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM. UEM-PPG, sala 4.
CEP 87020-900. Maringá-Pr.
Tel: (44) 3011-4444/ (44) e 3011-4597
E-mail: copep@uem.br

APÊNDICE II: ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

Questão disparadora

Conte-me sobre a sua trajetória acadêmica antes e durante a pós-graduação e quando e como se deu e se dá o exercício da maternidade?

Questões de apoio

1 O que fez você optar pela área acadêmica?
2 O que te motivou a escolher essa área do conhecimento?
3 Como foi o processo de seleção e admissão no programa de pós-graduação?
4 Como é ser mulher e mãe no programa de pós-graduação do qual você faz parte?
5 Como você percebe a organização e preocupação do seu programa de pós-graduação com mães discentes?
6 Como é o seu cotidiano de cuidados com as/os filhas/os? Você conta com uma rede de relações que participa dos cuidados com os/as filhos/as?
7 Como você faz (se organiza) para realizar o papel de mãe e de pós-graduanda?
8 Diante dessa conciliação de papéis, há tempo de lazer, descanso e cuidado consigo?
9 Qual o impacto da maternidade no seu fazer ciência? E do seu fazer ciência na maternidade?
10 Quais as maiores dificuldades e desafios?
11 Você já experienciou alguma situação de desigualdade de gênero na pós-graduação?
12 Conhece alguém que já passou por essa experiência? Qual foi a situação?
13 Quando e em que cirscunstancias você engravidou? Como foi a gravidez?